



Peregrinos da Ordem do Desenvolvimento

Gestores Públicos do Nordeste na
Formação do Estado Republicano
(1930-1964)

Alberto Guerreiro Ramos, Celso Furtado,
Cleantho de Paiva Leite, Jesus Soares Pereira
e Rômulo Almeida

Fernando Guilherme Tenório
Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley
Organizadores

 **FGV EBAPE**

ESCOLA BRASILEIRA
DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E DE
EMPRESAS



Editora UNIJAI

Fernando Guilherme Tenório
Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley
Organizadores

Peregrinos da Ordem do Desenvolvimento

Gestores Públicos do Nordeste na Formação
do Estado Republicano (1930-1964)

Alberto Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Cleantho de Paiva Leite,
Jesus Soares Pereira e Rômulo Almeida



Ijuí
2019

© 2019, Editora Unijuí

Rua do Comércio, 3000, Bairro Universitário

98700-000 – Ijuí – RS – Brasil

Fones: (0__55) 3332-0217

E-mail: editora@unijui.edu.br

www.editoraunijui.com.br

www.facebook.com/unijuieditora/

Editor: Fernando Jaime González

Capa: Alexandre Sadi Dallepiane

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa:

Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Conselho Editorial: Daniel Rubens Cenci
Evelise Moraes Berlezi
Airton Adelar Mueller
Paulo Sérgio Sausen
Sandra Beatriz Vicenzi Fernandes
Vania Lisa Cossetin

Catálogo na Publicação:

Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

P435 Peregrinos da Ordem do Desenvolvimento: gestores públicos do Nordeste na Formação do Estado Republicano (1930-1964) – Alberto Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Cleantho de Paiva Leite, Jesus Soares Pereira e Rômulo Almeida / organizadores Fernando Guilherme Tenório, Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2019.

1 pdf.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

E-book.

ISBN: 978-85-419-0300-4

1. Administração. 2. Administração pública. 3. Gestores públicos I. Tenório, Fernando Guilherme. II. Wanderley, Sérgio Eduardo de Pinho Velho.

CDU : 35

35.07

Bibliotecária Responsável:

Aline Morales dos Santos Theobald

CRB 10/1879

Editora Unijuí afiliada:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
-----------------------	----------

CAPÍTULO 1

O CONTEXTO DE ATUAÇÃO DOS INTELECTUAIS NORDESTINOS

NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (1930-1964).....	13
1.1 Introdução	13
1.2 Era Vargas	14
1.3 República Democrática-Populista	19
1.4 Considerações Finais	27

CAPÍTULO 2

ALBERTO GUERREIRO RAMOS – O DRAMA DE SER DOIS:

Um Sociólogo Engravatado.....	29
2.1 Introdução	29
2.2 Um sociólogo engravatado	32
2.3 Um burocrata-redator	39
2.4 Considerações Finais	55

CAPÍTULO 3

CELSO FURTADO:

Um Economista a Serviço da Administração Pública	59
3.1 Introdução	59
3.2 A construção do Estado moderno brasileiro, Furtado e a Cepal.....	61
3.3 A trajetória de Celso Furtado como gestor público.....	65
3.4 Servidor do Dasp: 1943-1948	66
3.5 Diretor da Cepal a serviço do Brasil: 1949-1957	72
3.6 Gestor público: 1958-1964	76
3.7 Considerações Finais	80

CAPÍTULO 4

CLEANTHO DE PAIVA LEITE:

Um Exponente Nordestino e Admirável Gestor Público.....	83
4.1 Introdução	83
4.2 Trajetória antes da sua atuação como gestor público: Uma Breve Revisão Biográfica	84
4.3 Fortalecimento do serviço público e participação de Cleantho: Início da Carreira Pública e Consolidação das Primeiras Experiências Internacionais	85
4.4 O retorno de Vargas e a assessoria da Presidência	90
4.5 Comissão Mista Brasil-Estados Unidos	93
4.6 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	95
4.7 A Nova Experiência Internacional – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	98
4.8 1964 - Golpe Militar: Retorno ao Brasil e Recomeço Profissional	99
4.9 Considerações Finais	101

CAPÍTULO 5

JESUS SOARES PEREIRA, DESENVOLVIMENTISMO

E AS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL MODERNO	103
5.1 Introdução	103
5.2 O servidor público Jesus Soares Pereira, “que outra coisa não tem sido durante a vida” (Pereira, 1962) .	106
5.3 A formação do técnico 1937-1950	109
5.4 A atuação do dirigente 1951-1964	112
5.5 Considerações Finais	122

CAPÍTULO 6

RÔMULO BARRETO ALMEIDA:

Espírito de Planejador, Demiurgo do Estado Brasileiro Moderno	127
6.1 Introdução	127
6.2 Contextualização	132

6.3 O gestor público	137
6.4 A Assessoria Econômica da Presidência	139
6.5 O BNDE	145
6.6 Preocupações Regionais	148
6.7 Considerações Finais	149
 CAPÍTULO 7	
UMA VISÃO DE ESTUDO PROSOPOGRÁFICO	151
7.1 Introdução	151
7.2 O estudo prosopográfico:	
Uma Breve Visão Sobre a Metodologia,	
Conceito e Evolução da Análise do Termo	152
7.3 Análise gráfica	156
 CAPÍTULO 8	
BIOGRAFIAS FUNCIONAIS.....	163
8.1 Alberto Guerreiro Ramos	163
8.2 Celso Furtado	165
8.3 Cleantho de Paiva Leite	168
8.4 Jesus Soares Pereira	171
8.5 Rômulo Barreto Almeida	174
 REFERÊNCIAS	177
 POSFÁCIO	189

PREFÁCIO

O presente livro¹ tem como um dos objetivos principais divulgar a importância que cinco intelectuais nordestinos tiveram na história do país ao longo de três décadas. Ou seja, estaremos falando de pessoas que contribuíram ora como gestores públicos ora como estudiosos da administração pública durante o período de 1930 a 1964, momento este no qual se deu início à modernização da burocracia pública do país. De outro lado, um outro objetivo é procurar demonstrar que os intelectuais estudados neste período, conhecidos mais pelas suas titularidades acadêmicas e menos pelas ações no desempenho como homens públicos no sentido de terem ocupado funções gerenciais no aparato burocrático do Estado brasileiro. Propositamente delimitamos o período, 1930-1964, porque três dos cinco intelectuais estudados foram cassados pelo golpe civil-militar de 1964: Alberto Guerreiro Ramos, Celso Furtado e Jesus Soares Pereira, enquanto que Cleantho de Paiva Leite e Rômulo Almeida ocupavam, por ocasião do golpe, cargos por indicação pública no exterior e, apesar de não terem sido cassados, mudaram sua trajetória de atuação para o setor privado.

O conteúdo deste texto procura responder ao Edital 13/2015 – Memórias Brasileiras/Capes, cujo título da proposta apresentado à Capes foi “Peregrinos da ordem do desenvolvimento”, título este que reproduz a frase de Celso Furtado dita a seus colegas de Sudene escrita no seu livro autobiográfico reeditado pela Companhia das Letras em 2014. Devemos lembrar que o edital da Capes frisava que o estudo deveria ser regionalizado. Desse modo, a escolha desses cinco nordestinos foi extremamente fácil, uma vez que tais personagens não só fazem parte da história cultural da região onde nasceram, mas, principalmente, pela contribuição que deram ao país ao longo de sua vida, principalmente como homens públicos, repu-

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

blicanos que foram. Devemos salientar que o fato desse projeto ter sido coordenado pela mais antiga Instituição de Ensino Superior do país em Administração Pública, a Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap), cuja denominação permaneceu até 2002, quando então foi acrescentada a letra “E” de “Empresas”, atual Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), é para realçar às novas gerações a importância que a prática e o estudo da Administração Pública não só teve e tem, como também salientar que esta área de conhecimento foi desempenhada por intelectuais brasileiros que até a contemporaneidade são referências que ilustraram o Brasil.

Como anteriormente observado, a coordenação do projeto “Peregrinos da ordem do desenvolvimento” foi realizada pela Ebape, mas contou com a participação de duas outras universidades: Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe) por meio do seu Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), representado pelo professor Marcos Costa Lima, e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT), representado pelo professor Cezar Guedes. Devemos acrescentar que os recursos disponibilizados pela Capes promoveram uma bolsa de Pós-Doutorado, duas de Mestrado e duas de iniciação científica. Além disso, os recursos facilitaram a realização de dois seminários: o primeiro no CPDA/UFRRJ, em 29 de março de 2019, e o segundo em 18 de outubro de 2019 nas dependências da Ebape/FGV. Tais recursos ainda facilitaram a publicação do presente livro.

O processo de pesquisa para a escrita do livro foi desenvolvido buscando as diversas fontes disponíveis. No caso de Guerreiro Ramos e Celso Furtado, ambos têm um volume grande de publicações próprias, assim como foram publicados diversos trabalhos sobre eles. A atuação específica de Celso Furtado como gestor público, contudo, ainda carece de maiores investigações, lacuna que o presente livro pretende, em parte, preencher. Já Rômulo Almeida, Cleantho Paiva Leite e Jesus Soares Pereira não deixaram obras próprias e, assim, foi necessário um esforço de compilação de diversas fontes para descrevermos as respectivas trajetórias como gestores públicos.

O traço comum que une nossos cinco investigados é um profundo senso de responsabilidade com a coisa pública e um desejo de servir ao país. Eles fizeram parte de uma geração de intelectuais que ficou conhecida como nacional-desenvolvimentistas, e que tinham consciência de que naquele período o Brasil tinha condições de assumir as rédeas de seu processo de desenvolvimento e, assim, superar a condição de subdesenvolvimento. Foi com esse objetivo que eles se empenharam não somente em formular, mas, principalmente, em executar o projeto-utopia de nação com que sonhou sua geração.

No capítulo 7, a título de síntese, propomos um estudo prosopográfico das cinco biografias e apresentamos quadros que mostram os órgãos públicos nos quais eles trabalharam. É interessante notar que há várias combinações entre eles em alguns órgãos, mas jamais os cinco trabalharam juntos num mesmo órgão público. A Assessoria Econômica de Vargas (1951-54) é o órgão que apresenta a maior concentração, dado que Celso Furtado foi o único dos cinco que não participou, mas colaborou indiretamente, posto que naquele momento chefiava o Grupo Misto Cepal-BNDE como diretor da Cepal. Talvez a união deles em torno da Assessoria de Vargas seja a melhor maneira de demonstrar a sua capacidade como gestores públicos: dela saíram os projetos que levaram à criação da Capes, Petrobras, Eletrobras, BNDE, Banco do Nordeste do Brasil, entre outros, que seguem até hoje servindo ao país. Era o projeto utópico de nação sendo colocado em prática, ou nas palavras de Guerreiro Ramos, era a “ciência em ato” impulsionando o país.

É a seguinte a estrutura do livro: além deste Prefácio, conta com o Capítulo 1 – *O contexto de atuação dos intelectuais nordestinos na administração pública (1930-1964)*; Capítulo 2 – *Alberto Guerreiro Ramos – O drama de ser dois: um sociólogo engravatado*; Capítulo 3 – *Celso Furtado: um economista a serviço da administração pública*; Capítulo 4 – *Cleantho de Paiva Leite: um expoente nordestino e admirável gestor público*; Capítulo 5 – *Jesus Soares Pereira, desenvolvimentismo e as organizações públicas do Brasil moderno*; Capítulo 6 – *Rômulo Barreto Almeida: espírito de planejador, demiurgo do Estado brasileiro moderno*; Capítulo 7 – *Uma visão de estudo prosopográfico*; Capítulo 8 – *Biografias funcionais*. Cabe destacar

que no início de cada um dos capítulos são nominados os seus respectivos autores, assim como uma nota de rodapé descreve as suas respectivas titulações acadêmicas.

Fernando Guilherme Tenório²

Sérgio E. P. Velho Wanderley³

² Professor colaborador na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

³ Professor-adjunto I e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) na Universidade do Grande Rio (Unigranrio) e pós-doutor pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

O CONTEXTO DE ATUAÇÃO DOS INTELLECTUAIS NORDESTINOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (1930-1964)

Guilherme Mendes Tenório¹

1.1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é contextualizar a atuação de intelectuais nordestinos como Celso Furtado (1920-2004), Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), Rômulo Almeida (1914-1988), Jesus Soares Pereira (1974) e Cleantho de Paiva Leite (1921-1992) nos órgãos de administração pública entre os anos de 1930 e 1964.

O período referido anteriormente, porém, não deve ser entendido como homogêneo. Neste contexto, podemos delinear dois grandes blocos: a Era Vargas (1930-1945) e a República Populista (1945-1964). Por sua vez, os dois blocos também não podem ser considerados um todo homogêneo, pois não é a mesma coisa a atuação de Getúlio Vargas durante o Governo Provisório (1930-1934) e no Estado Novo (1937-1945), por exemplo.

Em relação a estas diferenças podemos observar que, em parte, se devem a disparidades no contexto internacional. Se nos anos 30 temos a ascensão dos regimes nazifascistas na Europa, entre 1945 e 1964 aderimos nos primeiros momentos da guerra fria. Tanto nos anos 30 quanto durante a República Populista os acontecimentos internacionais interferiram nas lutas políticas e sociais travadas em território nacional.

¹ Professor de História da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias e pós-doutor pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Nesse sentido, o presente capítulo apresentará a seguinte divisão. Na primeira parte delinearíamos o contexto social, político e intelectual da Era Vargas, dando especial atenção ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Na segunda, cobriremos o período conhecido como República Populista, quando apreciaremos a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

1.2 ERA VARGAS

Conforme citado anteriormente, a Era Vargas não é um período homogêneo. Tradicionalmente, os historiadores dividem os primeiros 15 anos de Getúlio Vargas no poder em três subperíodos: o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constituinte (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945), cada um deles com características políticas e institucionais distintas, isto para não falar dos diferentes atores que interviram na cena pública.

Faz-se necessário, no entanto, contextualizar como o gaúcho Getúlio Vargas chegou ao poder. Isto se deu em meio a um rearranjo das oligarquias locais em conluio com os tenentes, militares de baixa patente que discordavam dos rumos tomados pela República proclamada em 1889. Os tenentes, a bem da verdade, tiveram atuação constante durante toda a década de 20, como no levante do Forte de Copacabana em 1922 e na Coluna Prestes, entre 1924 e 1925.

Os tenentes, porém, não foram os únicos responsáveis pela crise dos anos 20. As oligarquias estaduais dissidentes também estiveram presentes em momentos decisivos, como na eleição de 1922, ou por ocasião das eleições em 1929, quando a escolha do sucessor do paulista Washington Luís acarretou no “racha” entre a oligarquia paulista e a oligarquia mineira, à qual se juntaram as oligarquias do Rio Grande do Sul e da Paraíba.

Foram estes dois grupos, as oligarquias e os tenentes, que sustentaram o movimento que apeou Washington Luís do poder em outubro de 1930, antes mesmo que o paulista Júlio Prestes pudesse assumir a cadeira de presidente. Começava aí o Governo Provisório de Getúlio Vargas, que traria novidades consistentes no que tange à administração pública.

Entre estas novidades podemos destacar duas de antemão: a criação do Ministério do Trabalho, em 1931, e do Ministério da Saúde e Educação. No primeiro caso, a novidade se revela ao compararmos com o que existia na Primeira República, quando as relações trabalhistas eram solucionadas quase sempre pela força policial, voltada na maior parte das vezes contra o movimento operário de tendência anarquista, bem como aos socialistas de tendência reformista.

No segundo caso, a existência de um Ministério da Educação, sem deixar de ser um traço novidadeiro do novo regime, pode ser remetida aos debates travados desde a Primeira República sobre a questão educacional, entre os quais se destacam aqueles encetados pelo movimento da Escola Nova de Lourenço Filho e Anísio Teixeira na década de 20, entretanto a novidade se fazia presente pelo tom mais centralizador e sistemático das iniciativas empreendidas.

Os primeiros anos do Governo Provisório, todavia, não foram dos mais fáceis. Concorreu para isso a decisão do próprio Getúlio Vargas em substituir as oligarquias de alguns Estados por interventores de sua escolha. Este movimento causou grande impacto no Estado de São Paulo, que viu seus interesses afrontados com a escolha do pernambucano João Alberto. Foi o estopim para a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932 que, a despeito da vitória das tropas federais, provocou a aproximação entre Getúlio Vargas e as elites paulistas.

A citada aproximação entre o presidente e os paulistas relaciona-se a uma medida no campo da economia que revela o caráter intervencionista deste governo. Trata-se da criação do Conselho Nacional do Café, em 1931, cujo principal objetivo era proteger o produto brasileiro, ainda mais no período marcado pela Grande Depressão de 1929. Além do café, produtos como o açúcar, o pinho e o mate também mereceram políticas intervencionistas, cada um com o instituto próprio.

O Conselho Nacional do Café não foi o único desdobramento da Revolução Constitucionalista de 1932. No ano seguinte foram eleitos deputados da Assembleia Constituinte que promulgou a Constituição de 1934. Influenciada pela Constituição da República de Weimar de 1919, a Carta

Constitucional destaca-se pela criação da Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho, além de uma série de códigos que visavam a administrar o nosso regime hidráulico e a mineração.

Os embates políticos da segunda metade da década de 30, contudo, não permitiram que a Constituição de 1934 fosse cumprida a contento, nem parecia ser este o desejo de Getúlio Vargas, de acordo com o historiador Boris Fausto (2013).² No que tange aos embates políticos daquele momento, é preciso fazer referência às ações da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB), organizações localizadas respectivamente à esquerda e direita do espectro político. As duas organizações entraram em confronto por diversas vezes nas ruas das grandes cidades, mas foi a Intentona Comunista em 1935 que provocou uma mudança de rumo no campo institucional.

A Intentona Comunista consistiu de uma série de levantes nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, envolvendo militares e civis, que acabaram resultando em fracasso e mais de cem mortos. O fracasso da Intentona, porém, foi suficiente para provocar na população o temor ao comunismo e à criação do Tribunal de Segurança Nacional, que julgou milhares de presos políticos. Ainda é de se mencionar a decretação do estado de sítio e depois do estado de guerra, os quais foram prorrogados pelo Congresso até 1937.

Todas estas iniciativas institucionais preparam o ambiente para a decretação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, que foi impulsionado também pelo Plano Cohen, o qual conteria instruções vindas de Moscou para uma sublevação comunista no Brasil, mas que se descobriu posteriormente ter sido forjado pelo militar integralista Olímpio Mourão Filho.

Com o início do Estado Novo, o caráter centralizador da Era Vargas entrou em novo patamar. Todas as áreas da vida em sociedade foram objeto de atenção do presidente e dos funcionários que trabalhavam na administração pública. Foi neste período, por exemplo, que se elabora uma série de leis favoráveis aos trabalhadores, entre as quais se destaca a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, e no qual se deu também a criação do

² Fausto, Boris. A vida política. In: Gomes, Angela de Castro (coord.). *Olhando para dentro. 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

Departamento de Imprensa e Propaganda, cujas iniciativas incluíam a promoção de festividades cívicas e edição da revista *Cultura Política*, na qual atuavam intelectuais como Cassiano Ricardo, Francisco Campos e Azevedo de Amaral, ideólogos do regime; mas também nomes vinculados ao comunismo, a exemplo de Graciliano Ramos e Nelson Werneck Sodré.

E ao se abordar administração, devemos registrar a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), obedecendo ao que estava disposto na Constituição de 1937 em seu artigo 67. Entre as funções do Dasp estavam a inspeção dos serviços públicos, o aperfeiçoamento do pessoal e a organização orçamentária. E de acordo com o Dicionário Histórico-Biográfico organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), as raízes doutrinárias encontravam-se em teorias administrativas originárias dos Estados Unidos, da Alemanha, da Itália, notadamente aquelas de Henry Fayol, Frederick Taylor e W. F. Willoughby.

Na avaliação dos autores do verbete Dasp, o órgão teria logrado êxito em melhorar o desempenho dos funcionários, inclusive oferecendo oportunidades de aperfeiçoamento no exterior. Além disso, deu ensejo à criação de algumas sociedades de economias mistas, como o Instituto de Resseguros do Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Nacional de Álcalis. O Dasp, entretanto, teria pecado pelo excesso de imediatismo e pela rigidez de muitas de suas normas, mostrando-se coerente com o caráter centralizador do Estado Novo.

Voltando agora ao contexto do Estado Novo, faz-se necessário salientar que nesse período, a despeito do seu viés centralizador, houve um esforço no sentido de regionalizar o território nacional, isto é, definir as regiões brasileiras de acordo com suas características. Tal iniciativa coube ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fundado em 1938. Da mesma forma, coadunando-se com este processo, cabe citar o desenvolvimento do romance regionalista na década de 30, em que se destacam autores como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz, cujos enredos desenrolavam-se no litoral e no sertão do Nordeste.

Neste mesmo mote de pensar o Brasil, a década de 30 foi pródiga no sentido da produção de ensaios, entre os quais cabe mencionar Casa Grande & Senzala (1933) e Sobrados e Mocambos (1936), de Gilberto Freyre, Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Junior. Cada um destes ensaios adotava uma perspectiva teórica e conceitual diferente para investigar o Brasil a partir de seu passado, seja o marxismo de Caio Prado Junior, seja a matriz weberiana de Sérgio Buarque de Holanda.

Ainda neste diapasão de fomento do nacionalismo, devemos citar o samba que, antes elemento da marginalidade, foi apropriado pelo Estado Novo como ritmo brasileiro, desde que exaltasse a figura do trabalhador e não mais do malandro. Ademais, começa a surgir a figura de Luiz Gonzaga, mais um sinal da abertura da cultura para as singularidades regionais, visto que o seu sucesso começa a tomar forma quando o “rei do baião” deixa de lado ritmos como o fado e adota as músicas que aprendera em sua infância no sertão nordestino.

Vemos, portanto, como o regionalismo foi valorizado em diversos âmbitos da produção cultural e intelectual durante o Estado Novo. Tal aspecto conjuga-se com a formação do aparato administrativo cada vez mais profissional no sentido de entendermos como intelectuais nordestinos tiveram atuação destacada em vários órgãos estatais. Celso Furtado, por exemplo, atuou no Dasp; o mesmo fizeram Alberto Guerreiro Ramos e Cleantho de Paiva Leite.

Enquanto o Estado Novo centralizava-se no Brasil, na Europa começava uma nova Guerra Mundial. Em 1939 o austríaco Adolf Hitler, líder do nazismo, invadia a Polônia e dinamitava o equilíbrio europeu, provocando respostas da Inglaterra e da França. Tal conflito seria decisivo para os rumos do Estado Novo, na medida em que o presidente Getúlio Vargas acabou dando seu apoio aos norte-americanos em troca de suporte financeiro para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.³

³ O filósofo Paulo Arantes entende que, na verdade, o período entre 1917 e 1945 consistiu de uma guerra civil mundial entre a revolução e a contrarrevolução. Isto é, a Revolução Russa em 1917 teria colocado a geopolítica mundial em um estado de urgência permanente. Cf. Arantes, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Ora, o apoio de Vargas contrastava com o caráter autoritário do seu governo. Em virtude disso, o Estado Novo começou a sofrer uma pressão contrária cada vez mais contundente, que foi exemplificada no Manifesto dos Mineiros de 1943 e na entrevista concedida pelo escritor paraibano José Américo de Almeida, na qual afirmava quão era urgente a redemocratização do Brasil.

Neste mesmo contexto, Vargas geriu a criação de um sistema partidário nacional, principalmente dos partidos que receberiam a sua herança. Foram criados o Partido Social Democrático (PSD), o qual abrigava membros da burocracia estatal e das oligarquias estaduais, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sustentado pelos sindicalistas e membros dos órgãos de assistência social. Em oposição a Vargas foi formada a União Democrática Nacional (UDN), que em seu seio juntava liberais, membros da esquerda democrática, oligarcas que perderam poder em 1930 e tenentes decepcionados com Getúlio.

Também começou a se formar um movimento favorável à permanência de Getúlio Vargas no poder, o “queremismo”, entretanto a nomeação de Benjamin Vargas, irmão do presidente, para chefe de Polícia do Distrito Federal acabou desgastando sua imagem e o Exército foi instado a dar um “golpe branco”, o qual retirou Vargas da Presidência sem cassar os seus direitos políticos. Logo em seguida foram realizadas eleições para a Presidência e para os deputados que comporiam a Assembleia Constituinte que se reuniria para elaborar uma nova Constituição. Os candidatos da peleja eleitoral foram: Eduardo Gomes, pela UDN; Eurico Gaspar Dutra (PSD-PTB), e Yedo Fiuza (PCB). Aliás, embora as urnas consagrassem o nome de Eurico Gaspar Dutra, os deputados do Partido Comunista Brasileiro obtiveram expressiva votação e conquistaram algumas vagas na Câmara dos Deputados e no Senado.

1.3 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA-POPULISTA

A eleição de Eurico Gaspar Dutra deu início a uma experiência democrática na história republicana brasileira. Diferentemente do que ocorria na Primeira República, havia agora três partidos de abrangência nacional (PSD, PTB, UDN) e a participação da população era muito mais efetiva quando

comparada àquela dos primeiros anos do século 20. Outra também passou a ser a relação entre os governados e os governantes, a partir daquilo que veio a se chamar populismo, um termo polêmico desenvolvido pelas Ciências Sociais para se referir a um estilo de relação entre os políticos e as classes populares a partir da personalidade carismática dos governantes e também da outorga de alguns bens simbólicos.⁴

Como é de praxe na história do Brasil, a mudança no quadro institucional com a passagem da ditadura para a democracia trouxe no seu bojo a formulação de uma nova Constituição, a Constituição de 1946. Em relação a esta nova Carta Constitucional, Thomas Skidmore (1976)⁵ observa se tratar de um híbrido entre o liberalismo e alguns traços da herança varguista, como a defesa de um Executivo forte e a manutenção da contribuição sindical e do direito de greve, embora, como salienta Boris Fausto (2013),⁶ este nunca tenha sido respeitado a contento durante o governo Dutra.

O mesmo historiador aponta que o contexto da guerra fria, o qual começava a se delinear, conjuntamente com a força do PSD, partido de tendência conservadora, teria sido responsável pela deflagração de uma caça aos comunistas filiados aos distintos sindicatos, bem como por colocar o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade por meio de decisão promulgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1947.

Ainda neste mesmo contexto se apresentou uma divisão nas Forças Armadas entre os “nacionalistas” e os “entreguistas”. Enquanto os primeiros postulavam um desenvolvimento econômico autônomo e o investimento do Estado em áreas estratégicas, os ditos entreguistas pautavam o desenvolvimento nacional por intermédio da aliança com o capital estrangeiro, o combate à inflação e menor intervenção do Estado na economia.

Diante deste quadro, apresentaram-se os candidatos para as eleições de 1950: Cristiano Machado, pelo PSD, o brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN, e Getúlio Vargas pelo PTB. Vitorioso com 49% dos votos, Vargas tentou compor um Ministério de tendências moderadoras, inclusive se

⁴ Sobre o populismo e suas múltiplas implicações teóricas, cf. Ferreira, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵ Skidmore, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁶ Fausto, Boris. *Op. cit.*, 2013. p. 109.

aproximando da UDN como reforça Skidmore.⁷ Isto, contudo, não impediu que o presidente enfrentasse uma contínua oposição tanto de parte da oficialidade do Exército quanto da UDN, principalmente na figura do jornalista Carlos Lacerda.

Também é de destacar o papel exercido pelos operários por meio de duas greves de grande envergadura, a dos 300 mil em São Paulo e a dos marítimos das cidades do Rio de Janeiro, Santos e Belém. Conforme Boris Fausto, a força dessas greves poderia ser atribuída à abolição do chamado atestado de ideologia, que acabou permitindo o retorno dos comunistas aos sindicatos, mas se Getúlio deu novo vigor aos movimentos sindicais, temia que eles fugissem ao seu controle e por isso substituiu Danton Coelho por João Goulart no Ministério do Trabalho.

O nome de João Goulart inflamou mais ainda a sanha da oposição, especialmente quando ele prometeu um aumento de 100% no salário mínimo. No campo das Forças Armadas, a oposição se concretizou no Manifesto dos Coronéis, no qual eram reivindicadas melhorias para a corporação. Vargas atendeu a algumas destas solicitações e chegou inclusive a demitir João Goulart, embora tenha concretizado o aumento do salário mínimo no 1º de maio.

Os ânimos se exaltaram em virtude do atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, que acabou por tirar a vida do major da Aeronáutica Rubens Vaz. Isto levou a uma pressão das Forças Armadas pela renúncia de Getúlio Vargas, a qual acabou culminando no suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954. No dia seguinte houve uma grande comoção popular e o jornal do jornalista Carlos Lacerda foi alvo de protestos violentos, assim como a embaixada dos Estados Unidos.

Nos meses seguintes ao suicídio de Getúlio Vargas as disputas políticas ocorreram em torno das eleições de 1955, principalmente depois que foi eleito Juscelino Kubitschek pela aliança do PSD com o PTB. Mais uma vez as Forças Armadas tentaram intervir no cenário político para impedir a posse de Kubitschek, candidato que derrotou o general Juarez Távora, pela UDN, o integralista Plínio Salgado e Ademar de Barros, pelo Partido Social

⁷ Skidmore, Thomas. *Op. cit.*, 1976.

Progressista (PSP), entretanto o general Henrique Teixeira Lott promoveu um golpe preventivo e assim garantiu a posse do político na Presidência da República em 1956.

O período de JK à frente da Presidência da República foi caracterizado pelo otimismo que se vinculava, pelo menos indiretamente, a um *boom* de produção cultural exemplificado pela bossa nova, a poesia concretista dos irmãos Augusto e Haroldo Campos e pela obra ficcional de João Guimarães Rosa, que lançou em 1956 o seu mais conhecido romance, *Grande Sertão: Veredas*. Ademais, o projeto de transferência da capital federal para o Planalto Central se concretizou com a fundação de Brasília em 1960, tornando realidade um sonho acalentado desde a Constituição de 1891.

Tão importante quanto a fundação de Brasília foram os debates travados em torno de qual seria o melhor modelo para o desenvolvimento nacional. O historiador Thomas Skidmore⁸ aponta a existência de três modelos: o liberal, o nacional-desenvolvimentista e o nacionalista radical. Se o modelo liberal era a bandeira da UDN e de uma parcela das Forças Armadas, o modelo nacionalista radical era defendido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O que predominou, entretanto, foi o modelo nacional-desenvolvimentista, inclusive encampado pelo governo JK. Durante o seu mandato o nacional-desenvolvimentismo se concretizou no Plano de Metas, um conjunto de 31 metas destinadas a resolver os impasses do Brasil em áreas como transporte, indústria de base, alimentação, energia e educação. Falando mais especificamente, o Plano de Metas se desdobrou no investimento em rodovias, na criação da Embratel, na fundação da Universidade de Brasília (UNB) e em melhorias na Eletrobras.

Também é preciso falar da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão criado pela Lei 3.692 de 1959. O órgão foi criado sob a batuta do economista Celso Furtado e tinha como objetivo a dimi-

⁸ Skidmore, Thomas. *Op. Cit.*, 1976.

nuição de disparidades regionais entre o centro-sul e a região nordestina.⁹ Funcionava a partir de um Conselho Deliberativo do qual participavam os Estados nordestinos, o Estado-Maior das Forças Armadas e órgãos específicos de âmbito federal, como a própria Sudene, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o Banco do Nordeste.

Da mesma forma, faz-se mister citar o seu Plano Diretor, a partir do qual eram executadas as ações voltadas para o desenvolvimento da região. O Plano Diretor era submetido ao Congresso Nacional, o que, segundo o Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro,¹⁰ lhe conferia a legitimidade necessária. Além do que, o órgão contou com uma equipe de técnicos especializados, constituindo um quadro eficiente e experimentado de funcionários no que tange ao planejamento.¹¹

Além da Sudene, outro órgão, desta vez da sociedade civil, que debateu os problemas do desenvolvimento nacional foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), criado em 1955 pelo decreto nº 37.608 no governo de Café Filho, vice que substituiu Getúlio Varga em decorrência do suicídio. O órgão foi resultado da junção de outros dois anteriores, a Liga de Emancipação Nacional e o Grupo de Itatiaia. Enquanto o primeiro advogava um nacionalismo mais contundente, o segundo era partidário de um nacionalismo menos radical. Em síntese, os isebianos sustentavam que o desenvolvimento econômico e a constituição da nacionalidade seriam processos concomitantes que necessitavam do desenvolvimento de uma consciência nacional. Seus membros mais importantes foram: Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Ignácio Rangel, Candido Mendes, Wanderley Guilherme dos Santos, Helio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré.

⁹ O economista Francisco de Oliveira defende que a Sudene foi criada em um contexto no qual as lutas de classes se acentuavam na região, seja da parte do operariado urbano, seja dos camponeses. O mesmo autor adverte que a Sudene acabou subordinada ao processo de concentração industrial no Centro-Sul, notadamente São Paulo. Cf. Oliveira, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁰ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>. Acesso em: 23 maio 2018.

¹¹ A Sudene foi sendo esvaziada do seu poder de decisão, sendo extinta em 2001 pelo governo Fernando Henrique Cardoso. O mesmo governo, porém, criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), que em 2007 foi transformada novamente em Sudene pela Lei Complementar nº 125.

Em termos de resultado, o nacionalismo do período de Juscelino se traduziu na expansão da indústria a 80%, principalmente da indústria de aço, mecânica e de comunicações. Juscelino, porém, enfrentou problemas com o aumento do custo de vida, principalmente a partir de 1959. Para debelar a inflação o presidente convocou a dupla Lucas Lopes, ministro da Fazenda, e Roberto Campos, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que articularam um plano de estabilização econômica.

Conforme explica Jorge Ferreira (2011) em sua biografia de João Goulart,¹² o presidente acabou conflitando com as medidas propaladas por Lucas Lopes e Roberto Campos, na medida em que estas contrariavam o seu *modus operandi* nacionalista. Assim, Juscelino teria deixado uma imensa dívida pública para o seu sucessor, além do mais porque tinha esperança de voltar ao poder nas eleições de 1965, já com a economia estabilizada.

Nesse contexto se realizaram as eleições de 1960, tendo por candidatos o marechal Henrique Teixeira Lott, pelo PTB; Jânio Quadros, prefeito e depois governador do Estado de São Paulo, pela UDN, e novamente Ademar de Barros, pelo PSP. Segundo Ferreira, Jânio obteve 48% dos votos válidos e o seu vice foi João Goulart, eleito com mais de 4 milhões de votos, na medida em que na época a população também escolhia o vice-presidente, não necessariamente da mesma chapa do presidente.

Tomando posse em 1961, Jânio Quadros adotou uma postura ambígua em seu curto mandato. Por um lado, acalentava o sonho das esquerdas com sua política externa independente, a qual foi simbolizada na condecoração ao revolucionário cubano Ernesto Che Guevara; de outro, pautou suas políticas econômicas pelo modelo ortodoxo, que implicava o corte dos gastos públicos e o combate à inflação. Seu governo se caracterizou ainda por medidas como a proibição da briga de galos e de biquínis nos concursos de beleza.

Acima de tudo, sua iniciativa em abrir sindicâncias contra vários órgãos do governo em prol do combate à corrupção, entre os quais o já citado DNOCS e Institutos de Previdência de Ferroviários, atingiu em cheio

¹² Ferreira, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

deputados e senadores. O próprio João Goulart foi citado nas investigações, o que gerou uma troca de cartas entre o presidente e o vice-presidente, que fora convidado a viajar para a China. Na interpretação de Jorge Ferreira, a atitude de Jânio Quadros acabou contribuindo para o seu isolamento político e resvalou numa crescente oposição, à qual se juntaram o PTB, o PSD e a UDN.

Diante do quadro, Jânio Quadros renunciou a 24 de agosto de 1961, data que correspondia aos 7 anos de suicídio de Getúlio Vargas. De acordo com os historiadores, Jânio Quadros pensava que, ao renunciar, a população pediria seu retorno ao poder e aí ele teria forças para governar sem o Congresso Nacional. Não foi isso, contudo, o que aconteceu, mesmo porque o presidente encontrava oposição de todos os lados, da direita e da esquerda. Com a renúncia de Jânio Quadros começava o difícil processo de transição para a posse de João Goulart, o sucessor natural no caso de vacância do poder.

E qual fora a causa de tamanha dificuldade? Bem, devemos lembrar que João Goulart era um dos herdeiros políticos de Getúlio Vargas, tendo inclusive convivido com o ex-presidente em São Borja (RS). Ademais, João Goulart, no entender de Jorge Ferreira, acabou por ser um dos líderes da radicalização do PTB, articulando as chamadas reformas de base, conjunto de reformas que visavam à superação do subdesenvolvimento nacional. As reformas de base compreendiam as reformas urbana, fiscal, universitária, bancária e principalmente a reforma agrária. Além disso, Jango propunha a extensão do direito de voto aos analfabetos e aos soldados de baixa patente, isso para não falar da legalização do Partido Comunista Brasileiro.

Em virtude dos elementos supramencionados, as Forças Armadas e os conservadores alinhados à UDN permitiram que Jango assumisse o poder, desde que fosse adotado o regime parlamentarista. O objetivo desta manobra era enfraquecer o poder do presidente, visto que no parlamentarismo quem exerce o poder é o primeiro-ministro em conjunto com um gabinete de ministros, que podem ser dissolvidos pelo Congresso Nacional. Entre 1961 e 1963 tivemos três primeiros-ministros: Tancredo Neves (1961-1962), Brochado da Rocha (1962) e Hermes Lima (1962-1963).

Como assenta Alberto Carlos de Almeida, no entanto, o parlamentarismo à brasileira acabou funcionando como presidencialismo, na medida em que João Goulart interferia constantemente nas decisões dos ministros. Em janeiro de 1963 o Brasil voltou a ser uma república presidencialista de fato após a vitória no plebiscito com 9 milhões de votos favoráveis ao presidencialismo.

Além da oposição de setores das Forças Armadas e dos conservadores, João Goulart se viu desafiado pela recessão econômica. Para enfrentá-la, o presidente valeu-se do Plano Trienal, criado pelo economista Celso Furtado, tantas vezes citado neste texto. O Plano de Furtado pretendia combinar o combate à inflação e o estímulo ao desenvolvimento, adotando medidas consideradas ortodoxas do ponto de vista da teoria econômica. Entre outros pontos, o Plano Trienal englobava a redução dos gastos públicos e o fim do crédito para empresários.

João Goulart, no entanto, acabou contrariando as premissas do Plano Trienal ao aumentar o salário dos servidores públicos e conceder um reajuste de mais 50% no salário mínimo, o que acabou acentuando o déficit e um baixo crescimento da economia. Como estas medidas não surtiram o efeito, o governo adotou a Instrução nº 255 da Superintendência da Moeda e Crédito, mas tal iniciativa desagradou aos bancos públicos e por isso não teve êxito.

Paralelamente, João Goulart precisava instituir as reformas de base e por isso procurou estabelecer acordos com as forças conservadoras do PSD, prometendo indenizações com títulos da dívida pública. Estas promessas não foram suficientes para garantir o apoio dos conservadores, o que levou João Goulart a se aproximar dos grupos mais radicais.

Todos estes movimentos do presidente deram-se em um ambiente de polarização política. Do lado dos setores progressistas, encontravam-se o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Do lado conservador, empresários, militares e profissionais liberais começavam a se articular em instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes).

No que concerne ao âmbito cultural, os anos 60 foram tão profícuos quanto os anos 50. Basta citar as iniciativas dos centros de Cultura Popular, organizados pela União Nacional dos Estudantes, os quais, entre outros aspectos, lançaram-se à busca de um homem brasileiro, o qual seria encontrado entre as populações rurais e das periferias urbanas. Este homem brasileiro também foi enquadrado pelas câmeras de cineastas como Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos nos filmes *Deus e o diabo na Terra do Sol* e *Vidas Secas*, respectivamente, os dois, aliás, ambientados no Nordeste.

Voltando agora para os conflitos políticos do governo João Goulart, devemos examinar o papel desempenhado pelas Forças Armadas. Por um lado, os militares vinculados aos sindicatos e setores esquerdistas davam suporte ao presidente em suas decisões. Por outro, manifestações de soldados de baixa patente acabaram amedrontando a alta oficialidade, que viam nas reuniões de marinheiros e sargentos o perigo da quebra da hierarquia. Nesse sentido, a recusa do presidente João Goulart em punir os militares revoltosos acabou soando como uma afronta para os militares de alta patente, os quais lideraram o processo de deposição de João Goulart em 31 de março de 1964 e deram início à ditadura civil-militar.

Sem dúvida, os militares de alta patente tiveram papel decisivo no desfecho do governo de João Goulart, contudo é possível identificar na Igreja Católica, na imprensa e em setores das classes média aliados importantes da caserna. E do lado progressista, por que não houve maior resistência ao golpe? Este é um dos debates mais caros à historiografia nacional, destacando-se os trabalhos de Daniel Aarão Reis, Denise Rollemberg, Carlos Fico, Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Delgado Neves. Ou seja, teríamos de enfrentar um enorme cipoal de interpretações, o que foge ao escopo deste texto.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhando a contextualização delineada pelo texto, percebe-se que o Nordeste teve uma importância fulcral nos debates tangentes à nacionalidade e ao desenvolvimento nos anos 40, 50 e 60. Tal fato relaciona-se seja ao afluxo de migrantes nordestinos que chegavam ao Rio de Janeiro e

São Paulo, seja às iniciativas dos diferentes governos, consubstanciadas pela criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e principalmente da Sudene.

Tão importante quanto isso é salientar que o Nordeste e os nordestinos não foram simples objetos de conhecimento, e sim produtores de conhecimento. Durante todo o século 20, intelectuais nordestinos atuaram de maneira contumaz nos grandes debates de ideias brasileiros, a começar por Gilberto Freyre com *Casa-Grande & Senzala*, em 1933, passando por Guerreiro Ramos nos anos 40 e 50 e chegando a Celso Furtado na década de 60.

Mais do que acadêmicos, os intelectuais nordestinos foram servidores públicos cujas iniciativas na administração estavam voltadas para a promoção do desenvolvimento nacional. Como exemplos, temos a atuação de Cleantho Paiva Leite no Dasp e de Celso Furtado na Sudene, isso sem esquecer a participação de Furtado na elaboração do Plano Trienal.

No contexto em apreço neste texto, portanto, o Nordeste ocupou posição de destaque político-institucional, contribuindo com os seus melhores quadros para o enfrentamento das nossas mais urgentes questões nacionais e regionais, cujas ações serão delineadas nos textos do projeto Peregrinos em Desenvolvimento.

ALBERTO GUERREIRO RAMOS – O DRAMA DE SER DOIS: Um Sociólogo Engravatado

Fernando Guilherme Tenório¹

*A minha alegria é triste
Porque me faz viver
Entre a saudade do céu
E a saudade do mundo.
E eu vivo dilacerado
Pelas contradições interiores
De que sou vítima.
E eu sinto que não me ajusto
Aos quadros deste mundo
(Ramos, 1937, p. 14).²*

2.1 INTRODUÇÃO

Recentemente no Caderno Mais, da Folha de São Paulo, Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) foi mencionado. Além dos comentários elogiosos ao livro *Mito e verdade da revolução brasileira*,³ no final o autor escreve: “Morreu no exílio, esquecido.”⁴ Na realidade, este esquecimen-

¹ Professor colaborador na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

² Do poema “O canto da alegria triste” publicado no seu primeiro e único livro de poesias: *O drama de ser dois*. Salvador, 1937.

³ Ramos, 1963.

⁴ O texto na íntegra dizia: “*Mito e Verdade da Revolução Brasileira* – Livro corajoso de Guerreiro Ramos [1915-82], um sociólogo militante [Ed. Zahar]. Atacou o marxismo-leninismo, quando era um dogma da esquerda apoiar a União Soviética e sua “visão de mundo”. Criticou o guevarismo, o castrismo, o brizolismo, à direita e à esquerda, no pré-1964. Defendeu a pluralidade política e a necessidade de uma leitura original dos problemas nacionais, sem “teorias de empréstimo” e suas “ficções literárias e conceptuais”. Apontou os riscos que o país estava correndo devido à radicalização política. Acabou derrotado. Morreu no exílio, esquecido” (Villa, 2008, p. 1).

to não ocorre em todas as instituições que tiveram, de forma direta ou indireta, contato com a pessoa e a obra de Guerreiro Ramos. Podemos citar, ainda que de memória, a própria Ebape/FGV, na qual estudamos e divulgamos a sua obra, além da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp), também da FGV, Universidade Federal da Bahia (Ufba), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR) ou de outras instituições de ensino superior no país nas quais ex-alunos ou conhecedores da obra de um “sociólogo guerreiro”, como bem tipificou Lucia Lippi no seu livro *A Sociologia do Guerreiro*, também estudam sua obra.⁵

Assim, é com este espírito de “não esquecimento” e considerando que o “mestre Guerreiro” foi um dos primeiros, senão o primeiro sociólogo brasileiro a se preocupar com os estudos organizacionais, inclusive antecipando-se ao pensamento crítico anglo-saxão,⁶ que a nossa imaginação trabalhou a partir do texto que seria a gênese do pensamento de Guerreiro Ramos, *O drama de ser dois*,⁷ sociólogo que desejava estar em “mangas de camisa” e que por necessidade de sobrevivência, vai usar gravata trabalhando como burocrata no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), analisando “projetos de organização de departamentos, como o Departamento de Agricultura, de penitenciária, ia para as repartições e dava nova forma, pois eles precisavam se reorganizar. Organizar a polícia... Chato, um negócio chato. Fazia recrutamento de pessoal para o governo federal, fui chefe de seção de recrutamento. Mas era uma coisa chatíssima. Desde

⁵ Oliveira, 1995.

⁶ “Embora esta corrente [pensamento crítico em Administração] tenha se organizado fundamentalmente na Inglaterra, analisando o caso brasileiro nota-se que estudos com este mesmo teor vêm sendo realizados há décadas por Alberto Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta” (Paes de Paula, 2005, p. 11).

⁷ Primeiro livro publicado por Guerreiro Ramos, mencionado pelo autor em Oliveira (1995, p. 134): “[é] um livro que não tenho mencionado, um livro embaraçoso, meio desconcertante por causa do tema, que é extremamente piegas, religioso. Mas de certa maneira, se uma pessoa fizer um estudo – não de má-fé, mas de boa-fé, não precisa nem ser simpático a mim, apenas ser objetivamente de boa-fé – o livro realmente revela toda a minha história. [...] Nesse poema eu me descrevia como uma espécie de pessoa *entre dois mundos* (grifo nosso) que eu não sabia definir. [...] De modo que esse livro é um livro seminal. Não tem importância o mérito intrínseco. Poeticamente, não vale nada. Mas é realmente uma expressão do que eu sempre fui. Em inglês existe uma expressão: *in betweeners*. Estou sempre *in between*. Nunca estou incluído em nada. As minhas metas são a única coisa em que estou incluído, não há pessoas que me incluam.”

o começo eu vi que aquilo era chato”.⁸ Podemos imaginar um indivíduo com esta percepção do mundo burocrático, que ainda na sua juventude em Santo Amaro da Purificação, Bahia,

aos quatorze anos já era requisitado professor de matemática, [...] aos 18 anos, ocupou o cargo de assistente da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Comprava livros, revistas estrangeiras, possuía biblioteca particular. Participou da organização da Faculdade de Filosofia da Bahia, tornando-se catedrático de Sociologia pela legislação, que concedia tal título a quem criasse faculdade. [...] Possuía sólidos conhecimentos filosóficos, [...], sendo fortemente influenciado pelo existencialismo durante o seu período no Brasil. Os conhecimentos filosóficos são uma marca em seus trabalhos (Soares, 1993, p. 16).

Escrever sobre este personagem é correr o risco de não ser fiel à biografia de um intelectual que até hoje, apesar de “esquecido” para alguns, passadas quase três décadas de seu falecimento, suscita paixões, contra e a favor. Contra porque Guerreiro Ramos, na defesa de suas ideias e ideais, não gostava de fazer concessões dado que a sua formação acadêmica e humanista tinha sempre em mente a proposta de um conhecimento que desse conta das carências nacionais e tendo o forâneo como subsidiário as nossas práxis.⁹ Não é desse intelectual engajado, no entanto, “em mangas de camisa”, cassado em 1964 de seus direitos políticos, mas daquele intelectual que passa pela experiência de ser um burocrata, engravatado, e não um sociólogo empenhado em propor soluções mais substanciais do que adjetivas. Sobre um sociólogo expedito, vários têm sido os artigos, dissertações e teses que analisam “um Guerreiro” sociólogo, intelectual e político.

O presente texto, portanto, não procura esmiuçar a biografia funcional de Guerreiro Ramos; delimitaremos nossa pretensão ao período compreendido entre a sua entrada no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), em 1943, até a sua saída para ir trabalhar no Gabinete Civil da Presidência da República, em 1951. O estudo fará referência ao momento de sua atuação como técnico de administração no Dasp, bem como identificará artigos por ele publicados na *Revista do Serviço Público*,

⁸ Oliveira, 1995, p. 146.

⁹ Ver, por exemplo, Ramos, 1958.

do mesmo Dasp, textos que, possivelmente, posicionariam Guerreiro Ramos como um dos primeiros sociólogos no Brasil a aplicar a Sociologia aos estudos organizacionais.

2.2 UM SOCIÓLOGO ENGRAVATADO

A experiência de Guerreiro Ramos como burocrata tem início com a sua não efetivação como professor da então Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), na qual obteve o grau de bacharel em Ciências Sociais, em 1942. É bom lembrar que em 1939, antes de sua ida para o Rio de Janeiro, Guerreiro tinha iniciado o curso de Direito, que foi concluído, em 1943, na Faculdade Nacional de Direito. Terminado o curso na FNF e indicado para ser professor, não foi aceito. Em depoimento ao CPDOC, transcrito no livro de Lucia Lippi Oliveira (1995, p. 140), Guerreiro Ramos faz o seguinte comentário a respeito da sua não efetivação como professor da FNF:

Quando me formei, em 1942, fui indicado para suceder a dois professores. Um chamava-se André Gross, que era professor de Ciência Política, e o outro, Jacques Lambert. [...] Mas aí, o Brasil estava em guerra. Eu tinha ligações, evidentemente, como o Landulfo [Alves de Almeida] e com o Isaías Alves,¹⁰ e os comunistas fizeram uma conspiração, uma coisa qualquer, e me acusaram de colaboracionista. [...] O [Francisco Clementino de] San Tiago [Dantas]¹¹ ficou com medo e não me nomeou.¹²

¹⁰ Políticos baianos ligados ao movimento integralista. Diógenes Arruda faz o seguinte comentário em entrevista ao Diário Vermelho quando perguntado por Iza Freaza “– Quem era os integralistas baianos dessa época?” Responde Arruda: “Me recorro de poucos. Renato de Azevedo e, se não me equivoco, Rômulo de Almeida. Depois, com o golpe do Estado Novo, veio o Landulfo Alves. Tinha o Isaías Alves, irmão do Landulfo Alves, que era um educador, mas um integralista ferrenho” (Arruda, 2004, p. 4).

¹¹ De acordo com Abreu *et al.* (2001, p. 1.793), San Tiago Dantas em 1932 filia-se à “Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de inspiração fascista”. Dantas também foi ministro das Relações Exteriores e da Fazenda no governo de João Goulart (1961-1964).

¹² Guerreiro Ramos reconhece essa sua relação com o integralismo. Neste mesmo depoimento, perguntado se ele nunca havia militado em partido político, contesta: “No integralismo. Quando o integralismo começou, fui atraído por aquilo, vesti a camisa verde”. Mais adiante, ainda sobre o tema, diz: “Mas eu militei logo no início, depois saí, não era para mim. Eu tinha 17 anos. Isso foi em 33, e eu ainda estava no ginásio” (Oliveira, 1995, p. 138). No artigo “O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de O Imparcial”, Ferreira (2006, p. 62) comenta: “Nesta fase, a propaganda pró-integralista se inseria implicitamente nos editoriais e nas palavras de líderes nacionais da AIB como Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Real, e de lideranças locais e simpatizantes [Bahia] – entre os quais destacamos Joaquim de Araújo Lima, Rubem Nogueira, Alberto Guerreiro Ramos, [...]”.

Dáí começa a saga do sociólogo engravatado, que motivado pela necessidade de sobreviver é nomeado em 1943, interinamente, técnico de administração do Dasp, porém antes da experiência daspiana, Guerreiro trabalhará no Departamento Nacional da Criança (DNC) como professor e desenvolvendo “estudos sobre puericultura, mortalidade infantil, medicina popular” (Oliveira, 1995, p. 141).¹³ À época um seu amigo, Custódio Sobral de Almeida, também professor no DNC, pergunta se Guerreiro não gostaria de ir trabalhar no Dasp. Responde Guerreiro: “Estou sem emprego, quero um emprego” (Oliveira, 1995, p. 144). O cargo era de técnico de administração a ser preenchido interinamente. Terminada a entrevista para admissão, o parecer foi: “Francamente indicado” (Oliveira, 1995, p. 144).

O cargo de técnico de administração foi criado em 12 de abril de 1940, portanto três anos antes do ingresso de Guerreiro no Departamento, através do Decreto-Lei n. 2.136, que no seu artigo 2º dizia: “Os ocupantes dos cargos dessa carreira terão exercício no Departamento Administrativo do Serviço Público, cabendo-lhes o estudo das questões de administração do serviço público civil” (Brasil, 1940a, p. 34). A criação da carreira de técnico de administração estava associada à preocupação do governo Vargas com a modernização da burocracia pública brasileira. Tal preocupação é divulgada no início de 1930, quando Getúlio, discursando no Rio de Janeiro na Esplanada do Castelo, expõe a plataforma eleitoral da Aliança Liberal e comenta o “problema do funcionalismo”, plataforma que sintetizava “as idéias centrais, sem dúvida muito avançadas para a época, que se explicitariam mais tarde como a busca da economia e eficiência no serviço público, através da profissionalização e dignificação da função pública” (Wahrlich, 1983, p. 3). Neste mesmo ano de 1930, quando assume a chefia do Governo Provisório, em 3 de novembro, no seu discurso de posse, o tema reforma administrativa volta a ser enfatizado por meio das seguintes palavras:

[...] consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigente, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao

¹³ A partir dessa experiência, Guerreiro publica os seguintes textos: *Aspectos sociológicos da puericultura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, e *As implicações sociológicas da puericultura*. Revista Pediatria e Puericultura, Salvador, a. 15, n. 1, set. 1945.

indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes; manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias – único meio eficiente de restaurar as novas finanças e conseguir saldos orçamentários reais (Wahrlich, 1983, p. 7, grifo do original).

Ainda segundo Beatriz Wahrlich, ficou clara a preocupação de Vargas com a burocracia pública brasileira, por ocasião da instalação da Comissão Legislativa no início de 1931, quando ele declarou que: “antes de tudo, o problema brasileiro é um problema de administração. Os erros e falhas, resultantes da anarquia administrativa, foram os causadores diretos de nossos maiores males e os fatores decisivos do movimento revolucionário” (Wahrlich, 1983, p. 11-12, grifo do original). O processo de reforma teve continuidade com mudanças nos ministérios e com a criação de outros, no entanto a “reforma administrativa [do Governo Provisório] foi, na realidade, uma fase experimental fecunda, embora tumultuada, de reorganização administrativa, ainda sem uma doutrina própria, coerente, que lhe definisse com alguma precisão os rumos a seguir” (Wahrlich, 1983, p. 23).

Passados sete anos, a manifestação da continuidade das intenções de modernização da burocracia pública brasileira tem seguimento com o Estado Novo. Em pronunciamento através da rádio, pronuncia Vargas: “O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos” (Wahrlich, 1983, p. 235, grifo do original). É então criado por meio do Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938, o Departamento Administrativo do Serviço Público – Dasp¹⁴ (Brasil, 1938a) vinculado à Presidência da República que, com base no artigo 67 da Constituição de 1937, tinha como competência instaurar a eficiência administrativa do aparelho burocrático do Estado.

¹⁴ O Dasp substituiria o Conselho Federal de Serviço Público Civil (CFSPC) que tinha sido criado em 28 de dezembro de 1936 pela lei nº 284. Nesta mesma data foram criadas as Comissões de Eficiência que ficariam subordinadas administrativamente a cada um dos ministérios existentes e tecnicamente, subordinadas ao Dasp. Estas mesmas Comissões por meio do Decreto-lei nº 2.804 de 21 de agosto de 1941, passariam a atuar exclusivamente no estudo da eficiência administrativa dos respectivos ministérios.

É neste ambiente institucional que Guerreiro Ramos vai trabalhar como técnico de administração e fazer parte “de uma equipe de funcionários de elite, estudiosos dos problemas que se relacionam com a organização e o aperfeiçoamento dos serviços públicos, porque este Departamento [Dasp] está convencido de que, sem essa equipe, jamais atingirá os objetivos que determinaram a decretação da Lei n. 579, de 30 de julho de 1938, em obediência ao disposto no artigo 67 da Constituição” (Brasil, 1940b, p. 1).¹⁵ Vale a pena observar, porém, como essa “elite” de funcionários públicos foi “perfilada”. Um ofício assinado por Lourenço Filho em 8 de fevereiro de 1941, então Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) do Ministério da Educação e Saúde (MES), enviado a Moacyr Briggs, diretor da Divisão de Organização e Coordenação do Dasp, solicitava quais seriam as “referências necessárias ao tipo de trabalho, condições físicas e de inteligência, a espécie e o nível de conhecimentos a serem exigidos na seleção dos candidatos à referida função” (Brasil, 1941a, p. 1) de técnico de administração. Este perfil deveria ser identificado por meio de um questionário anexo ao ofício, cujo título era o seguinte: “*Questionário sobre as funções de mensalista – Técnico de Administração*”. Das respostas dadas pelas diversas divisões do Dasp, destacamos o seguinte trecho:

3 – A função exige condições de inteligência ou aptidão mentais especiais:

Sim.

Quanto ao nível intelectual

Equivalente ao universitário.

Quanto a aptidões especiais (atenção, memória, capacidade de análise, espírito de síntese, etc.)

¹⁵ Este parágrafo foi extraído da Circular SA/188 de 8 de agosto de 1940 assinada pelo então presidente do Dasp, Luis Simões Lopes, que viria a presidir, em 1944, a Fundação Getúlio Vargas. Em Silva (2006) Luis Simões Lopes diz que: “O Dasp, cuja chefia me foi confiada, se constituiu em um órgão extremamente poderoso. Atuando junto ao presidente da República, visava a dar-lhe assessoria, de modo a habilitá-lo não só a reformar, renovar e transformar a velha máquina administrativa, como decidir sobre os muitos e milhares de documentos, projetos e papéis que vinham às suas mãos para deliberação. (...) Além de orientar toda a chamada administração geral da República, isto é, pessoal, material, edifícios públicos e outros aspectos, tinha o Dasp a imensa responsabilidade de elaborar o orçamento federal. E quando se fala em elaboração do orçamento federal da República, está-se falando em todos os problemas com os quais se ocupa o governo” (Silva, 2006, p. 95).

Todas essas mais: percepção rápida, iniciativa (espírito de), entusiasmo creador, vivacidade, espírito de conciliação, caráter independente.

4 – Em seu entender, quais os conhecimentos a exigir especialmente na prova de habilitação para a função?

Princípios e problemas de organização (Taylor, Fayol, Ford, L. D. White, J. Pfiffner, W. F. Willoughby, Mooney and Reiley, L. Gulick, L. Urwick, H. Dennison, M. Dimock, L. Moriam, L. F. Schmeckebier etc.; Chevalier e V. A. Graicunas, etc.). Organização administrativa das grandes nações. Noções sobre administração de pessoal, material e finanças.

5 – Outras observações:

A personalidade é importantíssima. Nela, merecem especial consideração característicos relativos a: discrição, trato afável e simples, independência e convicção de idéias, espírito público, plasticidade, conhecimento da natureza humana, etc. (Brasil, 1941b, p. 1, grifo nosso).

O diretor da Divisão de Organização e Coordenação do Dasp responde ao questionário dando “Sugestões para a organização geral e programa para a prova de habilitação relativa à função de técnico de administração – D.M. do D.A.S.P”. Foram, em linhas gerais, as seguintes sugestões: “A prova constará de três partes: I – Conhecimento gerais sobre abastecimento de material para o serviço público. II – Merceologia. III – Noções de estatística” (Brasil, 1941c, p. 1).

Passados seis anos de sua interinidade, Guerreiro presta concurso em 1949, com uma “Tese apresentada para provimento em cargos da carreira de Técnico de Administração do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público – 1949 – Enquadrada na Seção I – Organização item a da letra a, das Instruções do referido concurso” (Ramos, 1950). A tese tinha como título *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: (ensaio de sociologia do conhecimento)*.

Um fato que chama a atenção neste concurso e que tem a ver com a biografia de Guerreiro Ramos é a intervenção no processo de seleção do então Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI). O Dasp faz uma solicitação ao DFSP para que sejam examinados nove nomes de candidatos, entre os quais

se encontrava o de Guerreiro Ramos. Foi a seguinte a resposta do DFSP – D.P.S. – Serviço de Informações – Setor Arquivo – Nº 03984 em 31 de março de 1948: “Alberto Guerreiro Ramos¹⁶ sem qualificação, integralista do Est. Da Bahia, segundo relação encaminhada a esta D.P.S pela Polícia do referido Estado. Rio, 31.3.1948” (Brasil, 1948, p. 1). Interessante ainda sobre esta investigação dos candidatos que faziam parte da lista em que estava Guerreiro Ramos, tinha o nome de um outro personagem, que não identificaremos, cujo registro era o seguinte: “... – médico, sem filiação, foi objeto de sindicância em 1940, em virtude de manter relações com uma francesa suspeita de ser ligada a comunistas franceses. Nada foi apurado que o comprometesse” (Brasil, 1948, p. 1).

Regressando aos anos 43, quando Guerreiro Ramos assume a sua interinidade no Dasp, passaremos a descrever os seus dois locais de trabalho antes da sua aprovação no concurso em 1949. Identificar, porém, o seu real local de trabalho foi difícil, uma vez que nos documentos analisados no Arquivo Nacional não foram localizados registros quanto a sua lotação em setores específicos na departamentalização do Dasp. Podemos deduzir, a partir de depoimento que ele dá ao CPDOC que, em um primeiro momento, Guerreiro parece ter atuado na *Divisão de Organização e Coordenação*. Esta dedução poderia ser confirmada por meio de suas palavras no depoimento a Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliveira:

A.A. – *O que o senhor fazia no Dasp?*

G.R. – Analisava projetos de organização de departamentos, como o Departamento de Agricultura, de penitenciárias, ia para as repartições e dava nova forma, pois eles precisavam se reorganizar. Organizava a polícia... [...] Fazia recrutamento de pessoal para o governo federal, fui chefe da seção de recrutamento (Oliveira, 1995, p. 146).

Assim, foi necessário estudar a departamentalização do Dasp e as suas modificações ao longo do período analisado; neste sentido, regimentos internos foram utilizados como fontes.¹⁷ Observamos que as reestruturações da burocracia pública eram atribuição da Divisão de Organização e Coor-

¹⁶ Sublinhado como no original.

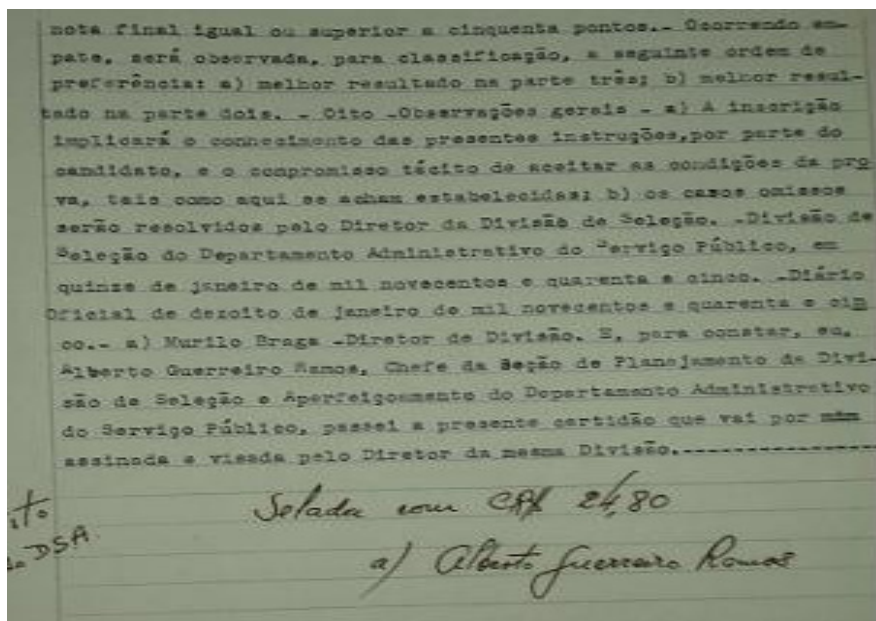
¹⁷ Decretos n. 11.101, de 11 de dezembro de 1942 e n. 20.489, de 24 de janeiro de 1946.

denação (D.C.) do Dasp, cujas finalidades, entre outras, eram as seguintes: I – estudar os regimes de administração mais adequados aos vários setores do serviço público; IV – empreender trabalho de reorganização de serviços, envolvendo: a) análise de suas atividades, organização, pessoal, material, normas e métodos de trabalho, condições locais e recursos financeiros; b) planejamento de nova organização e funcionamento; c) assistência na implementação de nova organização; VII – colaborar, quando solicitada, em estudos relativos à organização e funcionamento de entidades paraestatais.

A segunda unidade na qual Guerreiro Ramos trabalhou foi a *Seção de Planejamento* (S.Pl.), que estava subordinada à *Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento* (DSA.). Eram as seguintes as atribuições diretamente relacionadas com as da S.Pl.: estudar os processos de recrutamento e seleção de pessoal e estudar bases de concursos e provas, organizando instruções e programas (Brasil, 1946). Especificamente com relação à S.Pl. e de acordo com o Regimento do Dasp, cabia: I – estudar, de acordo com investigações realizadas no trabalho, os processos de recrutamento e seleção a serem adotados; II – elaborar instruções e programas para concursos, provas e cursos, criados isoladamente, ou devidamente articulados, com o fim de selecionar e aperfeiçoar o pessoal; III – opinar sobre a habilitação de candidatos a transferências; IV – divulgar as possibilidades e oportunidades no serviço público com o fim de atrair os melhores elementos; V – manter contato com instituições interessadas no preparo e suprimento de pessoal para o serviço público; VI – colaborar com a S.A.T. (Seção de Adaptação e Treinamento) nas atividades a seu cargo; VII – manter em arquivos próprios os estudos e investigações procedidos pela seção.

Aqui é possível confirmar a sua atuação, uma vez que encontramos um documento datado de 18 de junho de 1949, no qual um “abaixo-assinado – [...] – professor de curso técnico da prefeitura do Distrito Federal, matriculado sob o nº [...]”, solicita declaração ao Dasp de que participou como “examinador nas provas de habilitação [...]” respectivamente, da Escola Técnica Nacional, Escola Técnica de Recife e Escola Técnica de S. Luiz” (Brasil, 1949, p. 1). Em uma certidão de duas laudas e meia, assim conclui o documento: “e, para constar, eu, Alberto Guerreiro Ramos, Chefe da Seção

de Planejamento da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, passei a presente certidão que vai por mim assinada e visada pelo Diretor da mesma Divisão” (Brasil, 1949, p. 4).



Como podemos imaginar e consta no seu depoimento ao CPDOC, este tipo de atividade era “um negócio chato. (...) Mas era uma coisa chafíssima. Desde o começo eu vi que aquilo era chato” (Oliveira, 1995, p. 146). Mais adiante, no mesmo depoimento, Guerreiro observa: “Na época em que eu estava no Dasp, as pessoas diziam: “Esse sujeito é meio suspeito...” Ninguém era meu amigo. Mas depois todos ficaram amigos, porque a minha vida posterior é que explica a anterior. É natural que pessoas com uma formação técnica não me entendessem, eu era um peixe fora d’água” (Oliveira, 1995, p. 147), um sociólogo que desejava estar em “mangas de camisa”, porém estava “engravatado”.

2.3 UM BUROCRATA-REDATOR

No período de estudo delimitado, 1943-1951, no qual Guerreiro Ramos atua como burocrata no Dasp, ainda escreve artigos e comenta livros para a *Revista de Serviço Público (RSP)*, editada por esse Departamento.

Textos que denotam, sobremaneira, o início de uma produção intelectual de aproximação da Sociologia aos estudos organizacionais por um lado e, de outro, intentos de demonstrar a necessidade de o sociólogo atuar de forma engajada com os destinos do país. Tais textos, ainda que possam ser considerados “preliminares” de um saber em formação no Brasil, o estudo das organizações públicas, são precisos, uma vez que estabelecerão as referências primeiras não só para o autor, Guerreiro Ramos, mas para aqueles que ainda não tinham contato com uma Sociologia aplicada a um campo de estudo, ora pautado pelos cânones do Direito Administrativo, ora pautado por uma prática e literatura forânea, predominantemente assentada no fazer gerencial norte-americano.¹⁸ Neste subitem, portanto, pretendemos identificar alguns dos artigos que pontificaram o pensamento desse sociólogo no período de estudo projetado.

Assim, tentaremos perfilar este momento da vida profissional de Guerreiro Ramos não somente como burocrata, assinando processos no Dasp, mas como intelectual que deseja contribuir para que o país saísse, à época em que escrevia, daquela dependência que por pouco não se tornou “natural”, se não fora o papel do governo Getúlio Vargas (em que pese o autoritarismo de suas ações políticas) e de intelectuais como Guerreiro, que desejavam o melhor para o país, intento que mais tarde, em meados dos anos 50, favorece a criação do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). E é este intelectual, engajado com as mudanças da sociedade brasileira, que vai tecer seus primeiros comentários de uma Sociologia aplicada quando, inserido no ambiente daspiano, burocrático-weberiano por excelência, escreve os seus primeiros textos dedicados à Administra-

¹⁸ Em 1939 um primeiro grupo de funcionários públicos foi enviado pelo Dasp para se aperfeiçoarem nos Estados Unidos (Silva, 2006). Um desses funcionários foi a professora Beatriz Marques de Souza Wahrlich, que veio a ser professora e diretora da Ebap. No depoimento dado a Suely Braga da Silva o doutor Luiz Simões Lopes, relatando suas atividades no Dasp, faz o seguinte comentário: “Perguntava-se por que o Dasp teve tão grande repercussão na vida administrativa do país. Uma das razões é que, naquela época, fomos pioneiros na implantação de um sistema de aperfeiçoamento de pessoal. Obtivemos do presidente Vargas uma lei mandando aperfeiçoar no estrangeiro os funcionários públicos, dentro de um programa anualmente estabelecido e orientado pelo Dasp” (Silva, 2006, p. 104). Em outra passagem destaca: “Certa vez, pedi ao governo americano que me mandasse um especialista de uma de suas boas universidades, capacitado em administração pública ou privada, de preferência pública. Mandaram-me um homem de primeira ordem para examinar o Dasp, para conhecer o seu funcionamento, detectar os problemas e orientar sobre como eliminá-los” (Silva, 2006, p. 110).

ção. Assim, vai publicar em julho de 1946, na Revista do Serviço Público, o artigo *Administração e política à luz da sociologia*. Texto que faz, de início, uma delimitação verossímil da Administração como área de conhecimento:

O reconhecimento da precariedade fundamental de qualquer tipo de organização social deve advertir o administrador contra o perigo de uma técnica ou ciência da administração que se pretenda auto-suficiente e capaz de resolver todas as questões que emergem da realidade social. O sucesso da administração depende de sua modéstia e de sua humildade. Na medida em que ela sabe distinguir os seus domínios daqueles que pertencem a outras ciências e se dispõe a uma tensão crítica relativa aos seus procedimentos, permanece um instrumento de progresso, erigindo-se em verdadeira prestidigitação quando transpõe estes limites e normas (Ramos, 1946a, p. 6).

Aqueles que contestarão este parágrafo poderão dizer, entre outras coisas, que o redator era um sociólogo e que, por conta desse dado, estaria apenas defendendo a sua profissão; portanto o corporativismo era o determinante da sua análise. Ora, poderemos questionar: Por que não aceitar de pronto o fato de que o mesmo objeto de estudo da Administração, as organizações, é o espaço de trabalho de outras áreas de conhecimento? Não iremos aqui identificá-las por ser exaustiva a sua enumeração, no entanto tal posicionamento permite aproximar a ideia de que a Administração como uma Ciência Social e, como tal, não tem “personalidade própria”, na medida em que o “seu objeto” – as organizações – é também estudado e projetado sob os diferentes pontos de vista deste conjunto denominado de Ciências Sociais, Ciências Humanas, etc., bem como também de algumas Engenharias. O caráter disciplinar da Administração se esvai, ora por sua composição interdisciplinar, ora por uma ação coadjuvante de outros saberes. O que não quer dizer que diminuamos importância a este conhecimento porque, em algumas situações, ela poderá revestir-se de uma ação transdisciplinar.

No artigo seguinte, Guerreiro Ramos analisa uma das principais referências no estudo da Administração sob a perspectiva sociológica: *Economia e sociedade*, de Max Weber (1864-1920). Guerreiro, ao estudar a publicação que então foi traduzida pela primeira vez para o castelhano (1944), pela Editora Fondo de Cultura Económica (México), considera que nem mesmo nos Estados Unidos da América este livro ainda tinha sido traduzido, “ao que me consta, circula mimeografada, em restritos centros de estudo dos Estados Unidos”

(Ramos, 1946b, p. 129). Não cabe dúvida que esta tradução, assim como sua divulgação por meio de um periódico destinado aos quadros de uma burocracia pública, revestiu-se de suma importância, uma vez que não “é necessário ser profeta para prever que a obra de Max Weber será para as novas juventudes [...] a propedêutica necessária para o estudo e a compreensão dos problemas sociais” (Ramos, 1946b, p. 129), bem como destes problemas nos sistemas sociais organizados. Na conclusão do artigo Guerreiro destaca:

Ousando nesta Revista uma exposição da sociologia de Max Weber, pretendo trazer a debate um modo de ver cuja possibilidade de aplicação ao estudo da administração já foi posta à prova, com êxito. No Brasil, Emílio Willems aplicou-o, [...], na avaliação sociológica de nossa organização política e administrativa.¹⁹ [...] Estudos desta natureza se coadunam perfeitamente com a alta concepção de técnica de administração, que faz este Departamento Administrativo do Serviço Público, aliás já formulada claramente em duas exposições de motivos ao presidente da República. [...] Não hesito em afirmar que a sociologia de Max Weber vem atender em parte a este desígnio, pois ela é um instrumento não só necessário, mas indispensável para que a técnica de administração adquira a consciência de suas relações estruturais com os demais departamentos do todo político-social e, deste modo, possa intervir no processo social, não com expedientes perturbadores, mas colaboradores e até estimuladores daquelas forças de cuja libertação depende a realização mesma das potencialidades representativas de uma época (Ramos, 1946b, p. 139).²⁰

Dando sequência as suas análises de clássicos da Sociologia, Guerreiro publica o artigo *A Divisão do Trabalho Social*, no qual faz referência a Émile Durkheim (1858-1917) e ao seu famoso texto *De la Division Du Travail Social*.²¹ Guerreiro, porém, na realidade, quer chamar a atenção daqueles profissionais, técnicos de administração como ele, para estarem atentos às suas leituras, uma vez que, como já alertara no artigo anteriormente referenciado, *Administração e política à luz da Sociologia*, o potencial da Admi-

¹⁹ Guerreiro Ramos faz referência a Willems, Emílio. Burocracia e Patrimonialismo. In: Administração Pública nº 3, setembro 1945. S. Paulo (conforme citação original Guerreiro Ramos).

²⁰ “Eu escrevia na *Revista do Serviço Público*. Por exemplo, quando saiu o livro de Max Weber, pela Editora Fundo de Cultura, em 1944, escrevi um longo artigo, estudando Max Weber. Mais tarde, alguém fez um artigo sobre a história de Max Weber no Brasil e aponta a mim e ao Emílio Willems como as primeiras pessoas a falar de Weber” (Oliveira, 1995, p. 144).

²¹ Durkheim, Émile. *De la division du travail social*. Paris: Felix Alcan, 1926.

nistração, como área de conhecimento, não era suficiente para entender as questões da realidade social. Agora, ao comentar Durkheim, Guerreiro reforça a sua posição logo no primeiro parágrafo:

O aspecto psíquico da conduta dos grupos dirigentes se revela ao observar-se, algumas vezes, que, ainda quando identificam os problemas sociais e desejam resolvê-los, recorrem a medidas inadequadas que os agravam. Falta-lhes, para levar a efeito terapêuticas acertadas, um conhecimento da estrutura das sociedades contemporâneas – carência que só poderá ser reparada pela utilização ou assimilação dos últimos resultados das ciências sociais (Ramos, 1946c, p. 161).

Ainda neste mesmo artigo faz comentários a respeito de outros autores cujas leituras, além de Durkheim, deveriam ser obrigatórias para o técnico de administração: Ferdinand Tönnies (1855-1936) – *Comunidade e sociedade*,²² Max Weber – *Economia e sociedade*,²³ Karl Marx (1818-1883) – *O capital*,²⁴ embora com a ressalva de que Marx deveria ser lido “despido naturalmente dos seus falsos dogmas políticos” (Ramos, 1946c, p. 162). A percepção que Guerreiro tem sobre certos autores pode ser considerada profética.²⁵ Leiamos dois parágrafos que demonstram a sua premonição aos males da nossa contemporaneidade,²⁶ e dois seriam os parágrafos que confirmam esta posição:

O princípio da livre competição, válido para a etapa da sociedade liberal, em que o indivíduo, pela capacidade de iniciativa, podia modificar incessantemente os seus *status*, é, hoje, inoperante, em virtude da concentração do poder econômico e militar a que conduziu o processo de industrialização (Ramos, 1946c, p. 161).

Possivelmente, a falta de tal preparação sociológica é o que explica [...] o professor [Friedrich A. von] Hayeck [ter] escrito O Caminho da Servidão,²⁷ um dos livros mais nefastos que se têm editado nestes

²² Tönnies, Ferdinand. *Comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Losada, 1947.

²³ Weber, Max. *Economia y sociedad*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1944.

²⁴ Marx, Karl. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 3v. (Não foi possível identificar qual edição, aproximada, que Guerreiro Ramos leu. Neste caso optamos por esta edição brasileira de 1996).

²⁵ Diga-se, de passagem, que Lucia Lippi Oliveira no seu livro *A sociologia do guerreiro*, tem um capítulo, o de número cinco, com o seguinte título: “A inteligência brasileira à luz da sociologia profética de Guerreiro Ramos” (Oliveira, 1995, p. 111).

²⁶ No momento que este artigo estava sendo escrito (setembro 2008), ocorria a crise do mercado financeiro internacional “liderada” pelos Estados Unidos, pregoeiro do (neo)liberalismo econômico.

²⁷ Hayeck, Friedrich. *The Road to serfdom*. Chicago: The Univ. Of Chicago Press, 1944.

últimos anos, pois é uma plataforma de equívocos e malversões que, sem dúvida, impressionará os incautos, em virtude dos títulos de que é portador [Hayeck] (Ramos, 1946c, p. 162).

Fazendo um corte no período projetado do estudo (1943-1951), voltamos ao ano de 1995 para destacar a importância que Max Weber teve no pensamento de Guerreiro, a “influência mais poderosa desde os anos 40 até hoje, em termos de minha profissão de homem de ciência social” (Oliveira, 1995, p. 144). Parecia ser forte a relação de Guerreiro com a obra de Weber, a ponto de salientar que o seu último livro, *A nova ciência das organizações*, começa com Max Weber.

Eu acho que entendo Max Weber como poucas pessoas no mundo. Se você se der ao trabalho de examinar isso, poderá ler, por exemplo, meu primeiro estudo em inglês, publicado em 1970, que mostra como os americanos não compreenderam Max Weber. Inclusive um sujeito chamado Talcott Parsons, que pretende ter sido influenciado por Weber, não entende, não sabe o que é aquilo. Eu destruo aquele negócio com dois ou três parágrafos, porque ele não entendeu nada. Max Weber é uma pessoa familiar, estou sempre com ele, é uma pessoa das minhas relações. Eu o entendo, é uma afinidade enorme. E isso foi antes do marxismo. Quando fui ler Marx, eu já tinha um estofo de coisas. [...] Eu começo a entrar na teoria da organização e começo a voar para os grandes temas, que não respeitam fronteiras: economia, sociologia... O negócio weberiano é multidisciplinar. Aquele é que era o meu perfil. Foram as duas grandes influências da minha vida: a primeira Berdiaeff,²⁸ de caráter pessoal, ligada às minhas emoções. Encontrei aquele homem numa idade imatura, e ele me educou; fico cada vez mais encantado, e isso nunca cessou. Com Max Weber já faço críticas, mas considero o maior sociólogo. Por exemplo, meu julgamento sobre Durkheim, sobre toda a socio-

²⁸ “Foi ali, em 1936, na ocasião de seu encontro com [Jacques] Maritain [1882-1973], [quando este filósofo francês retornando a França desde Buenos Aires, passa pelo Rio de Janeiro e Salvador onde] (...) o jovem Guerreiro Ramos lhe entregaria um exemplar de seu livro de poesias [*O drama de ser dois*] para que fosse dado a Nicolas Berdyaev (ou Berdiaeff) [1874-1948] filósofo e teólogo russo que se dedicou à temática da liberdade e do ato criador, entre outras, e cujo pensamento possui um caráter marcadamente existencial e personalista, erigido a partir da crença de que há uma união misteriosa entre Deus e o Homem, manifestada, primordialmente, pela pessoa de Cristo. [...] Vale notar que este imigrante russo foi uma referência seminal na formação pessoal e intelectual de nosso jovem aspirante a poeta, e este fato, acrescentamos, tem passado despercebido pelos estudiosos que, até hoje, se debruçam sobre o pensamento guerreireano” (Azevêdo, 2006, p. 43). Guerreiro manteve correspondência com Berdyaev e também com uma cunhada deste filósofo russo logo após a sua morte (Azevêdo, 2006, p. 44).

logia, é de que aquilo é uma porção de besteiradas. Esses homens erraram, não compreenderam, são criaturas do que eu chamo o “destrilhamento”, usando uma palavra de Vögelin.²⁹ A ciência social é um blefe para mim, uma falácia, exceto Max Weber. Aliás, agora saiu em inglês o livro da mulher dele: *Max Weber, um retrato*.³⁰ Muito interessante, estou lendo com muita alegria. Esta foi uma grande influência (Oliveira, 1995, p. 144-146).

Voltemos ao nosso período de estudo. No artigo ao qual a seguir faremos referência, *Notas sobre Planificação Social*, Guerreiro Ramos comenta a imaturidade, no Brasil, do tema planejamento. A percepção de Guerreiro a propósito desta imaturidade está contida nesta transcrição: “a atitude mais prudente diante da planificação é a de considerá-la como uma questão em debate, cuja solução ainda não está suficientemente amadurecida” (Ramos, 1946d, p. 163). E, à semelhança dos textos anteriores nos quais faz referências aos autores que considerava necessários ao exercício da profissão de técnico de administração, cita Karl Mannheim e comenta que o seu texto³¹ deu “clareza” ao tema planejamento, embora tal concepção já estivesse “infusa nos escritos de alguns filósofos e sociólogos europeus, desde Comte, Hegel, Durkheim e Marx até Max Weber” (Ramos, 1946d, p. 163).

Guerreiro vai mencionar que no “terreno das ideologias, a planificação pode ser encarada sob três pontos de vista: o capitalista, o fascista e o comunista” (Ramos, 1946d, p. 165), apesar de estas duas últimas padecerem “de tendências de índole reacionárias muito fortes, pois ambas pretendem impor uma unidade cultural à sociedade” (1946d, p. 165). No que diz respeito a esta prática nas sociedades capitalistas, o autor aponta:

A maioria das sociedades contemporâneas está planificada sob o ponto de vista capitalista. Não tem nenhuma importância que certos economistas ainda procurem provar que a presente é uma sociedade liberal. Não é necessário ser arguto para descobrir que a direção das sociedades capitalistas está fora do alcance da maioria dos cidadãos. A planificação capitalista se caracteriza por ser o resultado de um

²⁹ Erich Herman Wilhelm Vögelin (1901-1985).

³⁰ Weber, Mariane Schnitzer. *Max Weber, a biography*. Piscataway, Nova Jersey: Transaction Pub, 1988.

³¹ Mannheim, Karl. *Liberdad y planificación social*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1942.

processo histórico; ela é um produto engendrado pela livre concorrência. Ela firmou o seu título sub-repticiamente e, até hoje, no de velhos princípios, ela garante a sua estabilidade (Ramos, 1946d, p. 165)

Vale salientar a observação que faz Guerreiro com relação ao fato de que filósofos e sociólogos europeus já se dedicavam ao tema planejamento, ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos. Tal deficiência ele também percebia no Brasil, até pelo fato de aqui seguirmos o modelo norte-americano:

O impressionante atraso em que se encontram nos Estados Unidos os estudos sociológicos sobre o nosso tema se torna patente quando se observa que até hoje não se percebeu ali que a planificação não é um problema de administração. De certo modo, esta orientação se reflete em países, como o nosso, cuja ciência da administração é mais influenciada por autores americanos. Estes autores apresentam o defeito de ser sociologicamente despreparados, pois os seus estudos são realizados sob a presunção de que as esferas da sociedade estão separadas uma das outras de modo estanque. Neste particular, eles se encontram ainda na fase da sociedade liberal e ainda não perceberam a mudança de estrutura que operou em nossa época (Ramos, 1946d, p. 166).

Continuando o nosso périplo pelos artigos publicados por Guerreiro Ramos na *Revista do Serviço Público*, identificaremos agora o artigo *A hipótese de demora cultural*. Nele Guerreiro discorre sobre o significado de “demora cultural” (*cultural lag*), expressão extraída do trabalho de William F. Ogburn, *Social change*.³² Embora Guerreiro considere o livro *out of date*, comenta que a expressão demora cultural “foi bem sucedida, tanto assim que, freqüentemente, aparece em livros de economia, de administração, de política, de psicologia social e, sobretudo, sociologia” (Ramos, 1947a, p. 152). A hipótese central desta expressão – demora cultural – significaria que as mudanças que ocorrem na cultura material demoram a ser absorvidas pela cultura imaterial, que as processa mais lentamente ou, simplesmente, não muda, resiste. “Tomando por baliza o progresso técnico contemporâ-

³² Ogburn, William F. *Social change*. Chicago: The Univ. of Chicago Press, 1933.

neo, descobre-se facilmente que estão atingidos de uma demora cultural, a educação, os ‘mores’ familiares, a administração pública, o sistema jurídico e a política” (Ramos, 1947a, p. 154).³³

A esta altura, podemos observar que os artigos publicados por Guerreiro Ramos na *RSP* revestem-se de um caráter didático, uma vez que publicados nesse periódico dedicado, preliminarmente, ao funcionário público, tenciona transmitir conhecimentos que auxiliem burocratas no que fazer na administração pública brasileira. Vejamos o caso do conteúdo deste próximo artigo: *A pesquisa e os ‘surveys’ sociais*. Neste texto Guerreiro salienta a importância que os métodos e as técnicas de pesquisa social têm para o gestor público, no entanto ele vai dizer que, à exceção da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo,³⁴ o tema era pouco explorado no Brasil. No caso da Escola de São Paulo, vai atribuir a importância dessa temática à participação do professor norte-americano Donald Pierson (1900-1995), o qual considerou “Um dos maiores serviços prestados ao desenvolvimento dos estudos sociais, no Brasil, [...], o de ter difundido, entre nós, um sistema de referência para o estudo de pesquisa social” (Ramos, 1947b, p. 147). Guerreiro observa, no entanto, que o conceito de “survey social” não era aplicado de forma correta no Brasil. Em um dos parágrafos do artigo é fácil perceber uma “aula a distância” dada aos funcionários públicos, privilegiados leitores da *RSP*:

A origem do “survey” social é a necessidade de revelar às autoridades ou aos interessados certos aspectos da sociedade que devem ser objeto de reforma. Visa o aperfeiçoamento da sociedade humana, possuindo um conteúdo reivindicador. Desde já, torna-se evidente que não deve ser confundido com a pesquisa social ou com aquilo que os organizadores chamam de – levantamento. O “survey” social não é uma técnica em si mesma, se bem que aqueles que o elaboram possam usar técnicas. Ele é uma apurada e minuciosa coleção

³³ Passadas mais de seis décadas deste escrito a “cultural lag”, no caso brasileiro, parece ter sido alterada. A sua prática talvez ainda ocorra nos “mores” familiares e, possivelmente, no sistema jurídico e político. O progresso técnico na educação e administração pública brasileira, no entanto, já anda a passos, mesmo que não muito largos, com o progresso técnico contemporâneo, haja vista a incorporação das tecnologias de base microeletrônica no sistema de ensino e na burocracia pública. Neste último caso, a incorporação das chamadas tecnologias da informação são realidades no aparato burocrático do Estado brasileiro. Vide, por exemplo, o sistema de arrecadação de impostos.

³⁴ A Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESP) foi criada em 1933. O nome atual é Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

de dados e informações sobre uma questão social, com o intuito de promover a consciência da necessidade de resolvê-la (Ramos, 1947b, p. 148).

Mais adiante, ele vai distinguir “survey” social de pesquisa social. O primeiro método teria como objetivo promover mudanças na sociedade por meio da solução de problemas sociais e que, portanto, se revestiria de “índole valorativa”. O contrário ocorreria com a pesquisa social, que teria como objetivo “não reformar ou tratar a sociedade, mas compreendê-la e explicá-la” (Ramos, 1947b, p. 150). Comenta, todavia, que “O ‘survey’ social tende a desaparecer com o aperfeiçoamento dos serviços públicos e com o progressivo florescimento de fundações de objetivos científicos” (Ramos, 1947b, p. 150).

Na sequência, Guerreiro divulga uma “*Pequena Bibliografia do Estudo do Padrão de Vida*”. Como este periódico estava destinado, prioritariamente, à leitura de servidores públicos, aqueles que trabalhavam com políticas públicas perceberiam neste artigo a importância que os estudos sobre padrão de vida têm para a análise, elaboração e avaliação de políticas públicas. Esta importância é salientada por Guerreiro ao alertar que este tipo de estudos “são instrumentos essenciais da política de conciliação do capital com o trabalho” (Ramos, 1947c, p. 136). Mais adiante, ele vai exemplificar e complementar:

O cálculo do salário mínimo, a resolução dos dissídios coletivos, o controle dos preços, a prestação de serviços sociais de massa, [...] demandam um conhecimento objetivo dos hábitos de consumo da correspondente clientela. A ausência destes estudos pode levar esses serviços a uma ação desordenada e hesitante, quando não à dispersão dos seus próprios recursos. O estudo do padrão de vida é, assim, uma espécie de levantamento topográfico do consumo popular, sem o qual os serviços sociais de massa não poderão atingir a plenitude de suas possibilidades (Ramos, 1947c, p. 136).

O conteúdo do texto ainda vai fazer referência a que o estudo do padrão de vida é explicável sociologicamente, uma vez que o capitalismo, ao romper com os padrões de consumo anteriores, fomenta “um tumulto de ambições e de vontades” (Ramos, 1947c, p. 136) que promovem, por sua vez, a necessidade de um mínimo de subsistência. “Contudo, este mínimo

de subsistência não é fixo. À medida que se operam transformações na estrutura social, ele se modifica e, portanto, impõem-se medidas tendentes a restabelecê-lo. Daí provém a necessidade crônica de estudar o padrão de vida” (Ramos, 1947c, p. 136). O artigo é concluído com a indicação de 12 referências bibliográficas sobre o tema.

Chama a atenção nesta “série” guerreiriana publicada na *RSP*, o artigo a seguir: *As ciências sociais em transição*. Nele Guerreiro Ramos comenta que um sociólogo que ressuscitasse naquele momento se deparia como uma nova compreensão sociológica do mundo, compreensão ocasionada pelas mudanças no pensar teórico da Sociologia. Apesar disso, esta área do conhecimento no Brasil ainda não teria recebido o *status* que ela merecia. A exceção ficaria por conta da referência que Guerreiro faz de um “jovem sociólogo brasileiro” que surge nesta nova fase do pensamento sociológico – Mário Lins – que publicou no Rio de Janeiro (1947) o livro *A transformação da lógica conceitual da sociologia*, considerado por Guerreiro com um “livro que está à altura dos mais avançados centros de estudos dos Estados Unidos, da Alemanha, do México e da Inglaterra e, indubitavelmente, é portador de uma contribuição original para o desenvolvimento da sociologia” (Ramos, 1947d, p. 141).

Destacaremos dos comentários que Guerreiro faz sobre o texto de Mario Lins, a discussão que este (Mario Lins) desenvolve sobre a polarização entre as ciências da natureza e as ciências do espírito. Fazemos este destaque porque cabe a mesma discussão quanto aos conceitos de fordismo *versus* pós-fordismo, sociedade industrial *versus* pós-industrial, automação rígida *versus* automação flexível, gestão social *versus* gestão estratégica, e outras polarizações tão comuns nos estudos organizacionais contemporâneos:

Para o autor, a dualidade – ciências da “natureza” *versus* ciência do “espírito” – só tem importância heurística. De fato, a realidade existencial “estrutura-se num contínuo espaço-temporal”, e não, discretamente, em compartimentos cindidos e qualitativamente distintos uns dos outros, embora na estrutura interna desse contínuo – diz o Sr. Mario Lins – vários fenômenos estejam atuando, através de diferenciações, relativamente específicas (Ramos, 1947d, p. 142).

A partir desta ideia poderíamos visualizar que, contemporaneamente, numa mesma organização, encontraríamos sistemas operacionais ainda mecanizados, de automação rígida, a despeito da existência de *softwares* utilizados em outras funções como a financeira, por exemplo. O que significa dizer que em um mesmo espaço organizacional convivem estruturas que podem ir em direção ao fordismo e outras ao pós-fordismo, ainda que na época em que o texto foi escrito, auge do taylorismo-fordismo, poderiam ser observadas situações organizacionais em que o trabalhador especializado convivía com o artífice do período pré-fordista.

Quando da morte de Karl Mannheim (1893-1947), Guerreiro Ramos publica na *RSP* um pequeno texto sobre a sua importância para o estudo da Sociologia, seguido de sua produção bibliográfica. Observou Guerreiro que, apesar de o sociólogo húngaro ter estudado em várias universidades europeias (Budapest, Berlim, Friburgo, Paris e Hildelberg), a “obra de Mannheim encarna o que há de mais representativo da sociologia alemã” (Ramos, 1947e, p. 166). E que embora seja “mencionada a influência de Emil Lask, Hirich Rickert, Edmund Husserl, Georgy Lukács, Béla Zalay [...], ele foi, a nosso ver, um continuador da obra de Karl Marx e de Max Weber” (1947e, p. 166). De outro lado, a partir da análise marxista e weberiana do capitalismo, saiu a “inspiração decisiva para elaborar a sua teoria da planificação, como um estádio da evolução da sociedade ocidental” (Ramos, 1947e, p. 166). Comentários sobre Karl Mannheim, Guerreiro já havia feito no volume 4, número 3 (1946d).

O destaque agora vai para o artigo *Novos rumos das ciências sociais na América Latina*, no qual afirmava que, neste continente, as Ciências Sociais ainda não tinham alcançado o *status* que elas mereciam. Embora reconheça que o processo de amadurecimento já estivesse acontecendo, teme que estes esforços se percam porque os estudos são “perfunctórios ou na reelaboração de temas já versados em centros intelectuais estrangeiros, mais evoluídos” (Ramos, 1947f, p. 122). No final do artigo Guerreiro faz referência ao lançamento de duas revistas recém-lançadas: *Revista*

Brasileira de Economia, da Fundação Getúlio Vargas,³⁵ e *The Social Sciences in México*, edições que, segundo Guerreiro, viriam a contribuir para disseminar os estudos sociais na América Latina.

Em 1948 Guerreiro Ramos publica três *críticas* na *RSP*. Tal formato – *crítica* – significa pequeno texto que analisa determinada produção acadêmica. No volume 1, de 1948, Guerreiro comenta o livro de Francisco Ayala, *Tratado de Sociologia*, publicado em 1947 pela Editorial Losada, de Buenos Aires, conteúdo que considera próximo ao pensamento alemão, “segundo a qual ao sociólogo compete elaborar categorias explicativas do processo histórico, que valham como um diagnóstico” (Ramos, 1948a, p. 112). Neste mesmo espaço faz a *indicação* de outros cinco livros.³⁶ A *crítica* seguinte faz referência à morte do sociólogo americano William Isaac Thomas (1863-1947) que, apesar de desconhecido do “grande público brasileiro [...], era uma das figuras mais representativas da sociologia na América” (Ramos, 1948b, p. 159). Acrescenta que uma das obras fundamentais de William Isaac Thomas foi *The polish peasant in Europa and America: a classic work in immigration history*,³⁷ na qual descreve não só uma metodologia de pesquisa como, pela primeira vez, utiliza documentos pessoais como elemento de estudo na Sociologia (Ramos, 1948b, p. 159). Também salienta o ensaio *The Behavior Pattern and The Situation*, que lança as bases do atualmen-

³⁵ “A esta seção é muito grato registrar o aparecimento da Revista Brasileira de Economia. Trata-se de uma iniciativa da Fundação Getúlio Vargas, sendo, conseqüentemente, resultado do realismo prático do Sr. Luis Simões Lopes, um dos raros homens públicos brasileiros que tem compreendido que os problemas nacionais são mais administrativos do que políticos, motivo por que tem guardado sempre uma atitude de prudente afastamento da arena onde se chocam facções” (Ramos, 1947f, p. 123).

³⁶ Transcrições como no original: AFONSO ALMIRO R. da COSTA – Técnica orçamentária (estados e municípios) – Rio de Janeiro – 1948; FERDINAND TONNIES – Comunidad y sociedad – Editorial Losada, - Buenos Aires – 1947; PINTO FERREIRA – Da soberania – Tese apresentada à Faculdade de Direito de Recife, no concurso para professor docente-livre de Teoria Geral do Estado – Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio – Recife – 1943; DONALD PIERSON, Ph.D. – Estudos de ecologia humana – Tomo I – Livraria Martins Editora – São Paulo – 1948; PINTO FERREIRA – Da Constituição – Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio – Recife – 1946.

³⁷ Thomas, William Isaac. *The polish peasant in Europe and America: a classical work immigration history*. Urbana: University of Illinois Press, 1996. (Não foi possível identificar edição original).

te chamado ponto de vista situacional (*situational approach*), em pleno desenvolvimento (Ramos, 1948b, p. 159). À semelhança do volume anterior, Guerreiro *indica* outros cinco textos.³⁸

Ainda neste ano de 1948 Guerreiro produz outra *crítica*: *Pequena bibliografia para o estudo da assimilação e aculturação*, na qual faz menção “à mentalidade progressista dos dirigentes do Conselho de Imigração e Colonização e da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Dasp” (Ramos, 1948c, p. 179), pela realização do primeiro curso de especialização sobre o tema assimilação e aculturação. Responde também a uma carta “que nos foi endereçada por pessoa residente nesta capital solicitando informações sobre o assunto” (Ramos, 1948c, p. 179). Entre outras observações que Guerreiro faz sobre o tema, transcrevemos a seguinte e que é acompanhada de “um pequeno roteiro bibliográfico”, contendo 18 referências:

Quem quiser, portanto, dominar estes conceitos terá de conhecer o sistema de referências do qual eles fazem parte. Este sistema de referências, cuja matriz é a noção de interação social, consta de dez conceitos fundamentais: o de isolamento, o de contato, o de socialização, o de competição, o de conflito, o de acomodação, o de assimilação, o de aculturação, o de integração e o de controle social (Ramos, 1948c, p. 179).³⁹

Finalmente, neste período no qual procuramos destacar textos produzidos por Guerreiro Ramos na *RSP*, o último identificado foi a *nota Condições de vida da população brasileira*. Nesta *nota* comenta relatório do Serviço Social da Indústria (Sesi). Como sociólogo e preocupado com a formação dos gestores públicos, Guerreiro considera a importância da pesquisa, embora lamenta “que os resultados publicados no relatório do

³⁸ Transcrições como no original: James H. Bossard e Eleanor S. Boll – FAMILY SITUATIONS – University of Pennsylvania Press – 1943 (o comentário desta indicação relativamente aos posteriores é mais ampliado); R. H. MOORE (EDITOR) – “EDUCATION, TODAY AND TOMORROW” – MICHAEL JOSEPH LTD. – LONDON – 1945; F. T. GILES – “THE JUVENILE COURTS” – GEORGE ALLEN & UNWIN LTD. – LONDON – 1946; A. E. JONES – “JUVENILE DELINQUENCY AND THE LAW” – PENGUIN BOOKS – 1945; HORAH M. DAVIS – “HUMAN PROBLEM IN INDUSTRY” – NICHOLSON & WATSON – LONDON – 1946; JULIAN BLACKBURN – PSYCHOLOGY AND THE SOCIAL PATTERN – LONDON – KEGAN PAUL, TRENCH, TRUBNER & CO. LTD. – 1945; JULIUS ISAAC, PH. D. – ECONOMICS OF IMMIGRATION.

³⁹ À semelhança das *críticas* anteriores, Guerreiro *indica* três outros livros (transcritos como no original): VOLUNTARY SOCIAL SERVICE SINCE 1918 – Editado por Gertrude Williams – Kegan Paul, Trubner N. Co., Ltd London – 1947; THE ECONOMIC BASIS OF POLITICS – Charles A. Beard – Alfred A. Knopf – New York – 1945; THE CIVIL SERVICE IN THE CHANGING STATE – H. R. G. Greaves – George G. Harrap and Company Ltd. – 1947.

Sesi não estejam acompanhados de texto e, por essa razão, careçam de clareza que se exige em trabalhos desta espécie” (Ramos, 1949, p. 107). De outro lado, observa que somente o governo do Estado de São Paulo promove estudos desta natureza e que em outros Estados brasileiros “tem sido esporádicos, não havendo, até o momento, na administração federal, um órgão que tenha tomado a si o encargo de realizar, em caráter permanente, os estudos em foco” (Ramos, 1949, p. 107).

O destaque a seguir vai ser a publicação, em 1950, do primeiro livro de Guerreiro Ramos:⁴⁰ *Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho (Ensaio de Sociologia do Conhecimento)*. O livro foi a “*Tese apresentada ao concurso de provimento em cargos da carreira de Técnico de Administração do quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público – 1949 – Enquadrada na Secção I – Organização item a da letra a, das Instruções do referido concurso*” (Ramos, 1950, p. 4). Vale destacar o que parece ter sido o ineditismo da obra, uma vez que na Parte I – Plano de Justificação do livro é dito que apesar de existir uma “abundante literatura [originada das teses até então defendidas no Dasp e de suas outras publicações], observar-se-á nela a ausência de qualquer estudo sobre a evolução da Organização Racional do Trabalho” (Ramos, 1950, p. 7).⁴¹ Reproduziremos o sumário deste texto que foi, provavelmente, um dos primeiros publicados no país, analisando o pensamento organizacional dominante na época.

Sumário: Parte I – Plano e justificação; *Parte II* – Desenvolvimento; Capítulo I – O Trabalho nas Sociedades Primitivas; Capítulo II – Os Preconceitos Anti-Trabalhistas na Antiguidade; Capítulo III – O Trabalho na Idade Média e no Renascimento; Capítulo IV – A Racionalização *in statu nascendi*; Capítulo V – O Ambiente Racionalizador; Capítulo VI – O Sistema Taylor; Capítulo VII – O Sistema Ford; Capítulo VIII – A Metodologia da Organização em Emergência; Capítulo IX – A Racionalização do Trabalho na Alemanha;

⁴⁰ Exceção foi o livro de poesia *O drama de ser dois*.

⁴¹ “As teses que têm sido apresentadas nos anteriores concursos para a carreira de Técnico de Administração, acrescidas das numerosas publicações patrocinadas pelo D.A.S.P., constituem, em conjunto, um repositório de indicações utilíssimas sobre os aspectos fundamentais da técnica de administração. Principalmente graças ao esforço de seus autores, as novas idéias sobre a racionalização administrativa foram debatidas e divulgadas, em nosso meio, de maneira acessível ao grande público interessado nessas questões. Elas são, por assim dizer, um verdadeiro patrimônio do Serviço Público brasileiro” (Ramos, 1950, p. 7).

Capítulo X – A Fisiologia e a Psicologia Aplicada ao Trabalho; Capítulo XI – A Racionalização da Administração Pública; Capítulo XII – A Sociologia do Trabalho; *Parte III – Conclusões; Bibliografia* (Ramos, 1950: III-IV).

Vários poderiam ser os destaques identificados nesta obra, dado o seu pioneirismo no estudo das organizações e, particularmente, do esforço que Guerreiro fez ao aplicar os conhecimentos produzidos para o mundo empresarial à administração pública brasileira. Também, o destaque as 167 referências bibliográficas utilizadas por Guerreiro, das quais apenas 7 são de autores brasileiros e outras 7 do próprio Guerreiro, referências estas publicadas, respectivamente, em inglês, francês e castelhano. Das referências brasileiras, duas chamaram nossa atenção: “Amoroso Lima, Alceu – *O problema do trabalho* – Agir, Rio, 1947, e Furtado, Celso M. – *Teoria do Departamento de Administração Geral* – Revista do Serviço Público, maio de 1946”.⁴² Ainda sobre esta *Tese* e as suas conclusões, Guerreiro diz que somente nos Estados Unidos era possível a prática da Organização Racional do Trabalho, na medida em que uma “constelação típica de fatores espirituais, demográficos, geográficos e econômicos estimulou, naquele país, a elaboração dos sistemas Taylor, Ford e outros” (Ramos, 1950, p. 157). E que na América Latina “O maior obstáculo para o desenvolvimento da nova tecnologia [...] consiste no fato de que, [...], não só a indústria se encontra em estado incipiente, como a maior parte de suas populações ainda não emergiu das ‘culturas de folk’ para o que Robert Redfield chama ‘civilização’ [...]” (Ramos, 1950, p. 160). E que, na “esfera da administração pública, a racionalização é antes uma fase da evolução do Estado que uma tecnologia propriamente dita”, pois ela “surge, sob a forma do que Max Weber chamou de burocracia, naqueles tipos de Estado em que, sob a influência do constitucionalismo, se afirma o predomínio da função pública sobre a feudalidade e a soberania territorial, ou seja, do interesse universal sobre o interesse particular” (Ramos, 1950, p. 160). Parece ser, portanto, que à época, a modernização da burocracia pública brasileira ainda se dava pelo legalismo dos bacharéis mais do que pela tecnologia gerencial oriunda do taylorismo-fordismo.

⁴² Referências grafadas como no original.

Chegando ao final da nossa delimitação do estudo, transcreveremos estratos da entrevista que Guerreiro dá a Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliveira ao CPDOC/FGV e que, talvez, ilustre o intento deste trabalho em descrever um momento na vida deste que foi um dos maiores intelectuais já “produzidos” pela Bahia. Assim, em dado momento da entrevista, Guerreiro comenta: “Quando Getúlio reassumiu, em 1951, fui trabalhar na Casa Civil e pude ver o governo mais diretamente. Eu trabalhava com o Rômulo Almeida, que foi chefe da Assessoria Econômica. Éramos Rômulo, Jesus Soares Pereira, Inácio Rangel e eu (Oliveira, 1995, p. 147). Ao ser observado de que até “então não tinha nenhum interesse pela política, estava totalmente voltado para seus estudos de filosofia...”, complementa Guerreiro: “Poesia, sociologia, literatura, música...” (Oliveira, 1995, p. 147). *“O que o senhor fazia especificamente, trabalhando com Rômulo Almeida na Assessoria Econômica de Vargas?”*. Responde Guerreiro: “Eu não tinha uma participação profunda, [...] participava na elaboração de projetos. [...] *Fazia discursos também?* [...] fazia a mensagem do presidente. [...] *E foi durante esse período que o senhor passou a se interessar pelo Brasil ...*” Acrescenta Guerreiro: “(...) Até então eu estava preocupado com idéias. Informações, estudar os autores” (Oliveira, 1995, p. 149). Parecia ser este o espírito de Guerreiro Ramos até então. Depois...

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intento deste artigo, como já foi alertado, não era discorrer sobre a biografia de Alberto Guerreiro Ramos, mas, tão somente, descrever um momento da sua vida profissional no qual um sociólogo, que gostaria de estar em “mangas de camisa”, se vê na contingência da sobrevivência material e espiritual.

Material porque Guerreiro, como muitos nordestinos, migrou para a então capital do Brasil, na expectativa de melhores dias. A interinidade no Departamento Administrativo do Serviço Público e depois a sua efetivação como funcionário público talvez tenha minimizado as suas necessidades materiais. Espiritual porque, mesmo como burocrata, teve a oportunidade de começar a expor suas ideias ainda que relatando ideias de outros. Pensamentos que, possivelmente, já vinham sendo gestados desde a Bahia e

aprofundados na FNF. E, nestes relatos – críticas, notas, etc., Guerreiro teve a oportunidade de também atuar como “professor”, mesmo que a distância, via correio manual, uma vez que tinha sido preterido na FNF quando ali terminou o seu Bacharelato. Na *RSP* esta oportunidade, “a distância”, ocorreu na medida em que os seus textos eram dirigidos aos funcionários públicos que, sem exagero, não deveriam conhecer a literatura por ele abordada e tampouco perceber a importância de saberes, como a Sociologia, necessários ao conhecimento da realidade brasileira e a importância de aplicação desses conhecimentos a esta realidade e da sua relação com o exercício da função pública.

Já concluindo, apontaríamos a maneira como este texto foi trabalhado. Em primeiro lugar, comentando que a escolha do tema – “um sociólogo engravatado” – foi proposital, uma vez que tem sido pouco explorado o momento daspiano de Guerreiro, considerando que parece ter sido ali que ele teve os primeiros contatos com a burocracia brasileira, fato que deverá contribuir, posteriormente, para sua presença em cargos como o de assessor da Presidência da República e de professor da Ebap/FGV. Quanto aos textos publicados na *RSP*, a tarefa foi mais fácil, uma vez que esta *Revista* ainda pode ser encontrada em bibliotecas especializadas, como é o caso da Biblioteca Mário Enrique Simonsen, da FGV. Quando, porém, acessamos o Arquivo Nacional, no qual imaginávamos encontrar dados disponíveis sobre a sua ação no Dasp, as dificuldades se apresentaram na medida em que eram escassos os registros a este respeito, isto é, da “produção burocrática” de Guerreiro como técnico de administração: análises de processos sobre, por exemplo, modernização da máquina burocrática e outros que justificassem a sua inclusão como funcionário daquele órgão público.

No conjunto de documentos do Dasp, analisado no Arquivo Nacional, buscamos quatro fontes de investigação: (a) Identificar, nos registros de administração interna do Dasp, informações sobre o período em que Guerreiro trabalha e o setor em que esteve lotado; (b) Identificar documentos assinados por ele que indicassem as atividades que desenvolvia; (c) Identificar as atividades realizadas e as atribuições das seções em que ele trabalhou (caso não houvesse nenhum parecer/relatório assinado pelo próprio Guerreiro Ramos); (d) Identificar as atribuições do cargo de Técnico de Administração em regimentos, editais de concurso e decretos-lei.

Encontramos boletins de frequência dos funcionários (um conjunto de documentos separados de acordo com o nome do funcionário em ordem alfabética que ia dos anos de 1947 a 1957). Estes boletins apresentavam os seguintes campos: cargo, matrícula, ano e marcações nos dias em que o funcionário esteve presente na repartição, além de anotações de férias ou afastamentos. Nos anos de 1948, 1953, 1955 e 1956 foram localizados boletins de frequência de Guerreiro Ramos, no entanto não havia indicação do setor em que o funcionário estava lotado.

Somente um documento foi encontrado com a assinatura de Guerreiro Ramos: uma certidão solicitada por um examinador de provas realizadas nos concursos feitos pelo Dasp. Guerreiro Ramos assina este documento em junho de 1949, como chefe da Seção de Planejamento (que pertencia à Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento – DSA). Este documento mostra a seção em que ele estava naquele ano, mas não descreve a sua atividade.

Sabemos que, conforme depoimento dado ao CPDOC, Guerreiro Ramos trabalhou na organização de departamentos e no recrutamento de pessoal para o governo federal. A seção de recrutamento a que Guerreiro Ramos se refere, ao que parece, é a *Seção de Planejamento* (S.Pl.), conforme indica o documento localizado. Como ele é nomeado no fim de 1943 e fica até 1951, quando vai para a Casa Civil, supõe-se que a S.Pl. foi a segunda unidade na qual trabalhou (dado que o documento é de 1949), a primeira foi a *Divisão de Organização e Coordenação* (DOC), setor responsável pela reestruturação e organização dos departamentos estatais. Buscamos, então, documentos que ilustrassem as atividades desenvolvidas por estes dois departamentos nos quais ele teria trabalhado. Na DOC ele não detinha nenhum cargo de chefia e por isso a dificuldade de encontrar qualquer documento em que constasse sua assinatura, como aconteceu na S.Pl.

Finalmente, apontando o seu destino a partir de 1951 como um sociólogo em “mangas de camisa” e que vem ao encontro do temário geral deste Simpósio – *O Brasil em Evidência: a utopia do Desenvolvimento* – vale transcrever, apesar de extrapolar a nossa periodização de estudo (1943-1951), dois parágrafos que apontam o desejo do sociólogo Guerreiro de estar, organicamente, envolvido com os destinos do Brasil:

O verdadeiro sociólogo, no Brasil, não precisaria de subvenções de favor ou de comprometer-se com a burocracia cartorial a fim de dedicar-se aos seus estudos. Ficará preso, a essa contingência, se insistir em suas tendências acadêmicas e academizantes. É cada vez mais crescente a demanda de especialistas em sociologia capazes de vincular as suas atividades científicas às tarefas de promoção da autarquia econômica do País. Quero dizer, uma sociologia “*em mangas de camisa*” pode viver, hoje, no Brasil, dos proventos de sua efetiva utilidade para o esforço de construção nacional (Ramos, 1954, p. 68-69).

A essência de toda sociologia autêntica é, direta ou indiretamente, um propósito salvador e de reconstrução social. Por isso, inspira-se ela numa experiência comunitária vivida pelo sociólogo, em função da qual adquire sentido. Desvinculada de uma realidade humana efetiva, a sociologia é uma atividade lúdica da mesma natureza do *pif-paf*. Quem diz vida, diz problema. A essência da vida é a sua problematicidade incessante. Daí, na medida em que o sociólogo exercita vitalmente a sua disciplina, é forçosamente levado a entrelaçar o seu pensamento como a sua circunstância nacional ou regional (Ramos, 1957, p. 79).

Mas vós, homens modernos,
Não sabeis quanto sois miseráveis,
[...]
Que nunca tiveram tempo
De se perguntar
Porque vivem
E para que vivem...⁴³

⁴³ Do poema “O poeta e o mundo”. Ramos, 1937, p. 44-45.

CELSO FURTADO: Um Economista a Serviço da Administração Pública

*Fernando Guilherme Tenório¹
Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley²*

3.1 INTRODUÇÃO

Celso Monteiro Furtado é um dos economistas mais conhecidos no Brasil e no exterior e chegou a ser indicado por seus pares para o Prêmio Nobel de Economia em 2003, um ano antes de falecer. Talvez, exatamente por seu amplo reconhecimento como economista, sua carreira como gestor público tenha sido relevada a segundo plano pela literatura, contudo Furtado iniciou sua carreira como servidor público e suas preocupações acadêmicas iniciais passaram pelas organizações em geral e, em particular, pela administração pública.

Algumas pesquisas que se debruçaram sobre a historiografia da administração trazem indicações sobre a influência de Furtado na área: para Fischer (1984, p. 59), as ideias promovidas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) teriam sido incentivadoras do “apoio à formação de administradores públicos, que seriam responsáveis pela modernização administrativa”. A Cepal é uma agência de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi fundada, em 1948, em Santiago, Chile. Sabemos que Furtado foi o principal representante brasileiro

¹ Professor colaborador na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

² Professor-adjunto I e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) na Universidade do Grande Rio (Unigranrio) e pós-doutor pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

na Cepal e principal disseminador de suas ideias no Brasil (Bielschowsky, 1988); para Bertero (2006, p. 10), os textos de autores como Furtado, entre outros, “foram referências importantes para a formação das primeiras turmas de administradores”; segundo Coelho (2006), os pressupostos da Cepal confrontavam o apriorismo da gerência científica insuflada a partir dos Estados Unidos e provocaram, assim, a introdução do debate de temas nacionais no ensino de administração pública, que versava sobre a história político-administrativa e socioeconômica do país, em vez da mera apropriação de modelos importados. Um dos professores que participou da criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp) afirmou que “[...] toda a lógica de estratégias do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e da Cepal era uma lógica de industrialização com o apoio do Estado e tendo como adversários os americanos, os europeus [...]” (Alcadipani; Bertero, 2014, p. 160).

Esses autores (Fischer, 1984; Bertero, 2006; Coelho, 2006; Alcadipani; Bertero 2014) corroboram a influência de Furtado e da Cepal na formação de administradores e na modernização do Estado brasileiro nos anos 50 e início dos anos 60, contudo, como não era o objetivo de suas respectivas investigações, esses autores não se aprofundaram no estudo de como essa influência teria de dado. Além dessas pesquisas, uma recente revisão feita com base nas “referências aos intérpretes do Brasil no total das citações ao pensamento social brasileiro”, fundamentada nos artigos dos principais congressos de administração pública, apontou Guerreiro Ramos e Celso Furtado como os mais citados, nesta ordem (Martins *et al.*, 2013, p 35). As contribuições de Guerreiro Ramos para as áreas de organizações e administração pública já se encontram bastante difundidas (e. g. Tenório, 2010), ao passo que Celso Furtado ainda é pouco estudado pelas áreas.

Destarte, o objetivo deste capítulo é resgatar na biografia de Celso Furtado sua trajetória como gestor público e o contexto em que esta ocorreu. Adicionalmente, analisaremos os primeiros textos de Furtado escritos ainda como funcionário do Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp), ocasião em que ele se debruçou sobre a literatura de organizações com o intuito de contribuir para a reforma administrativa do Estado brasileiro. O recorte temporal analisado é o período entre 1943, quando Furtado – então com 23 anos – iniciou sua carreira de servidor

público no Dasp, e 1964, quando foi exilado pelo golpe empresarial-militar, período em que era superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

As contribuições teóricas de Furtado e da Cepal fazem parte do contexto da época analisados, resumidamente, na próxima seção e ao longo da análise como pano de fundo da biografia de Celso Furtado como gestor público, não sendo, portanto, o centro de nossa investigação. Essa é a modesta pretensão de nossa contribuição diante da vasta obra de e sobre Furtado, mas que ainda carece de pesquisas sobre sua atuação como servidor público.

Este capítulo está subdividido em mais três seções que se seguem a esta introdução. Na próxima seção descrevemos o contexto da formação do Estado brasileiro moderno quando do ingresso de Furtado no serviço público e o papel da Cepal nesse momento histórico. Na terceira parte fazemos a análise da trajetória de Celso Furtado como gestor público, que precede as considerações finais.

3.2 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO MODERNO BRASILEIRO, FURTADO E A CEPAL

O contexto histórico-institucional da inserção de Celso Furtado no serviço público brasileiro, em 1943, por meio de concurso público no então Dasp, foi o de um processo de modernização administrativa originado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Quando de sua posse, em 3 de novembro de 1930, Vargas já definia parâmetros de sua proposta de reforma da administração pública brasileira, dizendo: “...refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes; manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias” (Brasil, 1930, p. 7). Para cumprir esse objetivo foi criada em 1935 a Comissão Permanente de Padronização, e em 1936 o Conselho Federal do Serviço Público Civil.

Com a instalação do chamado Estado Novo em 1937, Vargas retomou o tema da necessidade de mudança na administração pública em seu pronunciamento por meio do rádio em 10 de novembro, no qual explicitou: “O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da

vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos” (Brasil, 1937, p. 9). Com o intento de melhorar esse aparelho burocrático, Vargas editou o Decreto-Lei nº 579, de 30 de novembro de 1938, que criou o Dasp, órgão que ficaria diretamente ligado à Presidência da República com as seguintes atribuições iniciais (Brasil, 1938a):

- a) o estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;
- b) organizar, anualmente, de acordo com as instruções do presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;
- c) fiscalizar, por delegação do presidente da República e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária.

Desse modo, o Dasp, além das atribuições voltadas ao melhoramento da estrutura organizacional do Estado brasileiro, ainda desempenhava o papel que posteriormente foi atribuído ao Ministério do Planejamento, criado no Brasil somente em 1963 (Centro..., 2011). No Decreto-Lei nº 579 era prevista a criação, em cada Ministério, de uma Comissão de Eficiência subordinada em termos administrativos ao ministro de cada pasta e tecnicamente ao Dasp. Segundo Furtado (1985, p 48), o Dasp foi criado para exercer as “funções tanto da Comissão de Serviço Público Civil como a do Bureau de Orçamento, na forma que a estes dois órgãos havia dado F. D. Roosevelt”, órgãos estes que foram os primeiros objetos de investigação acadêmica de Furtado (Silva, 2011).

Ao longo de seu primeiro governo, Vargas (1930-1945) criou órgãos da administração pública em que foi formada uma “elite técnica” (Rabelo, 2013, p 79) antes mesmo que os cursos de Graduação em Administração Pública fossem criados. Um desses primeiros órgãos foi o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), criado em 1934. O CFCE em muito excedeu suas atribuições de comércio exterior e tratou de assuntos gerais da economia brasileira e, a partir de sua transformação em órgão deliberativo, em 1937, passou a contar com representantes da indústria, do comércio e da

agricultura (Diniz, 1978). Este foi o primeiro órgão federal em que Vargas promoveu a participação de empresários da área industrial, cujo principal participante foi Roberto Simonsen (Cepêda, 2004).

Jesus Soares Pereira (Lima, 1975, p. 49), servidor público que trabalhou por oito anos no CFCE, afirmou

...não creio exagerar se disser que pelo CFCE passaram todos os grandes projetos que, postos em prática, iriam dar o grande impulso no sentido do desenvolvimento brasileiro... Foi ele ainda a máquina deliberativa e até mesmo legislativa do Estado Novo, o verdadeiro órgão criador da legislação econômica do país. Para mim uma grande escola técnica.

Em sua análise dos principais projetos feitos pelo CFCE que tiveram impacto no desenvolvimento da economia brasileira, Pereira lista os projetos de carvão, energia elétrica e do petróleo. Este último levou à criação do Conselho Nacional do Petróleo em 1938, do qual Pereira viria a participar (Lima, 1975). Pereira viria a ser um dos “Boêmios Cívicos” da Assessoria Econômica de Vargas em seu governo democrático (1951-1954), que marcou o nacional-desenvolvimentismo. Foi essa Assessoria a responsável pela criação de órgãos e empresas como a Petrobras, o BNDE, o Banco do Nordeste Brasileiro, a Capes e a Eletrobras, o que marcou a entrada do Estado na economia (Lima, 2013).

A participação do Estado na economia naquele período foi discutida na 1ª Conferência das Classes Produtoras do Brasil – Conclap – em maio de 1945, em Teresópolis/RJ. Nessa conferência reuniram-se “delegações dos três ramos das atividades produtoras...representando a totalidade das forças econômicas nacionais...no momento em que...o Brasil se prepara para reestruturar suas instituições de governo” (Conclap, 1945, p. 1). O resultado dessa Conferência foi a publicação da Carta Econômica de Teresópolis, que traz recomendações ao governo em todos os aspectos de política econômica, e são descritas as aspirações destas classes no que diz respeito à organização do governo e participação do capital estrangeiro. Chega a ser surpreendente que na redação final da Carta a iniciativa privada deixa consignada “a admissão de um certo grau de interferência do Estado”, mas exalta “a simplificação da administração pública” e admite a “necessidade de um planejamento econômico” por parte do Estado (Conclap, 1945, p.

1-2). Simonsen já vinha defendendo a tese do planejamento havia algum tempo, mas é neste momento que conseguiu emplacá-la como uma das teses centrais da Conferência de Teresópolis (Cepêda, 2004).

Foi na época dessa conferência que o debate sobre o papel do Estado na economia teve seu momento mais marcante no que ficou conhecido como o “Debate Simonsen-Gudin”. Às teses de Simonsen consignadas na Carta de Teresópolis opunha-se a visão de economista liberal de Eugênio Gudin, que “criticava a industrialização e defendia a ‘vocalização agrícola’ do país; era defensor do capital estrangeiro e opôs-se à criação da Petrobras, bem como à participação do Estado na economia” (Teixeira; Maringoni; Gentil, 2010, p. 17).

Mormente, fica claro que, por trás do debate do papel do Estado na economia, está o diálogo entre desenvolvimento econômico e administração do desenvolvimento, e que levaria na década de 50 à tese da “vinculação do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento da técnica e arte de administração” (Campos, 1954, p. 3). Naquela época prevalecia a ideia da “importância vital de melhoramentos dos processos administrativos, antes que iniciativas de assistência técnica ou de financiamento do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos pudessem ser empreendidas com perspectivas de êxito” (Campos, 1954, p. 3).

A Cepal teve importante papel tanto na divulgação de técnicas sobre planejamento do Estado quanto no aprimoramento dos processos administrativos. As ideias formuladas pela Cepal propiciaram embasamento teórico para as práticas que emergiam na região desde os anos 30 e foram, em grande parte, bem recebidas pelos Estados desenvolvimentistas que governavam a região – que tinham sua atuação referendada por um órgão da ONU – e pela burguesia industrial local que ansiava pelo apoio do estado (Bianchi, 2002). Em outras palavras, a teorização da Cepal “consolidava uma série de visões e políticas que já faziam parte do meio intelectual dominante na América Latina”, e que discutiam alternativas para o desenvolvimento (Vernengo, 2006, p. 556).

As ideias da Cepal pregavam uma atuação central do Estado no incentivo às organizações privadas na busca pelo desenvolvimento do país. O Estado deveria atuar como o grande indutor do processo de industrialização e, até mesmo, diretamente nas áreas em que as organizações privadas não

tivessem interesse. Dessa maneira, as organizações públicas e seus gestores teriam um papel tão ou mais importante do que as organizações privadas, o que ia de encontro à literatura estrangeira sobre organizações que se difundia no Brasil naquele momento, que considerava organizações do Estado com atuação direta na economia como uma anomalia a ser evitada (Wanderley, 2015b).

A Cepal fazia o debate Simonsen-Gudin pender a favor do primeiro e foi determinante nas políticas desenvolvimentistas dos governos Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubistchek (1956-1960). Pena que Simonsen não vivenciou aquele momento, pois teve uma morte prematura em 1948 (Cepêda, 2004). Coube então a Celso Furtado o papel de ser o principal propagador das ideias da Cepal no Brasil (Bielschowsky, 1988). Furtado foi um dos membros da elite técnica formada no Dasp e que se “considerava, frequentemente, apolítica e pouco influenciada por decisões ou pressões externas” (Rabelo, 2013, p. 82).

A inserção de Furtado no setor público, portanto, se dá num momento em que o país buscava uma modernização do Estado e em que o papel das organizações públicas, bem como do servidor público, foi rediscutido.

3.3 A TRAJETÓRIA DE CELSO FURTADO COMO GESTOR PÚBLICO

Nossa investigação está restrita ao intervalo entre 1943-1964: período em que Furtado entrou no Dasp, e foi exilado pelo AI-1 da ditadura, ocasião em que era superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Ao longo da pesquisa ficou claro que a trajetória de Furtado no período apresentou três etapas distintas que nortearam nossa análise e que estão descritas a seguir:

1 – 1943-1948: Servidor do Dasp

2 – 1949-1957: Diretor da Cepal a serviço do Brasil

3 – 1958-1964: Dirigente público

Cabe destacar que, no segundo período, 1949-1957, Furtado não esteve vinculado a órgãos da administração pública, mas sim à Cepal, órgão das Nações Unidas (ONU), todavia ele veio ao Brasil em missões que apoia-

ram diretamente o governo brasileiro e, por esse motivo, o incluímos em nossa análise. Foi nesse período também que ele iniciou uma colaboração com o Iseb, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) que funcionou entre 1955-1964. No período que compreende o terceiro intervalo de nossa análise, 1958-1964, Furtado continuou colaborando com o Iseb, quando ministrou palestras (1959) sobre a “Operação Nordeste” que resultaram em um livro publicado pelo próprio Iseb e que levariam à criação da Sudene. Destarte, é importante que tratemos aqui também desta parte da atuação de Furtado, quando atuou diretamente com agentes e órgãos públicos (Wanderley, 2015a).

No segundo período, por exemplo, como diretor da Cepal e presidente do Grupo Misto Cepal-BNDE, Furtado foi o responsável pela publicação do “Esboço de um Programa de Desenvolvimento para a Economia Brasileira (período 1955-62)” (Cepal, 1955). Este documento foi a base para o Plano de Metas editado pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), e o que credenciaria Furtado, após sua trajetória na Cepal, a se tornar diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDE). Desta maneira, esse segundo período de análise contribui para mostrar que não há uma dissolução de continuidade na colaboração de Furtado com a administração pública no Brasil, mesmo com sua ida para Santiago, no Chile, sede da Cepal.

3.4 SERVIDOR DO DASP: 1943-1948

A execução das atividades requeridas do Dasp como novo órgão da administração pública exigiria um quadro de funcionários capacitados para atender ao fim central do órgão, que era promover a modernização administrativa do aparelho burocrático do Estado brasileiro. Com o intuito de atender a esta finalidade modernizadora foi criado, em 1940, o cargo de técnico de administração, justificado por meio da Exposição de Motivos nº 2.487, de 30 de dezembro de 1939, que entre outras razões apontava ser “imperativa, (...) em obediência ao princípio fundamental da formação de carreiras, a criação da carreira de técnico de administração, a fim de que, do exercício das atribuições específicas cometidas ao Dasp, se incumba um corpo de profissionais especializados e não ocupantes de cargos de outras

carreiras” (Brasil, 1939). Foram criados 150 cargos a serem preenchidos por meio de concursos públicos, com previsão de realização em 1940, 1941 e 1942 (Wahrlich, 1983, p. 243).

É nesse contexto do Brasil do Estado Novo, regime ditatorial em que o Dasp, na figura de seu presidente Luis Simões Lopes, concentrava fortes poderes, que Furtado iniciou sua carreira de servidor público. Em 1943, após concurso, Furtado assumiu o cargo de assistente de organização no Dasp para, em 1944, também por concurso público, ocupar o cargo de técnico de administração. Feito esse segundo concurso, foi designado para “trabalhar em Niterói, na Divisão de Organização e Orçamento do Departamento de Serviço Público (DSP) do Estado do Rio, um dos tantos *daspinhos* criados no país. Nos dois concursos, passou em primeiro lugar” (Centro, 2014, p. 16; *itálico no original*). Os *daspinhos* representavam as sucursais regionais espalhadas pelo Brasil, que respondiam à sede do Dasp no Rio.

A trajetória profissional de Furtado se iniciou nas lides burocráticas e não econômicas, como geralmente é visto e celebrado. Assim, sua inicial preocupação com a ciência da administração tem origem quando, em 1940, entra para o curso de Direito na então Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No terceiro ano do curso, ao ter aulas de Direito Administrativo com o professor José Rodrigues Vale, a matéria “lhe abriria os olhos para a administração” (Furtado, 2014, p. 9). Segundo o próprio Furtado (1997, p. 17): “no campo da administração, passei a interessar-me especificamente por problemas de organização. Tomei então contato com a moderna literatura norte-americana sobre organização, tanto no que respeita a atividades estatais como empresariais”. [...]

No DSP Celso Furtado passa a operacionalizar as atividades que lhe são designadas a partir de referenciais teóricos que iam além dos estímulos originados na matéria Direito Administrativo. A “moderna literatura norte-americana” a que Furtado (1997, p. 17) se referiu incluía referências, hoje consideradas clássicas no estudo das organizações, não só no setor público como no empresarial, demonstrando o conteúdo explorado por ele. São exemplos dos autores citados: James D. Mooney e Alan C. Reiley, Ralph Currier Davis, Marshall E. Dimock, G. D. H Cole (Centro..., 2014, p. 16).

Nessa fase inicial do Dasp Furtado pesquisava e escrevia sobre teorias das organizações. Seus quatro primeiros artigos sobre o tema saem publicados na *Revista do Serviço Público*, que era editada pelo Dasp (Centro..., 2014). Por orientação do presidente do Dasp, Simões Lopes, as pesquisas estavam centradas no modelo dos Estados Unidos, do qual era grande admirador. Assim, os dois primeiros artigos de Furtado versaram sobre uma análise da Comissão do Serviço Civil (CSC) que para Furtado (1944, p. 69) teria evoluído até se tornar “a pedra angular do sistema de administração de pessoal no nível federal naquele país”.

Furtado (Centro, 2014, p. 132) analisou a estrutura da CSC com o objetivo de contribuir “para a compreensão de nossos problemas”. Segundo Furtado (Centro, 2014, p. 132-133), o governo federal brasileiro “colocou-se à vanguarda de um movimento de ideias promovendo uma reforma administrativa que assenta em vasto e complexo sistema de órgãos da administração geral articulados à base de função”. Ainda segundo ele, contudo, diversos problemas não esperados surgiram ao longo da instalação desse sistema, e Furtado (Centro..., 2014, p. 133) esperava que seus estudos pudessem contribuir “para a consolidação da nossa reforma administrativa no setor de organização”. Ou seja, inserido na reforma administrativa do período, Furtado buscava inspiração no modelo dos EUA, seguindo a orientação do presidente do Dasp, Simões Lopes. Em tempo: o governo brasileiro tinha um acordo com a CSC para envio de técnicos para treinamento (Silva, 2011).

Entre os dois primeiros artigos e os dois seguintes, de janeiro a agosto de 1945, Furtado se licenciou do Dasp a fim de lutar na frente de batalha na Itália (Centro..., 2014). Esse interregno teria impacto no que escreveu. A exposição de Furtado ao teatro de guerra e sua estadia na França após a Segunda Guerra Mundial fizeram com que ele percebesse a efetividade do planejamento de Estado no esforço de guerra e, posteriormente, na reconstrução do país (Wanderley; Faria, 2012).

Seu terceiro texto, publicado em 1946, é *Teoria da estrutura em organização* que, embora se mantendo na linha técnica dos dois primeiros ao analisar o modelo dos Estados Unidos, “tem como ponto central examinar a forma como as ações podem ser estruturadas e executadas em relação aos tipos específicos de organização” (Silva, 2001, p. 67). Furtado estava interes-

sado em entender as diferentes composições que as organizações podiam assumir, e se mostrava deslumbrado com a complexidade dos órgãos de administração geral e com o modo como se articulavam, dentro do escopo de uma reforma administrativa. Para ele essa reforma representava a vanguarda das ideias, e, ao estudar a teoria administrativa e as organizações, parecia já apontar para seu futuro interesse pelo planejamento: “os estudos de administração recebem o influxo do planejamento, e este é esboçado tendo como pressuposto o planejador especializado e distanciado dos processos de execução” (Silva, 2011, p. 69).

A elite técnica que se instalava nos novos órgãos da administração pública, que tinha no Dasp sua principal expressão, partia do pressuposto de que “o autoritarismo traria uma ideia de controle das virtudes do Estado, diminuindo o irracionalismo e originando mais conhecimento técnico no aparato institucional” (Rabelo, 2013, p. 82). Entre as virtudes do Estado estaria a crença no planejamento como técnica para atingir o desenvolvimento, que marcaria a atuação de Furtado como gestor público nas duas décadas seguintes.

O quarto e último artigo de Furtado (1946) intitulado *Teoria do Departamento de Administração Geral* traz uma nota do editor que explica seu intuito: “o autor no presente trabalho focaliza a evolução dos sistemas diferenciais das atividades de administração geral nos países democráticos mais avançados e termina por situar o Dasp e a reforma administrativa brasileira de 1936 dentro do quadro mundial de progresso científico que vem lastreando a moderna administração pública” (Furtado, 1946, p. 25). Os países democráticos são os Estados Unidos e a Inglaterra que, segundo Furtado, inspiraram diretamente a reforma administrativa brasileira iniciada em 1936. Furtado refez o histórico das principais experiências de reforma administrativa desses países e a consequente criação de um órgão central de administração. No que diz respeito ao progresso científico Furtado discutiu as contribuições na área privada feitas por Taylor e Fayol (Furtado, 1946).

Nesse artigo Furtado analisou as contribuições dos principais tratadistas da época, tais como William F. Willoughby, Harvey Walker e John Pffner, para compreender a teoria do Departamento Geral de Administração

e compará-los com a reforma administrativa em curso no Brasil. Furtado resumiu assim os itens fundamentais “da reforma que instituiu o Sistema de Administração Geral implantado no Brasil” (1946, p. 32):

Articulação dos órgãos auxiliares das chefias executivas de todos os níveis;

Centralização de atividades de estudos, e descentralização como regra das atividades executórias;

Supervisão das atividades de administração geral a serviço de um mesmo órgão (Dasp) e articulação funcional entre unidades de níveis superpostos (as diversas seções e departamentos dentro do Dasp), originando sistemas convergentes.

Furtado classificou a reforma administrativa brasileira, que completava dez anos, como “revolucionária e construtiva”, mas ponderou que seria necessário considerar “a centralização total das atividades de estudo” (Furtado, 1946, p. 32). Esta sua preocupação parecia apontar para a necessidade de criação de um órgão central de planejamento com preocupação também com os fins e comprometido com uma visão de longo prazo, e não somente com os meios e com o curto prazo, como o Dasp parecia ter se transformado. Na visão de Furtado (2014, p. 54; *italico no original*):

O Dasp simbolizava, na opinião geral, o espírito ditatorial que havia pouco se encerrara: preocupação máxima com a eficiência e mínima com os fins últimos perseguidos. Tutelada por essa instituição, a máquina burocrática fora levada a extremos de racionalização, dentro dos critérios da chamada *organização científica do trabalho* [...] Ora, essa engrenagem administrativa tão bem azeitada não perseguia nenhum propósito claro.

Dessa maneira, Furtado parecia discordar dos princípios da organização científica do trabalho, e se contrapunha à “elite técnica” que passara a dominar o Dasp e que mantinha uma “posição despolitizada e de eficiência administrativa” (Rabelo, 2013, p. 84). O Brasil vivia o momento da redemocratização do governo Dutra (1946-1950), no qual o Dasp fora incumbido de preparar o primeiro programa de desenvolvimento que ficou conhecido como Plano Salte, mas que, justamente por suas preocupações com os meios, não atingiu seus fins (Furtado, 2014).

O quarto artigo de Furtado na Revista do Serviço Público marcou sua despedida das análises das teorias das organizações. No início do ano seguinte à publicação, em janeiro de 1947, ele partiu para o Doutorado em Economia na Sorbonne, França, de onde retornou em agosto de 1948, reassumindo seu posto no DSP, contudo já estava decidido a mudar de ares. Rosa Furtado resumiu assim esse período de Celso Furtado como técnico de administração (Centro, 2014, p. 16):

Até terminar o Doutorado, em 1948, ele refletirá sobre teoria da administração, Estado e democracia, teorias e literaturas vindas dos Estados Unidos, organização e programação em empresas privadas e estatais, necessidades de criar órgãos de planejamento. Ao voltar da guerra, inicia uma atividade acadêmica voltada para aulas de planejamento e orçamento, tanto nos cursos preparatórios para o concurso de técnico de administração como em seminários externos. Um deles, em Niterói, teve cem alunos; Celso deu a primeira aula, ao lado do colega Eutacílio Leal.

Está claro que as reflexões teóricas de Furtado sobre o Departamento Geral de Administração encontraram uma materialização prática quando de sua permanência na França onde assistiu à instituição da fase inicial do Plano Marshall e da criação da Comissão Econômica para a Europa. Essa comissão era um órgão da ONU comandado pelo economista Gunnar Myrdal, “o mais heterodoxo e imaginativo dos membros da grande escola sueca”, que pregava a introdução do planejamento nos países do leste europeu (Furtado, 2014, p. 56). Em sua volta ao Brasil, contudo, Furtado encontrou um ambiente “asfixiante” tanto no Dasp quanto na Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde também passara a trabalhar. A FGV tinha uma visão ortodoxa da economia liderada por Eugênio Gudín e Otávio Bulhões. Foi este último quem informou a Furtado que o primeiro superintendente da Cepal, Martínez Cabañas, estaria no Brasil para selecionar um economista brasileiro (Furtado, 2014, p. 56).

Furtado não teve dúvida em aceitar o convite formal feito por Cabañas para se juntar à Cepal e se apresentou em Santiago no dia 11 de fevereiro de 1949 (Furtado, 2014). Como definiu Rosa Furtado: “Encerravam-se os anos de formação, iniciavam-se os anos de afirmação” (Centro, 2014, p. 28).

Furtado começou esse primeiro período como técnico em administração do Dasp e terminou como doutor em Economia. Começou como um dos membros da “elite técnica” que tomou os novos órgãos da administração pública, leu os principais teóricos do *scientific management* e da teoria do Departamento Geral de Administração e analisou seus reflexos na administração pública dos EUA e Inglaterra. Furtado, todavia, escolheu um outro caminho para prosseguir sua reflexão teórica sobre os caminhos que o Estado deveria tomar para o planejamento do desenvolvimento econômico e a estrutura necessária para executá-lo.

3.5 DIRETOR DA CEPAL A SERVIÇO DO BRASIL: 1949-1957

Assim que chegou à Cepal, a primeira missão de Furtado foi preparar dados sobre as economias latino-americanas que seriam apresentados na primeira conferência da entidade, que aconteceria em Cuba. Foi nessa conferência que Raúl Prebisch, então consultor da Cepal, lançou o que ficaria conhecido como “Manifesto de Havana”, que Furtado traduziu e fez publicar no Brasil no mesmo ano (Prebisch, 1949). O Manifesto trazia as ideias-força da Cepal de centro-periferia e da consequente tendência à deterioração dos termos de troca em detrimento dos produtos primários exportados pelos países da periferia. Esta concepção teórica ia de encontro à teoria das vantagens comparativas no comércio internacional, baseada nos princípios de economia liberal, que pregava que o Brasil deveria perseguir sua vocação agrícola (Wanderley, 2015b).

Diante dessa constatação, a Cepal propunha que o Estado deveria, por meio do planejamento, induzir o setor privado com o intuito de promover a industrialização. Seria a industrialização por substituição de importações o motor para promover o desenvolvimento e caberia ao Estado e seus gestores papel central (Bielschowsky, 1988). Essas propostas da Cepal consolidavam o novo papel que o Estado vinha assumindo em países da América Latina e, consequentemente, enfatizavam a necessidade de um novo perfil para o gestor público (Wanderley, 2015b).

A publicação do Manifesto no Brasil desencadeou um debate acadêmico do qual Furtado participou como membro da Cepal. Na ocasião, Furtado estava respaldado por uma nova teorização para se contrapor aos

economistas liberais da FGV, onde aconteceram alguns seminários para debater as novas propostas de desenvolvimento (Wanderley; Faria, 2012). Desta maneira, Furtado promovia a ventilação de novas ideias sobre o papel do Estado na promoção do desenvolvimento num ambiente em que ele considerara “asfíxiante” poucos anos antes (Furtado, 2014, p. 56).

Em 1951, após o apoio do presidente eleito Getúlio Vargas (1951-1954) ter sido decisivo para a transformação da Cepal em um órgão permanente da ONU, Prebisch ofereceu a Furtado o cargo de diretor de Desenvolvimento como uma forma de reconhecimento (Dosman, 2011). Foi nesse cargo que Furtado retornou ao Brasil em 1953 como presidente do Grupo Misto Cepal-BNDE (1953-1955), que tinha por missão elaborar um projeto de programação para toda a economia brasileira para os anos seguintes (BNDE, 1953). O próprio Furtado, num depoimento para a memória do BNDE, deixou claro que sua participação no Grupo Misto também representou um apoio ao banco: “Minha colaboração com o BNDE tem duas fases. A primeira fase se encerra em fins de 1955, e a segunda fase se inicia na metade de 1958, quando entro para o BNDE como diretor” (Centro, 2009, p. 104).

É importante notar que o Grupo Misto sucedeu três missões econômicas enviadas pelos EUA para apoiar o desenvolvimento brasileiro que tinham a lógica da economia liberal, e a consequente visão de Estado mínimo (Wanderley, 2015a). No seu curto tempo na FGV, antes de partir para Santiago, Furtado havia presenciado os trabalhos da Missão Abbink-Bulhões – que foi a segunda das missões dos EUA – mas com a qual nunca teve contato e que para ele representava a “estranha divisão que havia no país [e] estava simbolizada na parede, mais espessa do que a Muralha da China, que nos separava dos membros da Missão Abbink” (Furtado, 2014, p. 56). Furtado, agora municiado pela teorização da Cepal, teria elementos para romper “a defesa de uma cidade que sabíamos sitiada para sempre” (2014, p. 56).

Ainda durante a vigência do Grupo Misto, Furtado (1954) publicou *Economia Brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*. Nesta obra, que dedicou a Raúl Prebisch, Furtado pela primeira vez utilizou o ferramental teórico da Cepal para compreender a economia brasileira. Cleantho Paiva Leite, na introdução desse livro, escreveu que o esforço

análítico de Furtado mostrou a “necessidade de um reexame completo dos instrumentos de análise que até agora têm sido utilizados para interpretar a história econômica do Brasil” (Furtado, 1954, p. 7). Cleantho era membro da Assessoria Econômica de Vargas (1951-1954) na qual foram elaboradas as leis para a criação do BNDE, da Petrobras, da Capes, da Eletrobras e do BNB, entre outros (Lima, 2013). Cleantho era também membro do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), antecessor do Iseb, que ministrava cursos para gestores públicos que teve Furtado como um de seus palestrantes (Wanderley, 2015a). Foi também um dos mentores da criação da Ebap e um dos articuladores do apoio da ONU para a criação da escola. O novo papel do Estado na economia exigia uma nova formação para o gestor público e, portanto, a Ebap foi criada, em 1952, com o intuito de formar o novo dirigente que comporia os quadros da administração pública (Fischer, 1984).

É nesse contexto do governo Vargas (1951-1954) que surgiu o nacional-desenvolvimentismo insuflado pela disseminação das ideias da Cepal e que teria no Iseb, na segunda metade da década, seu principal formulador teórico no Brasil (Abreu, 1975). O nacional-desenvolvimentismo ampliou a atuação do Estado na economia e fomentou o surgimento de um novo tipo de gestor público. Furtado, de sua posição de diretor de Desenvolvimento da Cepal e presidente do Grupo Misto Cepal-BNDE, foi o maior propagador das ideias da Cepal que foram discutidas nos principais lócus de formação de administradores públicos de então, como o Ibesp/Iseb e a Ebap (Wanderley, 2015a). Assim, podemos afirmar que Furtado foi um dos pensadores cuja reflexão teórica e prática ajudou a consolidar as grandes empresas de base pública do país (Lima, 2013).

O resultado do Grupo Misto foi a produção de um relatório com projeções para o desenvolvimento da economia brasileira para os sete anos seguintes (Cepal, 1955). Esse relatório viria a ser uma das bases para o Plano de Metas de JK, o que ampliou a propagação das ideias da Cepal por meio da atuação de Furtado ao longo da década de 50 (Bielschowsky, 1988), todavia, além das funções de projetar o desenvolvimento brasileiro e influenciar a criação de organismos para atingir tal propósito, por intermédio da Cepal Furtado desempenhou também o papel de apoiar o ensino e a pesquisa na administração pública (Wanderley, 2015a).

A Cepal promoveu o Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico (CTPDE), em nível de Pós-Graduação, e com conteúdo preparado pela Cepal que também enviou professores ao Brasil (Wanderley, 2015a). Agora, não apenas servidores do BNDE seriam treinados, pois o curso teve como principal objetivo: “familiarizar servidores públicos e estudiosos com os problemas básicos de desenvolvimento econômico e com os modernos processos metodológicos que podem ser usados para a solução dos mesmos” (1957, p. 57). Esses cursos funcionaram até 1967, tendo formado um total de 1.111 profissionais em nível de Pós-Graduação, que trabalharam, principalmente, em órgãos regionais de desenvolvimento (Wanderley, 2015a).

Além de incentivador desses cursos, Furtado foi também professor: uma série de dez palestras que fez na edição do curso de 1957 foi publicada na época em livro pelo Iseb, e depois reeditado (Furtado, 2012). Esse livro foi também lançado pelo Dasp com o título de *Perspectiva da Economia Brasileira* como o n. 15 da série “Ensaio de Administração” (Furtado, 1958). O próprio Dasp se encarregou de informar a que se destinavam esses ensaios (Furtado, 1958, p. 1): “realizados com a colaboração de especialistas nos diversos setores da ciência da administração e campos correlatos, terão por objetivo prestar subsídio aos estudiosos, suprimindo, na medida do possível, a carência de bibliografia especializada, do gênero, em língua portuguesa”.

Nesse livro Furtado alinhavou uma política de desenvolvimento e traçou “um esboço de mudança que enfatizava o papel dos técnicos e do Estado na elaboração dos planos econômicos, da política monetária, fiscal e administrativa” (Aguar, 2012, p. 11). Esse modelo de política que seguia as linhas gerais das teorizações da Cepal era contrário ao que Furtado chamou de “liberalismo tresnoitado, com o professor Eugênio Gudín à frente” (Furtado, 2012, p. 15). Esse era o “campo de batalha ideológico” que predominava no Rio de Janeiro em que “aglutinavam-se forças consideráveis que pretendiam tutelar a política econômica do futuro governo de JK” (Furtado, 2012, p. 15).

Mesmo após sua saída do Brasil com o fim do Grupo Misto, Furtado conseguiu se manter influente por aqui mediante a criação do “Clube dos Economistas”, que editou a Revista *Econômica Brasileira*, da qual se tornou um dos diretores. Por meio do clube e da Revista, de edição trimestral,

Furtado manteve sua influência sobre órgãos do governo, uma vez que a grande maioria de seus integrantes “estava constituída de economistas que trabalhavam em instituições ligadas ao governo federal, como o BNDE, a Sumoc, o Banco do Brasil, o Dasp, o IBGE, o Ministério da Fazenda [...]” (Furtado, 2014, p. 157).

Foi a atuação de Furtado como diretor da Cepal, atuando de fato, mas não de direito, como gestor público, e a divulgação de suas ideias e da própria Cepal no Brasil, que o credenciaram a uma posição de direito como gestor público, na diretoria no BNDE: após o ciclo de conferências no curso da Cepal (Furtado, 2012), Furtado partiu para o Pós-Doutorado em Cambridge, onde finalizou sua obra-prima *Formação Econômica do Brasil* (Furtado, 2014), e de onde retornou para assumir a posição de diretor do BNDE. Estávamos na segunda metade do ano de 1958.

3.6 GESTOR PÚBLICO: 1958-1964

Com a nomeação do presidente do BNDE, Lucas Lopes, para o Ministério da Fazenda de JK, Roberto Campos passou para a Presidência e surgiu uma vaga na diretoria. Furtado aceitou o convite dos amigos Cleantho de Paiva Leite e Ewaldo Correia Lima – diretores do banco e também professores do Iseb – mas desde que sua atuação fosse para realizar um programa de desenvolvimento para a Região Nordeste, sonho antigo que acalentava (Centro..., 2009).

Furtado estava trabalhando como diretor do BNDE num plano para o Nordeste quando, no início de 1959, foi convidado pelo chefe da Casa Civil de JK, embaixador Sette Câmara, para uma reunião com o presidente e um grupo de especialistas sobre a região. Com a dura seca de 1958 e a perda das eleições na região, o governo estava premido a lançar um plano para o Nordeste – a cargo de um grupo de trabalho criado pelo governo, mas que não deslanchava. Foi o próprio Sette Câmara quem instou Furtado a ser o porta-voz do grupo logo na abertura da reunião. JK ficou tão impressionado com a apresentação de Furtado que, menos de um mês depois, o nomeou presidente do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno). Furtado (Centro..., 2009, p. 113) mostrou-se surpreso com a tempestividade do presidente: “Eu era uma pessoa desconhecida no Brasil, tinha estudado

no estrangeiro, vivido no estrangeiro, tinha nove anos de Nações Unidas. Ele jogou todas as cartas de uma vez só”. O Codeno, que foi criado especificamente para esse projeto, foi o embrião do surgimento da Sudene. Furtado se desligaria do BNDE durante a gestão no Codeno, tendo ficado subordinado diretamente à Presidência até a aprovação pelo Congresso do decreto de criação da Sudene (Centro..., 2009).

Com o objetivo de equipar a Sudene com técnicos com formação adequada, Furtado levou para o Recife o curso que a Cepal ministrava no Rio (Wanderley, 2015a). Os alunos desse curso teriam, preferencialmente, lugar na nova estrutura da Sudene que estava sendo criada: “o curso destina-se a candidatos oficialmente indicados pelos governos estaduais do Nordeste (dois cada) e a economistas, engenheiros, agrônomos ou técnicos de entidades estatais ou paraestatais, indicados pelas suas respectivas repartições, aprovados em exames de seleção” (Capes, 1959, p. 16). O discurso de posse de Furtado na Sudene, em 8 de janeiro de 1960, mostrou seus objetivos para o novo organismo (Centro..., 2009, p. 168; grifo nosso):

Por último, cabe ressaltar na Lei da Sudene a reforma administrativa que contém. Constitui este o primeiro órgão de administração direta, no Brasil, que em seu amplo quadro de técnicos *não contará praticamente com funcionários públicos* e terá todo o seu pessoal trabalhando em regime de tempo integral [...] Reconheço que *a Sudene não é um órgão do Estado tradicional prestador de serviços, e sim do Estado moderno promotor do desenvolvimento* [...] A Sudene [...] até o fim deste ano, terá em seus quadros mais de uma centena de técnicos em nível superior.

Vemos assim que Furtado queria usar a Sudene como um veículo para transformar o papel do Estado na estrutura do país, que deveria passar a atuar como um promotor do desenvolvimento. Estes “técnicos em nível superior” aos quais se refere Furtado são, em parte, os egressos do curso da Cepal. Assim descreveu Furtado em palestra no Iseb, em 1959, para oficiais das Forças Armadas, explicando a reforma administrativa que representou a Sudene (Centro..., 2009, p. 35): “a Sudene pretende ser um órgão de natureza renovadora com o duplo objetivo de dar ao governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo, o habilite a modificar a estrutura administrativa em função dos novos objetivos”.

A Sudene, acima de tudo, foi criada seguindo os padrões difundidos pela Cepal e divulgados no Brasil, principalmente por Furtado, tendo como técnicos os egressos desse curso – e esta é uma das contribuições de Furtado para a gestão pública.

Além do curso da Cepal, a Sudene organizou diversos outros, tais como administração municipal e programação orçamentária, que tinham por objetivo “elevar o nível técnico das administrações estaduais”, e pelos quais passariam mais de mil alunos (Furtado, 2014, p. 363), espalhando sua influência também para a administração em âmbito estadual. Cabe ressaltar que o CTPDE era um curso em nível de Pós-Graduação, o que leva a supor que seus egressos adquiriam uma formação que pode ser considerada superior à de seus pares da iniciativa privada (Wanderley, 2015a).

A pretensão de Furtado de construir a Sudene como um “órgão de natureza renovadora” atingiu seu objetivo, segundo Francisco Iglesias, historiador do período (Furtado, 2014, p. 14): “Na história dos serviços públicos no Brasil, a Sudene é caso excepcional e se recomenda pela lucidez do projeto e pela seriedade dos agentes executivos em seu primeiro momento [...] a gestão de Celso Furtado na Sudene é talvez a página mais expressiva de um organismo administrativo entre nós”.

Apesar de bastante ocupado na Sudene, Furtado não descuidou de sua produção acadêmica. Ele lançou *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (Furtado, 1961), no qual maturou mais de uma década de reflexões sobre o fenômeno do desenvolvimento dependente do Brasil. É nesse livro que Furtado aponta claramente que o subdesenvolvimento não é uma etapa para o desenvolvimento (Furtado, 1961) – como afirmava a teoria da modernização disseminada a partir dos EUA (Rostow, 1960) – mas sim que ambos são parte de um mesmo fenômeno e se retroalimentam, sempre em detrimento da periferia. Segundo Furtado, portanto, era necessário que se analisasse o fenômeno do subdesenvolvimento com lentes próprias e, consequentemente, as possíveis soluções careciam de uma análise particular (Furtado, 1961).

Esse livro marcou também o início das autocríticas da Cepal, que via a efetividade da industrialização por substituição de importações perder ímpeto na América Latina. Além disso, as críticas às teorizações da Cepal levaram ao surgimento das diferentes correntes dos estudos de depen-

dência e, em particular, à teoria marxista da dependência que representou sua mais forte crítica. Ora, apesar de as propostas da Cepal representarem um contraponto às teorias liberais, ainda assim a proposta era de que os países se mantivessem dentro do sistema capitalista. Para a teoria marxista da dependência a única saída possível para o subdesenvolvimento era a imediata passagem para um regime socialista (Wanderley, 2015b).

Esse era um momento em que toda a América Latina pendia para a esquerda o que, no Brasil, ficou marcado com a chegada de João Goulart (1961-1964) ao poder após a renúncia de Jânio Quadros e a instauração do regime parlamentarista. Ainda como superintendente da Sudene, Furtado foi convidado, no final de 1962, por Goulart, a assumir um Ministério sem pasta com a missão de apresentar um plano geral para a economia do país. O objetivo final de Goulart era vencer o plebiscito que restituiria seus poderes presidenciais (Furtado, 2014). Vemos aqui novamente uma continuidade em relação ao período anterior de análise: nove anos antes Furtado chegara ao Brasil com a missão de elaborar um plano para o desenvolvimento do país, então como diretor da Cepal, que serviria de base para o Plano de Metas de JK; agora o plano de Furtado, na condição de ministro de Estado, embasaria diretamente a ação do governo.

Furtado aceitou a missão e, em apenas quatro meses, e graças ao apoio de seus amigos no BNDE, com o qual não tinha mais ligação direta, apresentou o “Plano de Desenvolvimento Trienal” (Centro..., 2011): “Quem tinha visão nacional era o BNDE. Foi dentro do BNDE que foi feito o plano geral, evidentemente à margem do Banco, pois não fiz nenhum acordo direto”, lembrou Furtado (Centro..., 2009, p. 119). O plano foi anunciado no último dia do ano e o presidente venceu o plebiscito. Furtado achou que tinha cumprido sua missão e que poderia retornar à Sudene, mas poucos dias após o plebiscito o presidente criou a nova pasta do Planejamento e o convidou a assumi-la (Centro..., 2011).

Assim, Furtado, que havia iniciado a carreira de servidor público no Dasp em 1943, como assistente de organização, exatos 20 anos depois se tornou o primeiro ministro do Planejamento, contudo não ficou muito tempo nesse cargo, pois numa reforma ministerial, em junho daquele ano, o presidente o exonerou. O governo havia perdido o apoio político necessário

à instituição do Plano Trienal, todavia prestou nova contribuição à administração pública ao estruturar o ministério que teve seu batismo ligado à figura de Furtado (Centro..., 2011).

O Plano Trienal tornou-se um marco na história do pensamento econômico brasileiro e pretendia, a partir de dois eixos, atacar os problemas imediatos da economia do país, principalmente a inflação, mas sem descuidar do desenvolvimento no longo prazo. A passagem pelo Ministério do Planejamento, entretanto, em apoio a Jango, reforçaria em Furtado a pecha de comunista, que serviria de pretexto para os militares o cassarem no AI-1 editado em 1964. É curioso notar que, nesse mesmo período, atuando como superintendente da Sudene, Furtado era acusado pela esquerda de ser entreguista, pois estava recebendo recursos da Aliança para o Progresso do presidente Kennedy para investimentos na Região Nordeste. A acusação de “entreguista” tornou-se ainda mais forte após Furtado ter sido recebido por Kennedy em Washington (Furtado, 2014).

Furtado presidiu a Sudene até o golpe militar de 1964, o que representou uma importante atuação sua como gestor público. É preciso que fique claro que “há uma Sudene pensada por Celso Furtado até o início de 1964 e uma outra, resultante da tomada do poder pelos militares e pelos grupos conservadores e oligárquicos que lhe deram sustentação” (Lima, 2009, p. 223). O Conselho Deliberativo da Sudene, que era um órgão político e que foi estruturado por Furtado, tinha a presença de todos os governadores e representantes dos Estados do Nordeste. Pelas causas que defendeu, a Sudene sofreu pressões de diferentes setores da sociedade (Lima, 2009).

Furtado estava no Recife, sede da Sudene, no dia do golpe empresarial-militar e conseguiu chegar ao aeroporto para sair da cidade antes do cerco que se anunciava. No exílio, Furtado lecionou por mais de 20 anos na Sorbonne, em Paris. Quando retornou em definitivo ao país, nos anos 80, voltaria a servir ao governo como ministro da Cultura. Furtado jamais trabalhou na iniciativa privada.

3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo procuramos resgatar na biografia de Celso Furtado sua trajetória como gestor público. Nos pouco mais de 20 anos que cobrimos – 1943-1964 – vimos que Furtado, que iniciou carreira no Dasp como

assistente de organização, galgou a hierarquia do serviço público, chegando até a posição de ministro de Estado. Furtado também iniciou sua carreira acadêmica e letiva debruçado sobre as teorias de organização. A sua inserção no setor público deu-se num momento em que o país buscava uma modernização do Estado e em que o papel das organizações públicas bem como do servidor público era rediscutido.

Como principal divulgador das ideias da Cepal no Brasil nas décadas de 50 e 60, Furtado contribuiu para uma visão de centralidade do Estado e de seus gestores no planejamento e fomento do desenvolvimento do país. Essas concepções questionavam a universalidade do conhecimento estrangeiro e se baseavam na investigação da realidade local para a construção de arcabouços teóricos. Com base na realidade local, o papel do Estado e das organizações comandadas pelo Estado é reconhecido como uma normalidade do fenômeno organizacional, assim como o gestor público pode ser tão ou mais importante do que o privado na busca pelo desenvolvimento nacional.

A disseminação das ideias da Cepal, a partir do começo dos anos 50, aconteceu no momento em que foram criadas as principais escolas de ensino de Administração e, portanto, Furtado influenciou a primeira leva de administradores formados no Brasil. Foi a preocupação de Furtado com a formação do perfil técnico para assumir as novas funções que o Estado deveria desempenhar que o levou a apoiar, e dar aulas, nos cursos de Pós-Graduação que a Cepal promoveu no Brasil. Esses cursos, que tinham conteúdo produzido pela Cepal e aulas ministrados por seus professores, formaram servidores públicos que trabalharam principalmente em órgãos regionais de desenvolvimento.

As concepções da Cepal iam de encontro às teorias de desenvolvimento emanadas a partir dos EUA e que tinham fortes defensores no Brasil. A proposta da Cepal de industrialização por substituição de importações para superar o subdesenvolvimento era combatida com a defesa da dita vocação agrícola que o Brasil deveria perseguir para atingir o desenvolvimento. O subdesenvolvimento, segundo a teoria da modernização, era considerado uma mera etapa para o desenvolvimento, e não parte de um mesmo fenômeno que condenava a América Latina a uma permanente condição de subdesenvolvimento, conforme teorizou Celso Furtado. Mor-

mente, fica claro que, por trás do debate sobre o papel do Estado na economia, está o diálogo entre desenvolvimento econômico e administração do desenvolvimento, e que levou, na década de 50, ao imbricamento do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento da técnica e arte de administração.

Foram essas teorizações que embasaram o nacional-desenvolvimentismo no período investigado e que levaram à criação de organizações controladas pelo Estado e que permanecem atuantes, tais como o BNDES, o Banco do Nordeste Brasileiro, a Petrobras, a Eletrobras, a Capes, entre outras. Podemos sugerir que foi o embate teórico que aconteceu nesse período – tendo Cepal-Furtado de um lado e o “liberalismo tresnoitado” do outro – que levou o Brasil a resistir à onda de privatizações que varreu o mundo nas décadas de 80 e 90 a partir do Consenso de Washington. Sim, houve privatizações no Brasil, mas as organizações mencionadas, por exemplo, permanecem sob o controle do Estado, ao passo que em países como Argentina, Chile e México organizações criadas naquele período foram todas privatizadas.

Furtado foi um dos pensadores cuja reflexão teórica e prática ajudou a consolidar as grandes empresas de base pública do país. Além disso, sua atuação como idealizador e primeiro superintendente da Sudene é uma das mais ricas experiências administrativas no país. A crença de Furtado na assertividade do planejamento e na capacidade do técnico em promover o desenvolvimento a partir do plano, contudo, é passível de críticas. Poder-se-ia mesmo dizer que utópicas. O próprio Furtado reconheceria no livro *O mito do desenvolvimento* que o que ele mesmo perseguia era na verdade inatingível.

Destarte, resgatar a trajetória de Furtado como gestor público é fundamental neste momento em que passamos por uma redefinição do papel do Estado na economia, e em que a tentativa por fazermos a mais fácil – mas não necessariamente a melhor – opção por um Estado mínimo parece prevalecer. Assim, talvez, no futuro não precisemos repetir a constatação de Furtado do final do século passado: “Nunca estivemos tão longe do país com que sonhamos um dia”.

CLEANTHO DE PAIVA LEITE: Um Expoente Nordestino e Admirável Gestor Público

Marcos Costa Lima¹

Tieta Tenório de Andrade Bitu²

Gabriela Lopes Sales³

4.1 INTRODUÇÃO

Diferentemente de alguns nomes trabalhados na historiografia da administração e da economia brasileira, Cleantho de Paiva Leite teve sua carreira pouco estudada, assim como outros intelectuais nordestinos, o que nos leva a intuir que, por muito tempo, a vida e a efetiva colaboração de nordestinos ao desenvolvimento brasileiro foi relegada a um segundo plano.

Compreendendo que outras investigações não tinham como objetivo aprofundar o estudo acerca da influência específica e das atuações de nordestinos, tomamos como fim principal resgatar, por meio da biografia do paraibano, sua trajetória como gestor público e o contexto político-administrativo do qual fez parte, bem como sua colaboração como partícipe de uma geração que buscou construir um modelo de atuação no âmbito da administração pública nacional diferente do que até então existia.

Nesse contexto, torna-se válido ressaltar que a escolha pelo período analisado, que vai de 1930 a 1964, deve-se à chegada de Getúlio Vargas ao poder, fato considerado marco do início da construção da moderna Repú-

¹ Professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco; coordenador do Instituto de Estudos da Ásia; pós-doutor pela Université Paris XIII – Villetaneuse.

² Mestranda pelo Programa de Pós-graduação de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

³ Graduada em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.

blica. E finaliza em 1964, pois esse momento é marcado pelo golpe militar que resultou na ruptura de um momento histórico, que interrompe não apenas a construção de um processo de evolução político-econômica do país, mas também a carreira de importantes gestores públicos, incluindo a de Cleantho.

Entre os anos de 1930 e 1964 consolida-se uma nova fase do desenvolvimento do país. A trajetória de Cleantho como servidor público foi marcada e marcou a construção deste ciclo, fundamentado em preceitos nacionalistas de desenvolvimento, que pensavam e praticavam a busca por um caminho independente para o Brasil.

Destaca-se que este texto é uma modesta pretensão de colaborar para a construção de uma visão mais atenta sobre o gestor nordestino que teve uma importante contribuição para o Estado brasileiro. Tomando como base a ordem cronológica dos fatos, dividiu-se o artigo da seguinte forma: no primeiro momento, será traçado o percurso de Cleantho até o início da sua carreira pública; em seguida, serão apresentados os contextos políticos contemporâneos, sua atuação como servidor e gestor público até seu desligamento do setor público e início da carreira no setor privado.

4.2 TRAJETÓRIA ANTES DA SUA ATUAÇÃO COMO GESTOR PÚBLICO: Uma Breve Revisão Biográfica

Cleantho de Paiva Leite nasceu no dia 24 de março de 1921, em João Pessoa, e faleceu no dia 7 de outubro de 1992, aos 71 anos de idade, no Rio de Janeiro. Mesmo vivendo a maior parte de sua vida longe da Paraíba, sempre recordava com orgulho sua origem. Exerceu funções públicas nacionais e internacionais e se preocupou em projetar tanto seu estado natal quanto o Nordeste para ambos os cenários.

Para além da sua ligação com as origens paraibanas, ele era conhecido como um grande nacionalista e era visto como “um exemplo de homem público, digno de ser seguido por todos os seus conterrâneos, paraibanos e brasileiros”.⁴

⁴ Leite, Cesar de Paiva. *Cleantho de Paiva Leite*. Paraíba: A União; Superintendência de Imprensa e Editora, 2000. p. 7. (Coleção Paraíba: Nomes do Século, Série Histórica).

Em 1935, aos 15 anos de idade, Cleantho foi morar em Recife e concluir seus estudos no Ginásio Pernambuco. Mais tarde, conseguindo se sustentar na cidade graças a um emprego no Diário de Pernambuco, presta vestibular e ingressa na Faculdade de Direito do Recife.

Uma vez universitário, se descobre atraído não pela advocacia ou magistratura, mas sim pela economia política, ciência das finanças, Direito Constitucional e Direito Internacional Público. Antes de se formar, volta para João Pessoa e começa a trabalhar na biblioteca estadual, e é na sua terra natal, no início da década de 40, que surgem as primeiras oportunidades para iniciar sua carreira pública.

4.3 FORTALECIMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO DE CLEANTHO: Início da Carreira Pública e Consolidação das Primeiras Experiências Internacionais

É impossível abordar a trajetória do nordestino sem traçar um paralelo histórico e político do Brasil. Por mais que existam diferenças quanto às políticas nacionais e internacionais ao longo das décadas de 30 e 60, época à qual no restringimos, há uma semelhança fundamental: o projeto nacional de desenvolvimento com base industrial.

Durante o primeiro período do governo Vargas, entre os anos de 1930 e 1945, houve um avanço na industrialização, foco das políticas nacionais, consequentemente, acontece uma progressiva mudança do modelo primário-exportador dominado por grupos oligárquicos que outrora estavam à frente das decisões políticas, para o modelo “getuliano” de substituição de importações,⁵ o que faz o país se voltar para seu mercado interno, resultando num crescimento da indústria já em 1933.

Fica claro que no primeiro governo Vargas, e após a crise de 1929, a intenção era aproximar os pilares base do projeto nacional de desenvolvimento com o processo de industrialização do país. Objetiva-se concretizar e

⁵ Silva, Joyce Helena Ferreira da. O populismo como matiz ideológico. In: Lima, Marcos Costa (org.). *Os boêmios cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-54)*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

aprofundar a organização do Estado nacional, que passou a ser fortemente intervencionista. Assim, lançam-se as linhas, diretrizes do programa econômico do Estado Novo (1937-1945).

Cria-se uma estratégia que, conforme dito, tinha como escopo consolidar um Estado nacional forte e superar a fragmentação do país; que, até então, mantinha-se na velha organização de políticas estaduais oligárquicas.

Percebe-se, pois, que, além da firme vontade política de investir e do sentimento de reconhecimento do potencial nacional, era necessária uma reformulação e a criação de órgãos compostos por equipes técnicas capazes de gerir, administrar, planejar e executar os planos de desenvolvimento nacional para manutenção desse projeto político próprio.

Diante disso, vale lembrar que, ainda no Estado Novo, foi criado o Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público), cuja principal finalidade era promover a racionalidade técnica na administração pública. É nesse órgão que Cleantho de Paiva Leite inicia sua carreira como gestor.

Com a primeira seleção, em 1942, atingiu o cargo de assessor de organização e métodos. No ano seguinte, já residindo no Rio de Janeiro, preparou-se para concorrer ao cargo de técnico de administração, função considerada mais importante.

Constata-se que nesse período se iniciou o processo modernizador da administração pública e de alguma forma se consolida um dos objetivos do governo Vargas. Introduziram-se sistemas de organização, de métodos e de administração do pessoal, destacando-se o sistema do pessoal mediante rigoroso concurso de provas,⁶ a meritocracia e a técnica estavam em evidência.

O Dasp foi o órgão do governo com o qual se pretendia estabelecer uma maior integração entre os diversos setores da administração e promover a seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito, compreendido como o único capaz de diminuir as injunções dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos empregos públicos.

⁶ Leite, Cesar de Paiva. *op. cit.*, 2000, p. 20.

Assim, afirma-se que, de encontro com as características do regime autoritário existente a época:

O regime do Estado Novo, Getúlio, tinha essa face democrática: o concurso público que permitia a qualquer pessoa acesso a postos, a uma carreira administrativa que podia levar a postos importantes [...]. Você podia ascender a esses lugares na base de um concurso público. Tenho a impressão que poucos governos autoritários chegaram a conviver com a experiência democrática, como é o concurso, o livre acesso ao serviço público através do concurso (Leite; 1983, p. 24).

Em 1945, quando já exercia a função de técnico do Dasp, Cleantho é enviado ao exterior. É o início de uma longa e intensa experiência internacional que irá refletir em toda sua carreira pública. Por meio de uma solicitação da administração do Paraguai, o governo brasileiro encaminha Cleantho para prestar uma assistência ao país, que desejava organizar a gestão pública, as finanças e a criação de um órgão que se assemelhava ao Departamento brasileiro.

Após alguns meses no exterior, ministrando cursos, realizando conferências e desempenhando com dedicação a missão que era importante para o Brasil e para o país vizinho, ele volta a sua terra natal.

Já no Brasil, quando o cenário nacional era de final da ditadura Vargas, Cleantho retoma sua função no Dasp e é designado para ser chefe da seção de coordenação da divisão de organização e métodos, na qual lidaria com os assuntos relacionados aos novos territórios federais e de fronteira. Esse fato leva Cleantho a se interessar pelos estudos sobre a administração colonial e, no segundo semestre de 1945, ao se deparar com a oportunidade de realizar uma especialização para pesquisar acerca da administração dos territórios não autônomos,⁷ segue para a *London School of Economics*.

Ainda em 1945, e no período do pós-guerra, é fundada em São Francisco a Organização das Nações Unidas (ONU) e a parte desse órgão que viria a ser a Assembleia Geral que começou a funcionar em Londres.

⁷ A Lista das Nações Unidas de territórios não autônomos documenta países que, segundo as Nações Unidas, não estão descolonizados. A lista foi inicialmente preparada em 1946 com o Artigo XI da Carta das Nações Unidas, e foi atualizada na Assembleia Geral das Nações Unidas em recomendação ao Comitê Especial de Descolonização e seus predecessores.

O Brasil já integrava a organização e, como os outros países membros, começou a ceder funcionários do governo para compor as equipes de trabalho.

O embaixador que representava o Brasil na Assembleia Geral da ONU era Ciro de Freitas Vale,⁸ que, ao tomar conhecimento da presença de funcionários do Dasp em Londres, solicitou que alguns fossem cedidos para trabalhar naquele núcleo que constituía o Secretariado das Nações Unidas. Nessa fase a carreira internacional de Cleantho se efetiva. Em janeiro de 1946 obteve permissão e foi atuar na ONU. E em seguida é convocado para ocupar a vaga de *political affairs officer* no secretariado permanente, lugar que ocupou até 1951.

Em meados de 1948 viajou algumas vezes para Genebra com o fim de participar das assembleias gerais e de reuniões do Conselho de Tutela; ainda no exterior, dedicava-se aos estudos dos problemas dos países africanos e asiáticos, muitos deles ex-colônias, que durante a Segunda Guerra passaram a dedicar atenção ao que viria ser o mundo da era atômica.

No Brasil, o Estado Novo chega a seu fim. O governo de Vargas cedeu, cada vez mais, às manifestações democráticas, havia sido decretada a anistia dos presos políticos, como Luiz Carlos Prestes e outros líderes comunistas, e vislumbavam-se as eleições de 1946. Em 29 de outubro de 1945 Getúlio é deposto. O fato, contudo, não repercutia no exterior e os planos de estudo do funcionário da Dasp permaneceram.

Eurico Gaspar Dutra torna-se presidente e governa de 1946 a 1951, estabelecendo uma política econômica marcada predominantemente por medidas liberais, afirmando os princípios do *laissez-faire* e alinhando-se incondicionalmente aos Estados Unidos. Mudando as iniciativas do governo Vargas referentes à promoção da industrialização, Dutra prioriza o livre-comércio, os investimentos privados vindos dos EUA e usa de forma irresponsável as reservas, o que resultou num período de recessão e crescimento da dívida externa.

⁸ Vale, Ciro de Freitas, diplomata; encar. neg. Bras. EUA 1934; emb. Bras. Bolívia 1936-1937; emb. Bras. Alemanha 1939-1942; emb. Bras. Argentina 1947-1948; emb. Bras. Chile 1952-1955. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vale-ciro-de-freitas>. Acesso em: 17 jan. 2019.

Acompanhando de perto a política externa do governo Dutra, Cleantho assume uma postura bastante crítica sobre sua efetivação; posiciona-se contra a aliança automática com os Estados Unidos⁹ e demonstra, mais uma vez, uma preocupação com o desenvolvimento econômico brasileiro.

As medidas conservadoras e antinacionais de Dutra refletiram negativamente na vida dos trabalhadores, cujas condições de vida pioraram. Houve congelamento do salário, aumento da inflação e um custo de vida mais caro para a maioria da população. Como consequência, surgiram protestos, manifestações e greves que reprovavam o governo e apresentavam o desejo de mudança. Nesse cenário, começa a ganhar espaço uma nova eleição.

Em 1950 as posições conservadoras que desfavoreciam os empregados e a ausência de um candidato opositor forte acabam por fortalecer Getúlio Vargas, candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que volta ao poder por vias democráticas, “pelos braços do povo”. O início do segundo governo Vargas, fruto de eleições diretas, marcou também a volta ao Brasil de Cleantho, que confessara já não desejar mais ser um burocrata internacional;¹⁰ assume então novamente sua função anterior de técnico de administração do Dasp.

De 1945 a 1951, tempo em que esteve na ONU como encarregado dos assuntos políticos do Conselho de Tutela, teve pleno contato com a ideia do desenvolvimento econômico como solução para os países não industrializados e não desenvolvidos. E, por meio do Conselho Econômico e Social, criado na Carta das Nações Unidas, teve acesso ao surgimento das Comissões Regionais, como a Comissão Econômica para a América Latina – Cepal,¹¹ que teve um escritório instalado no Brasil em 1952.

⁹ *Ibid.* p. 43.

¹⁰ Leite, de Paiva Cesar. *op. cit.* 1983, p. 26.

¹¹ A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1.984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A Cepal é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede fica em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/about>

4.4 O RETORNO DE VARGAS E A ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

Os primeiros anos do novo governo Vargas podem ser compreendidos como um período de transição que antecede a retomada de um projeto nacionalista de desenvolvimento. Nesse período, o cenário político interno era de pouco espaço de atuação para Getúlio, que não tinha apoio do Congresso e percebia a necessidade de contornar a bancada conservadora. Sem saída e objetivando construir uma base de apoio partidário que concordasse com a aprovação dos grandes projetos, nomeia ministros conservadores para compor seu gabinete.

Já no âmbito internacional Vargas, segundo as palavras de Sola (1998), fundou um “nacionalismo moderado” que resultou na busca do apoio dos Estados Unidos para realizar a instalação de um projeto nacional desenvolvimentista objetivando novas formas de inserção do Brasil no sistema internacional.

Assim, afirma-se que Vargas pretendeu fazer um governo de conciliação nacional e, para tanto, usou da sua conhecida habilidade política de unir grupos opostos com o objetivo fazer avançar os projetos. Habilidade que, para muitos, caracteriza uma desenvoltura política que fez do líder gaúcho um grande conciliador de tensões e que, para outros, demonstra, na verdade, uma ambiguidade política.

Reconhecendo a dificuldade para dar andamento aos projetos, demonstrando uma habilidade para administrar a situação de constante embate político e no desejo de não abrir mão da instituição das obras nacionalistas, Vargas cria a Assessoria da Presidência, órgão composto por um grupo de intelectuais que desenvolviam a função de “oficiais-de-gabinete”.

A Assessoria do presidente Vargas era uma criação do próprio, formada por servidores da sua mais absoluta confiança ou dos seus auxiliares diretos; na visão de Cleantho representava uma solução informal e muito imaginativa de Getúlio para escapar do cerco político ao qual ele tinha sido restringido graças à escolha dos ministros.

Os assessores atuavam desenvolvendo um trabalho essencialmente técnico, no sentido de propor e orientar o presidente na formação de projetos que fossem base para garantir o desenvolvimento. A função do órgão

é um marco na construção estatal, principalmente no que diz respeito ao processo de desenvolvimento industrial e da participação do Estado na economia. Não é, contudo, possível excluir o trabalho político realizado pela Assessoria para construção, aceitação e concretização dos projetos.

Para formação desse grupo não existia indicação de políticos ou de partidos, o critério era vinculado estritamente à vida profissional de cada assessor, a quem competia as matérias de um ou dois ministérios, que, depois de estudadas, eram selecionadas conforme a relevância e serviam como um “filtro” da chefia da Casa Civil antes de chegar ao presidente.

No Congresso, Vargas não tinha apoio e seus projetos reformistas e nacionalistas sofriam resistência; faltava suporte para tornar viáveis os grandes projetos que passaram a ser a tônica do seu governo, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Petrobras, Eletrobras e outros.

O objetivo era a formulação de políticas econômicas e a possibilidade de sua execução. Busca-se, então, construir um Estado ativo. Na perspectiva interna, o nacionalismo e o desenvolvimento econômico brasileiro eram a base da construção, mas também se buscava uma atuação do Brasil no plano internacional.

A Assessoria, formada por pessoas da confiança do presidente e que comungavam do seu pensamento nacionalista, tornou-se quase que um governo paralelo. Nas palavras de Cleantho:

Foi esse pequeno grupo que gerou os grandes projetos, os projetos inovadores do segundo governo Vargas. [...] Eram os oficiais-de-gabinete que eram os assessores pessoais de Getúlio e que, despachando com Getúlio, colhiam o seu pensamento, transmitiam a ele as suas sugestões e foram elaborando todos esses projetos importantes do segundo governo Vargas.¹²

O caminho para o paraibano alcançar esse cargo foi curto. Ao retornar ao Brasil, comunica-se com o diretor geral do Dasp para combinar sua rerepresentação e retomar o exercício da função. Diante da composição

¹² Cleantho de Paiva Leite em depoimento ao CPDOC/FGV concedido aos entrevistadores Anamaria Ladeira Aragão e Plínio de Abreu Ramos em 1988. p. 3.

política existente, logo se decide que ele não mais voltaria ao Dasp e sim que ficaria no Catete como membro da Assessoria da Presidência. Assim, conta que:

Voltei em fevereiro de 1951 e aqui, antes mesmo que eu pudesse me apresentar ao Dasp, fui convocado pelo meu amigo Rômulo Almeida pelo antigo chefe, o ministro Moacir Brigss, que estavam no Catete e que me informaram que antes mesmo da minha vinda para o Brasil, na organização inicial do Gabinete Civil do presidente Getúlio Vargas, o meu nome tinha sido considerado para integrar a Assessoria do Presidente Getúlio Vargas. Então fui diretamente para o palácio do Catete [...]. (Leite; 1988, p. 3).

Ao se tornar assessor direto do presidente e ocupar o cargo de “oficial-de-gabinete”, Cleantho inicia uma das fases mais proveitosas da sua vida pública. Foi uma grande oportunidade para dar relevância e utilidade a toda história profissional e de vida que tão jovem tinha construído.

Assumindo a função, acredita que é uma posição privilegiada para quem queria atuar pelo Brasil. E aproveitando as oportunidades investe duramente na visibilidade no plano internacional e assim obtém recursos para o desenvolvimento econômico do país.¹³

Conforme já referido, o governo Vargas na sua segunda fase foi marcado por uma profunda revisão da orientação seguida pelo governo Dutra. No cenário interno não existia apoio para consecução dos planos. O conflito dava-se com as forças direitistas que existiam dentro do próprio governo. Getúlio não tinha maioria no Congresso e pela falta de tradição democrática tinha dificuldade de obter maioria nas votações.

A elaboração e a realização de um programa de governo eram de difícil execução, contudo, apesar dos grandes empecilhos nas negociações, o governo Vargas conseguiu fazer aprovar projetos da maior importância para história econômica brasileira. Nesse período buscou-se imprimir à industrialização papel fundamental na promoção do desenvolvimento. A orientação básica do presidente era de descobrir e explorar de todas as maneiras os recursos naturais para diminuir a dependência do exterior.¹⁴

¹³ Leite, Cleantho de Paiva. *op. cit.* 1983, p. 64.

¹⁴ Leite, Cleantho de Paiva. *op. cit.* 1983, p. 71.

E, para colaborar com a gestão dos assuntos relacionados ao plano externo do governo, Getúlio tinha o grande auxílio Cleantho, que se dedicava a temas do Ministério da Fazenda e parte da Agricultura; se destacando, no entanto, por atuar em toda parte relacionada à política internacional.

Cleantho era encarregado por toda a parte relacionada com o Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, relações com as Nações Unidas, relações com a Argentina, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a qual também enfrentava grandes dificuldades, pois era trabalhoso conciliar os desejos do presidente, que tinha enfrentamentos com ministros que assuadamente vinculavam suas posições à política dos Estados Unidos e da Argentina.

4.5 COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS

De início, vale lembrar, que a Comissão Mista foi criada ao final do governo Dutra, quando o Brasil e os Estados Unidos assinaram um projeto de cooperação técnica, mas só veio ser oficialmente instalada em 1951, durante o segundo governo Vargas. Na Comissão, Cleantho prestou uma das mais importantes atuações da Assessoria. Foram elaborados diversos despachos, que, após aprovação do presidente, seguiam para compor a solicitação de financiamento americano.

A área de atuação da Comissão era definida por aquilo que o presidente considerava prioridade, então, naquele momento, eram os problemas de infraestrutura de energia, de transporte, portuária, etc.¹⁵ E o principal papel da Comissão era elaborar os projetos de maneira a transformá-los em empreendimentos financiáveis pelos bancos estrangeiros.

Então, defendia-se que, para esses projetos serem financiados por bancos internacionais, era preciso que técnicos transformassem as ideias, sugestões ou esboços inacabados em projetos capazes de serem executados. Assim, os trabalhos da Comissão basicamente envolviam o cumprimento das exigências técnicas e legais para que o Brasil formulasse projetos prioritários relativos à energia e aos transportes.

¹⁵ Leite, Cleantho de Paiva. *op. cit.* 1988, p. 8.

Logo, é possível afirmar que a Comissão, além de ser encarregada de estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país, estabelecendo os setores de agricultura, energia e transporte, tinha também a função de buscar, por meio dos projetos, futuros desembolsos, investimentos internacionais.

Outro aspecto que chama a atenção acerca da Comissão é sua composição: no que tange aos integrantes brasileiros, Vargas mescla a composição e nomeia integrantes com características “cosmopolitas” – como Ari Torres, Lucas Lopes, Roberto Campos – e “nacionalistas” – como Cleantho de Paiva Leite, Rômulo Almeida, Jesus Soares, Ignácio Rangel e Accioly Borges, o que resultou num cenário dividido.

Os “cosmopolitas”, apoiados nas ideias do ministro João Neves da Fontoura, acreditavam em empreendimentos conjuntos – Brasil e Estados Unidos – de exploração de matérias-primas e minerais e em uma retribuição aos investimentos americanos por meio de uma política amigável com os norte-americanos e ao capital privado daquele país.

Diferentemente, os “nacionalistas” reforçavam as discussões sobre o desenvolvimento, infraestrutura e monopólio nacional. E defendiam que a execução de políticas econômicas não podia ficar restrita às injunções externas. Após dois anos de vigência da Comissão Mista, no entanto, em 1953, o Partido Republicano americano anuncia o seu cancelamento. E o resultado dos trabalhos é a aprovação dos projetos que vão compor o Plano de Reaparelhamento Econômico e o estabelecimento da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Vale assinalar aqui a atuação de Cleantho na Cepal, que foi apoiada decisivamente por Vargas, tendo por base a intenção de ampliar as relações do Brasil com os demais países da região. O presidente, que chegou a participar da “V Série de Sessões da Cepal”, ocorrida em abril de 1953 em Petrópolis, foi peça fundamental para simbolizar a aliança entre o pensamento cepalino, o ideário estatista e as políticas de expansão industrial promovidas pelo governo.

Vargas fazia convergir as ideias industrialistas do empresariado brasileiro com aquelas da Assessoria Econômica da Presidência e o pensamento cepalino. Nesse contexto, Cleantho intermediou um encontro entre Raúl

Prebisch, Celso Furtado e Getúlio Vargas, o qual determinou que o voto do Brasil fosse de apoio à Cepal (Furtado, 1985). Sobre a influência da Cepal no Brasil Leopoldi assevera que:

O Brasil foi o único país da América Latina onde se deu esta convergência de ideias, levando o governo Vargas a criar um organismo de cooperação com a Cepal, e a liderança industrial do país a patrocinar um encontro da Cepal – o de 1953 – e a adotar sua terminologia (1997, p. 69).

4.6 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Em 20 de junho de 1952 é criada essa instituição com o objetivo de financiar e gerir os recursos dos projetos que captavam valores no Brasil ou exterior. O presidente Getúlio decide, então, criar o BNDES para administrar o Fundo de Reparelamento Econômico. É uma das criações que apontam tanto para o intervencionismo estatal, que se busca concretizar naquela época, como também para o compromisso com os interesses desenvolvimentistas.

Logo, o BNDE é instituído como órgão de aplicação e utilização dos recursos criados no Fundo de Reparelamento Econômico para a execução de um programa de financiamento de estradas de ferro, de portos, de usinas elétricas, de indústria de base, etc.

Dessa forma, buscava-se realizar a característica mais importante do segundo governo Vargas, que era a criação de uma infraestrutura básica para o desenvolvimento. Na visão de Cleantho:

O grande papel da Comissão Mista e do plano de reparelamento que foi confiado ao BNDES, foi sistematizar as ações do governo num conjunto de ações, digamos, harmoniosas e interdependentes. [...] o reconhecimento de que o desenvolvimento econômico do país estava necessariamente vinculado a uma infraestrutura básica que era débil. [...] tudo isso estava dirigido para a criação de uma infraestrutura de transporte, de energia, de armazenagem, de indústria básica, etc. [...] (Leite, 1983, p. 120).

Assim, compreende-se que o BNDE, junto com a Comissão Mista, ajudou a introduzir no Brasil uma prática mais racional de gestão e aplicação de recursos públicos em investimentos econômicos, e contribuiu para formar uma equipe de técnicos brasileiros aptos a elaborar projetos de desenvolvimento.

Com a questão do BNDE e Plano Nacional de Eletrificação, Cleantho torna-se muito ativo no segundo governo Vargas e dentro da formulação do programa energético. É nomeado diretor desse Banco, posto em que permaneceu até agosto de 1962, mantendo-se por um longo período ainda na Assessoria da Presidência.

Como dito, o segundo governo Vargas foi o primeiro na história do país a criar um órgão permanente de planejamento encarregado de estudar e formular projetos ligados às principais necessidades econômicas nacionais. Logo, a importância da Assessoria pode ser atestada pela quantidade de propostas e projetos de desenvolvidos. E o trabalho de maior repercussão foi o programa energético que englobou a questão elétrica, nacional e regional, e a do petróleo.

Assim, fica claro que o retorno de Getúlio Vargas à Presidência significou uma profunda revisão das orientações e metas estabelecidas no governo Dutra principalmente no tocante à área econômico-financeira. Vargas, pois, conferiu à industrialização papel fundamental na promoção e na expansão econômica do país.

E essa postura resultou em enfrentamentos políticos. O governo, como é sabido, era composto por um grupo de orientação privatista e receptiva ao capital estrangeiro, o que abrangia o setor de energia elétrica.

Sabe-se que o Plano Nacional de Eletrificação era um pacote de quatro projetos relacionados, que de forma estratégica foram encaminhados juntos ao Congresso: imposto único sobre energia elétrica; fundo federal de eletrificação; plano nacional de eletrificação e o projeto das Centrais Elétricas Brasileiras S.A., a Eletrobras. Os dois últimos projetos sofreram barreiras, mas destaca-se que a maior resistência ocorreu para aprovação da Eletrobras.¹⁶

O projeto é discutido durante sete anos no Congresso e é transformado em Lei em 1961, no governo de Jânio Quadros. Sua criação se deu num campo bastante delicado, pois os serviços de eletricidade no Brasil eram constituídos de concessões com empresas internacionais. O projeto

¹⁶ Leite, Cleantho de Paiva. *op. cit.* 1988, p. 11.

é para formação de uma Empresa de Sociedade de Economia Mista, que à semelhança da Petrobras administraria os recursos e promoveria os investimentos necessários no setor de energia elétrica.

Naquela época, contudo, além das resistências que partiam do próprio governo, o projeto esbarrava nos objetivos das concessionárias estrangeiras, que, claro, eram contrárias à intervenção estatal, pois a produção e distribuição de energia elétrica no Brasil estavam em grande parte, cerca de 60% ou 70%, nas mãos de grupos estrangeiros.

Grupos empresariais sentiam-se ameaçados pela criação de uma estatal que iria conduzir os grandes investimentos públicos na área de produção de energia. Logo, a expectativa natural era de resistências ou polêmicas para a concretização desse projeto. Nesse contexto, Cleantho lembra naquele momento:

[...] O propósito do poder público não é deslocar uma atividade privada que esteja sendo executada adequadamente sob um controle eficaz do poder público. O poder público não tinha interesse em se substituir às empresas estrangeiras na área de distribuição, desde que essa distribuição fosse adequada, fosse com tarifas razoáveis, fiscalizadas pelo poder público (Leite, 1988, p. 17).

Percebe-se que na visão dele a vantagem para o poder público era, sobretudo, assegurar um fornecimento abundante e adequado de energia para o desenvolvimento econômico do país e investir onde as empresas estrangeiras não tinham interesse.

A geração de energia, diferentemente da distribuição, exigia um investimento pesado e de longa maturação, de longo prazo, e por isso não atraía capital estrangeiro. Assim, entende-se porque o capital privado internacional investiu mais em distribuição.

Frisa-se, no entanto, que a criação dessas estatais era muitas vezes resultado de um processo gradual. O governo não tinha condições de eliminar o capital estrangeiro da área de energia elétrica sem que antes conseguisse assegurar um abastecimento de energia e garantir a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do país.

Em entrevista realizada pelo CPDOC/FGV, Cleantho afirma que, como diretor do BNDE, o maior conflito na alocação de recursos do Fundo Federal de Eletrificação envolveu a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), e que agiu usando da função de diretor do BNDE.

O paraibano atuou no BNDE durante 10 anos; iniciou a carreira em 1952 e permaneceu até 1962, contudo, após deixar o Palácio do Catete e ainda na direção do BNDE, é licenciado da função de diretor. Torna-se chefe de gabinete no Ministério da Viação e Obras Públicas, pasta responsável pela obtenção de recursos e execução dos grandes projetos que fizeram parte do governo Vargas.

Passado esse período, volta ao BNDE e se torna o representante de um dos grupos do Conselho de Desenvolvimento, que era coordenado pelo representante do Banco do Nordeste, e incumbido do Programa de Metas – grupo de trabalho de desenvolvimento do Nordeste, programa foi criado para estudar, formalizar e estruturar a meta de desenvolvimento da região.

4.7 A NOVA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

– BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

É no governo do presidente Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, que se observa, pelo menos no plano interno, uma continuidade do programa de desenvolvimento econômico do presidente Vargas. O Plano de Metas, o grande projeto do então presidente, é traçado para alcançar objetivos de construção nacional que não seriam possíveis sem as alterações, investimentos e transformações que se iniciaram, sobretudo, no segundo governo Vargas.

Para além de uma atuação nas questões de desenvolvimento nacional, Juscelino também procura diálogo e investimento americano, atuando de forma a manter a política de busca de independência no cenário internacional, conforme fez Vargas no seu último governo.

Em 1958, com 37 anos de idade, e após adquirir uma vasta experiência, com a atuação como funcionário da ONU, assessor da Presidência no governo Vargas e diretor do BNDE, Cleantho tem mais uma oportunidade de servir ao país no exterior. Os Estados Unidos, na ocasião do surgimento

da Operação Pan-Americana, concordam em apoiar a criação de um Banco Interamericano, que só tem as atividades iniciadas no Brasil em meados de 1962.

Após receber a incumbência de elaborar um documento de trabalho que serviria de base para demonstrar a posição do governo brasileiro acerca de uma nova instituição financeira internacional, dedica-se a estudar e tentar solucionar questões enfrentadas pelos países americanos. Cleantho recebe, então, o convite do presidente para ser o delegado do Brasil na conferência para criação do Banco Interamericano, realizada em Washington.

Depois, já como governador suplente, nome dado ao representante brasileiro que substituíra o ministro da Fazenda, participou da primeira assembleia geral de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e nessa mesma assembleia, que aconteceu na República de El Salvador, é eleito diretor executivo pelo Brasil. Continuou no Banco Interamericano, sendo eleito e reeleito como representante do Brasil.

4.8 1964 - GOLPE MILITAR:

RETORNO AO BRASIL E RECOMEÇO PROFISSIONAL

Em 1964, sob o comando de Castelo Branco, inicia-se uma fase de excesso de autoritarismo e de instalação de um novo modelo de política econômica e governamental que vai de encontro ao padrão aplicado pelos governos anteriores.

Cleantho que, por competência técnica, tinha alcançado o alto nível da gestão pública e era uma pessoa corajosa e afirmativa na sua forma de atuação, começou a incomodar os integrantes do governo militar, que não se conformavam com a presença de um democrata e nacionalista na direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ocorre então uma forte pressão para ele renunciar ao mandato de diretor do BID e voltar ao Brasil para reassumir a sua antiga função no Dasp.

Nessas alturas ele já se encontrava no Chile a convite do presidente do BID. No Brasil, por ordem do general Castelo Branco, o presidente do Dasp instaura um inquérito administrativo a fim de demitir Cleantho.

Seguindo os trâmites legais, a Comissão de Inquérito profere um parecer favorável, no qual fica claro que o exemplar funcionário não tinha intenção de abandonar o emprego, o que claramente desagradou o governo.

Os militares, independentemente da Comissão de Inquérito, decidem pela demissão de Cleantho. Ele chega a recorrer à injusta decisão, mas o recurso é negado. Ainda durante o governo Castelo Branco, a demissão é confirmada; um entre tantos absurdos cometidos no período da ditadura se concretiza e um dos grandes nomes da gestão pública é afastado “para o bem do serviço público”.¹⁷

De volta ao Brasil, sem poder voltar à sua função no Dasp e informado com a arbitrariedade de que fora vítima durante os dois primeiros governos militares, resolve iniciar uma nova fase da vida profissional e dessa vez opta pela carreira em empresa privada.

A partir do vínculo com o Grupo Ipiranga e em sociedade com empresários locais e com o apoio da Sudene, Cleantho trabalha para instalação de fábricas e compostos de adubos na Região Nordeste, em especial Pernambuco, Bahia e Alagoas. Já para Paraíba, reserva a construção da mais moderna destilaria de álcool do Nordeste. Adquire uma fazenda no Estado da Paraíba, no município de Santa Rita, região tradicional no plantio de cana-de-açúcar, e nela constrói a mais importante destilaria de álcool da região.

Mesmo conservando a ligação com o Grupo Ipiranga, no entanto, ele não abandona de forma definitiva o trabalho na esfera pública, pois mantém ligação com a Fundação Getúlio Vargas, onde passa a colaborar com o seu amigo Luiz Simões Lopes, e funda o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), que atuava nos municípios brasileiros de todos os Estados.

Criou, também, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais,¹⁸ com o objetivo de inserir o Brasil e seus técnicos no bloco dos que estudam e buscam soluções para problemas de comunicação. Um dos

¹⁷ Leite, de Paiva Cesar. *op. cit.* 2000, p. 39.

¹⁸ O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Ibri – foi criado em 1954 em meio a um grande debate nacional em torno do desenvolvimento e das possibilidades de inserção internacional do Brasil. Seus membros fundadores entendiam que era preciso gerar um ambiente de compartilhamento de ideias sobre temas internacionais. Para isso, inspiraram-se em institutos estrangeiros como *Chatham House*, *Council on Foreign Relations* e o *Centre d'études de politique étrangère*. Aí criaram a *Revista Brasileira de Política Internacional*, em 1958, na qual Cleantho teve atuação destacada.

resultados desse trabalho foi a elaboração de uma revista na qual estudiosos de Ciência Política e Relações Internacionais poderiam publicar seus trabalhos.

Por fim, é possível afirmar que apesar de estar incluído e exercer influência no centro da gestão pública brasileira em diversos períodos, Cleantho não demonstrava interesse pela vida pública como político. Mesmo ocupando posições de relevância em órgãos e organizações que tinham extrema importância no cenário internacional, ele sempre mostrou-se contrário aos adeptos da ideia de desenvolvimento coligado ou subordinado a interesses internacionais.

Nacionalista, parece que em todo tempo tinha consciência da dimensão dos problemas do seu país, e também da capacidade que tinham os brasileiros de enfrentá-los de maneira racional e corajosa. Dessa forma, não restam dúvidas que sua atuação na gestão pública colaborou para o Brasil aparecer e mostrar suas potencialidades no plano internacional.

Apesar de as circunstâncias o terem levado à prática profissional na vida privada, afirma-se sem receio que Cleantho de Paiva Leite, como servidor público, tornou-se um expoente nordestino com admirável atuação na gestão pública que focava na construção de um desenvolvimento autônomo do país.

4.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após intensa pesquisa, apresentamos esse texto com o intuito de ampliar as fontes disponíveis sobre a formação do Estado moderno brasileiro e as pessoas que participaram dessa construção, em especial gestores nordestinos que, muitas vezes, são esquecidos ou pouco estudados. É de suma importância que, cada vez mais, nos preocupemos em dar crédito a todos que de fato fizeram história; que nordestinos, nortistas, negros e mulheres recebam a atenção que de fato merecem: o reconhecimento que é deles por direito.

Para além de relatar a memória biográfica de Cleantho de Paiva Leite, esperamos que este texto sirva também para resgatar a memória nacional da política brasileira, dos desafios superados e metas alcançadas. Cleantho é símbolo de uma geração e sua contribuição é demasiadamente impor-

tante para a consolidação da administração pública para ser esquecida. Ele foi um expoente da formação e transformação de um importante período da história do Brasil.

Atuou como servidor público, criando modelo de gestão e estrutura que até os dias atuais deixam fortes marcas. Por exemplo, no segundo governo Vargas criou “um órgão permanente de planejamento encarregado de estudar e formular projetos ligados às principais necessidades econômicas nacionais”.¹⁹ Fica evidente que as assessorias, os Ministérios e os chefes de gabinete têm uma influência muito além da esperada quando se trata de condutas do presidente da República.

Logo, é de grande preocupação essa constatação, pois vive-se atualmente no Brasil um movimento completamente contrário aos estabelecidos nos períodos anteriores, com exceção do período do regime militar. Com o novo governo de Jair Bolsonaro, apresenta-se um total desmantelamento dos projetos nacionais, e, principalmente, uma política internacional que se mostra de forma extremamente dependente e entreguista. Apesar da consideração anterior, todavia, importa destacar que o texto apresentado, conforme já foi esclarecido no início, é reflexo de uma pesquisa que tem como delimitação temporal o período que vai de 1930 a 1964.

¹⁹ Lima, Marcos Costa (org.). *Os boêmios cívicos* (2013, p. 202).

JESUS SOARES PEREIRA, DESENVOLVIMENTISMO E AS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL MODERNO

Fernando Guilherme Tenório¹

Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley²

5.1 INTRODUÇÃO

...atuei de maneira a justificar me orgulhe da contribuição individual que logrei dar para a construção do Brasil de hoje e do Brasil do futuro (Pereira, 1988, p. 263).

O objetivo deste capítulo é recuperar a trajetória de servidor público de Jesus Soares Pereira (JSP) na instituição de novas organizações do Estado brasileiro moderno (1934-1964). JSP esteve envolvido na formulação e execução dos projetos que levaram à criação de, entre outros, a Petrobras, a Eletrobras, a Companhia Siderúrgica Nacional, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Banco do Nordeste, a Capes e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Lima, 1975; Pereira, 1988; Barbosa, 2017). Seu nome, contudo, é pouco mencionado no pensamento social brasileiro e ainda menos conhecido mesmo na área de administração pública. Por que um personagem de tamanha relevância no cenário nacional encontra-se em tal ostracismo?

¹ Professor colaborador na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

² Professor-adjunto I e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) na Universidade do Grande Rio (Unigranrio) e pós-doutor pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Talvez seja pelo fato de JSP não ter deixado muitos livros (Pereira, 1962; 1963a; 1988) nem entrevistas publicadas (Lima, 1975), e também por ter sido um dos membros de sua geração que faleceu mais cedo, em 1974. Poderíamos, todavia, medir a importância de JSP não somente pelas empresas e organizações públicas que ele ajudou a criar, e até dirigiu, mas pelo fato de estar incluído na lista de cassações do AI-1. Esse fato suscita outra questão: O que teria levado JSP a figurar nessa lista que, segundo os militares do novo regime instituído em 1964, era composta por comunistas ou corruptos? A falta de justificativa de seus alçozes corroeu nosso personagem até seu precoce falecimento (ver Pereira, 1988).

JSP fez parte do grupo dos nacional-desenvolvimentistas que procurou compreender os problemas nacionais a partir de lentes próprias com o objetivo de superação do subdesenvolvimento (Bielschowsky, 1988). Na sua posição de técnico e dirigente público (termos da época; Wanderley, 2016), Pereira certamente contrariou interesses alienígenas – outro termo da época (e. g. Ramos, 1958) – que se articulavam em torno dos setores de petróleo e energia elétrica e, talvez por isso, estivesse na primeira lista de cassados. Esse fato por si só justificaria que JSP “merece ter a sua história recontada” (Barbosa, 2017, p. 4).

Nesse capítulo partimos do conceito de desenvolvimentismo da área de História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB) para compreender o período investigado (Fonseca, 2013). A HPEB reconhece a ideologia do desenvolvimentismo como tendo uma origem local e de estar imbricada no contexto sociopolítico da América Latina (Fonseca, 2013) antes de ser mera reprodutora de conhecimentos recebidos do exterior. Em HPEB, desenvolvimentismo tem uma dupla representação: é tanto “um conjunto de práticas de política econômica” como “um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo” (Fonseca, 2013, p. 2). Sobretudo, desenvolvimentismo expressa a “lógica em que o Estado deveria planejar a industrialização e guiar as organizações privadas no sentido de superar o subdesenvolvimento, a partir do pressuposto de que o mercado espontaneamente não conseguiria fazê-lo” (Wanderley, 2016, p. 916).

É a partir da lógica do desenvolvimentismo, que no Brasil foi marcante no período de 1930 a 1964 (Bielschowsky, 1988), que podemos compreender a trajetória de JSP como servidor público. Ademais, a partir da

posse de Getúlio Vargas em janeiro de 1951, podemos afirmar que JSP foi um técnico e dirigente que influenciou e foi influenciado pela lógica do nacional-desenvolvimentismo. Ele participou ativamente dos debates e grupos de discussão desse período e esteve à frente, principalmente, das disputas em torno do sensível setor de energia, tais como carvão, petróleo e energia elétrica. Talvez suas posições sempre defendendo os interesses nacionais nesses embates contra interesses alienígenas possam ter sido uma das principais determinantes de sua cassação pelo AI-1. É importante destacar que no momento do golpe empresarial-militar de 1964, JSP era relator da Comissão Especial de Assuntos para o Petróleo, a qual havia sido designada pelo Conselho Nacional do Petróleo para investigar práticas de corrupção na Petrobras (ver anexo I).

O fio condutor da análise é o conceito de desenvolvimentismo (Fonseca, 2013). Podemos afirmar que JSP insere-se no grupo dos nacional-desenvolvimentistas com um “pensamento praxista: a partir da sua posição e experiência no setor público, de forma a atuar sobre a realidade nacional que ele interpreta ao empreender uma espécie de ‘ciência em ato’, conforme o termo elaborado por seu colega, o sociólogo Guerreiro Ramos” (Barbosa, 2017, p. 46, sobre Rômulo Almeida, companheiro de JSP na Assessoria). Encontramos, portanto, no arquivo de JSP, que se acha no CPDOC/FGV, muito mais textos de próprio punho referentes aos projetos que ele elaborou do que reflexões teóricas. Seu arquivo pessoal é também uma importante fonte para esta pesquisa. Esse arquivo foi todo analisado e suas principais partes foram fotografadas para compor o corpus desta investigação.

O homem e sua ficha é uma obra autobiográfica de JSP que foi publicada 14 anos após a sua morte (Pereira, 1988), quando as condições políticas permitiram que ela fosse editada. É interessante notar que uma pequena nota na Última Hora, ainda em 1965, ano em que de fato JSP terminou o livro (Pereira, 1988), anunciava que a editora Tempo Brasileiro lançaria nos próximos dias o “livro de Jesus Soares Pereira, O homem e a ficha” (Última Hora, 1965a, p. 26). Esse fato demonstra o bloqueio que sua memória sofreu durante todo o período da ditadura militar. Seu objetivo era oferecer sua trajetória de quase 40 anos de homem público ao “povo

brasileiro como Tribunal de Honra”, uma vez que jamais obteve justificativas das autoridades que o cassaram para tal fato (provavelmente Ênio Silveira, diretor da Fundação Rio Arte, editou o livro e deve ter escrito a orelha).

As demais fontes são os poucos artigos e capítulos de livro escritos por JSP. Somente um artigo foi encontrado que trata de JSP: “O Ciclo do Desenvolvimentismo na Visão de Jesus Soares Pereira” (Branco, 2003). Durante mais de 20 anos JSP escreveu artigos sobre economia nos periódicos *Diário Carioca*, *O Jornal* e *Última Hora*, todos do Rio de Janeiro, utilizando frequentemente os pseudônimos de “Mercúrio” e “J. Penha Arrais”. Cabe destacar a coluna “Do Ponto de Vista Nacional”, publicada no jornal *Última Hora* entre 1960 e 1961, em que JSP dividia o espaço com Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel e Domar Campos. Pelo título da coluna e pelos escritos fica claro que se tratava de conteúdo nacional-desenvolvimentista. Em sua coluna, JSP tratou de temas ligados ao setor de petróleo, açúcar e dos problemas gerados nas contas nacionais pela queima dos estoques de café pelo governo ao mesmo tempo em que se importava trigo para o Brasil (*Última Hora*, 1960, 1961).

5.2 O SERVIDOR PÚBLICO JESUS SOARES PEREIRA, “QUE OUTRA COISA NÃO TEM SIDO DURANTE A VIDA” (PEREIRA, 1962)

A trajetória de JSP como servidor público se confunde com as novas organizações que foram sendo criadas no processo de racionalização do Estado. Foi quando emigrou para o Rio de Janeiro, em 1931, que sua carreira ganhou impulso. Já no ano seguinte conseguiu ser nomeado para um cargo modesto na área de contabilidade do Ministério da Agricultura, dando assim início à sua carreira no serviço público. Depois de uma rápida passagem pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, JSP tirou o primeiro lugar num concurso público, em novembro de 1933, e foi alocado na Secretaria de Estado da Agricultura. Ele se manteria ligado ao Ministério da Agricultura ao longo de toda sua carreira como servidor público, sendo cedido aos demais órgãos em que atuou (Pereira, 1988). JSP é um entre muitos nordestinos que encontraram no serviço público uma forma

de ascensão social a partir das reformas de Vargas que, nos anos 30, instituiu o concurso público. A seguir apresentamos uma breve relação da trajetória profissional de JSP que será desenvolvida no capítulo:

- Ministério da Agricultura – (1933/37)
- Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) – (1937-45)
- Conselho Nacional do Petróleo (1938-45)
- Assembleia Nacional Constituinte (1946)
- Instituto Nacional do Pinho (1947-50)
- Assessoria Econômica de Vargas (1951-54)
- Ministério da Agricultura (1955)
- Ministério da Viação e Obras Públicas (1956-60)
- Licença prêmio durante governo Jânio Quadros (1961)
- CSN – diretor de vendas (1962-64)
- Cassado pelo AI-1 (9/4/1964)

O CFCE foi a “escola técnica” que formou JSP, segundo ele mesmo afirmou (Pereira, 1988), e a Assessoria Econômica de Vargas foi onde ele atingiu o ápice de sua carreira. Após sua cassação, JSP partiu para o exílio em Santiago, Chile, onde dirigiu até 1968 o Departamento de Recursos Naturais e Energia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão vinculado à ONU. JSP ainda retornou ao Brasil em 1969 e colaborou a partir de então com órgãos da imprensa – Jornal do Brasil por exemplo – em temas principalmente ligados ao petróleo. Ele não podia mais atuar como servidor público, algo de que tanto se orgulhava, pois fora aposentado compulsoriamente após sua cassação (Lima, 1975; Pereira, 1988). Era casado com Orlanda Soares Pereira, com quem teve uma filha. Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 8 de dezembro de 1974.

Após leitura, classificação e análise das fontes, foi decidida a apresentação dos dados seguindo a seguinte periodização:

- 1) A formação do técnico 1937-1950
- 2) A atuação do dirigente 1951-1964

É mera coincidência ambos os períodos serem de 14 anos, pois a classificação se baseou na posição que JSP ocupou no serviço público. O período de sua atuação no CFCE caracteriza sua formação como técnico. Em seguida, JSP atuou na Assembleia Constituinte, quando conheceu Rômulo Almeida, que o convidaria posteriormente a atuar na Assessoria de Vargas a partir de 1951. Assim, Rômulo Almeida representa o elemento de transição da primeira para a segunda fase da carreira de JSP.

O elemento central da segunda fase de sua carreira, porém, será o almirante Lucio Meira. JSP o conheceu na Assessoria, na qual Meira atuou como subchefe do Gabinete Militar. No governo de JK (1956-1960) Meira foi, inicialmente, ministro da Viação e Obras Públicas e convidou JSP para ser seu assessor direto. Nessa posição, JSP atuou também no Conselho Nacional do Petróleo (1956-1959) e como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico, quando Meira assumiu a presidência do BNDE, que acumulou com o cargo de ministro. Já no início dos anos 60 Meira assumiu a presidência da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e criou o cargo de diretor de vendas que JSP ocupou de 1962 até sua cassação. Outro elemento importante na carreira de JSP no início dos anos 60 foi Eduardo Portella, que o convidou a compor o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (Ibeaa). Foi pelo Ibeaa que JSP publicou “Terceiro Mundo: unidade e emergência” (1962), e na revista Tempo Brasileiro, editada por Portella, publicou o artigo “Condições políticas para o planejamento global no Brasil” (1963b).

O jornal Última Hora foi uma das fontes para esta pesquisa. A decisão da escolha desse veículo se deu por diversas razões. JSP publicou nesse periódico com o pseudônimo “Mercúrio” no início dos anos 50, e posteriormente, escreveu com seu nome a coluna “Do Ponto de Vista Nacional”. Sobretudo essa decisão baseou-se no fato de que a Última Hora, de Samuel Wainer, foi um veículo de apoio ao governo de Getúlio Vargas e, como tal, deu ampla divulgação à atuação de seus técnicos (Hohlfeldt; Backup, 2002).

O verbete “Jesus Soares Pereira” teve 123 ocorrências na pesquisa na Última Hora na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Todas foram lidas e catalogadas. Essas citações concentram-se no período de 1951 a 1965. A edição de 19/4/1965 anunciou a partida de JSP para o exílio no dia anterior e mencionou que “ninguém entendeu a cassação dos direitos políticos de JSP, técnico de porte que nenhum país subdesenvolvido se pode dar ao

luxo de dispensar” (Última Hora, 1965b, p. 4). A notícia seguinte a essa, e última da série, é de 1984, quando o prefeito Marcelo Alencar inaugurou no Rio de Janeiro uma escola com o nome de JSP (Última Hora, 1984). Por esse interregno de quase 20 anos, podemos perceber o esquecimento ao qual JSP foi submetido.

5.3 A FORMAÇÃO DO TÉCNICO 1937-1950

Ao longo de seu primeiro governo, Vargas (1930-1945) criou órgãos da administração pública nos quais foi formada uma “elite técnica” (Rabelo, 2013, p. 79). O Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), criado em 1934, foi um desses primeiros órgãos. O CFCE foi criado pelo Decreto n. 24.429 de 20 de junho de 1934 com o objetivo de coordenar “as atividades nacionais intimamente ligadas ao comércio exterior” (Brasil, 1944, p. 1).

O relatório de seus dez anos de atividade, no qual JSP colaborou, apresentou o balanço de 1.309 “processos organizados e estudados pelo Conselho, acerca de todos os problemas de interesse nacional” (Brasil, 1944, p. VII). Esse relatório está subdividido nas seguintes seções: siderurgia, carvão mineral, combustíveis líquidos, eletricidade, soda cáustica, vidro plano, cristal de rocha (quartzo), sal, pinho, erva-mate, carnes, padronização dos produtos exportáveis, nacionalização dos bancos de depósito, cooperativismo, defesa da economia nacional, porto de Santos, Missão Econômica Brasileira e o comércio exterior do Brasil no decênio 1934-1943.

Assim, podemos constatar que o CFCE em muito excedeu suas atribuições de comércio exterior e tratou de assuntos gerais da economia brasileira e, a partir de sua transformação em órgão deliberativo com o advento do Estado Novo, em 1937, passou a contar com representantes da indústria, do comércio e da agricultura (Diniz, 1978). Era o próprio presidente Vargas quem comandava o Conselho. Vargas abriu espaço para a nascente burguesia industrial no governo e o industrial Roberto Simonsen foi um de seus membros mais atuantes (Cepêda, 2004).

JSP atuou no CFCE de 1937 a 1945, na primeira vez de muitas em que foi requisitado e cedido pelo Ministério da Agricultura para atuar em outros órgãos do governo federal. Para JSP, pelo CFCE (Lima, 1975, p. 49)

...passaram todos os grandes projetos que, postos em prática, iriam dar o grande impulso no sentido do desenvolvimento brasileiro... Foi ele ainda a máquina deliberativa e até mesmo legislativa do Estado Novo, o verdadeiro órgão criador da legislação econômica do país. Para mim uma grande escola técnica.

Em sua análise dos principais projetos elaborados pelo CFCE que tiveram impacto no desenvolvimento da economia brasileira, JSP lista os projetos de carvão, energia elétrica e do petróleo, áreas em que ele se especializaria nas décadas seguintes (Pereira, 1988). Este último levou à criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) em 1938, do qual JSP viria a participar desde o ano de sua criação até 1945 (Lima, 1975).

A atuação de JSP no CNP desde sua fundação marcaria toda a sua trajetória como servidor público. Como membro da Assessoria de Vargas, JSP foi o responsável pela lei que criou a Petrobras (Pereira, 1988), voltaria a atuar como membro do CNP de 1956 a 1959, e foi relator da Comissão Especial para os Assuntos de Petróleo criada em 1964 para investigar a Petrobras (ver anexo 1). Esse foi seu último ato como servidor público, pois, junto com os demais membros da Comissão, após o golpe empresarial-militar, renunciou ao cargo (Última Hora, 1964a). O que JSP não imaginava era que poucos dias depois ele estaria na lista dos cem primeiros cassados pelo AI-1.

A única referência no *site* da Petrobras a JSP é uma refinaria com seu nome inaugurada em Mossoró, Rio Grande do Norte, em 2008. Vale lembrar que o Ceará é o Estado natal de JSP.

É curioso notar que JSP foi um autodidata em economia, o que reforça a ideia de ele ser muito mais um homem da prática do que da reflexão teórica. Ainda em 1943 ele fora convidado a compor o 1º Congresso de Economia. Na verdade, ele se formou em Ciências Sociais, em 1945, pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ (Pereira, 1988). Foi, portanto, a partir de sua atuação na “escola técnica” representada pelo CFCE que JSP se tornou reconhecido tanto como um economista como também como um técnico com capacidade para se tornar um dirigente. Sobretudo, antes de ser um economista, JSP e sua geração de “burocratas-intelectuais-militantes” praticaram “um projeto-interpretação-utopia” de nação (Barbosa, 2017, p. 30), que buscava explicações próprias

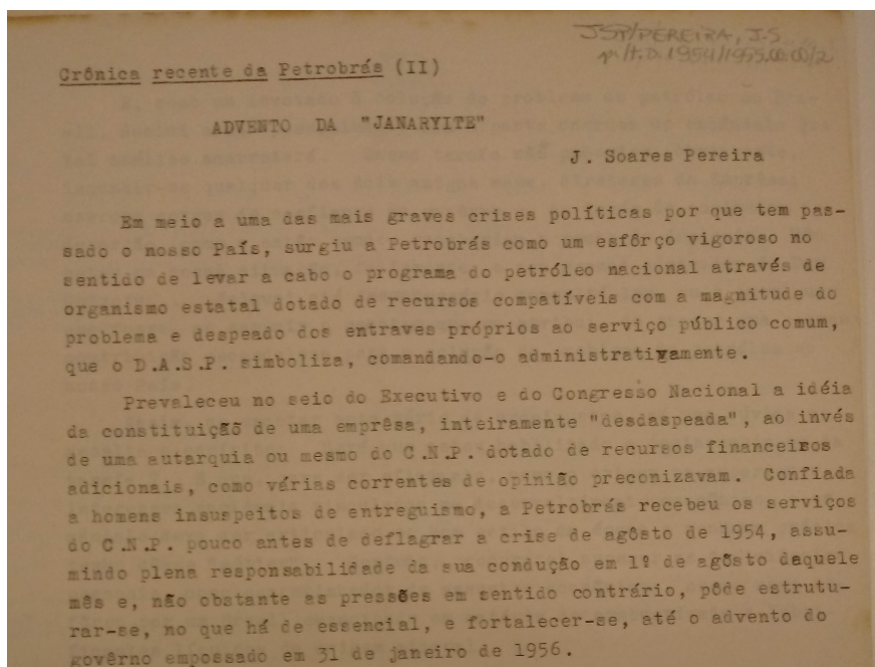
para os problemas nacionais para então colocar em prática possíveis soluções. Essa interpretação era feita ao mesmo tempo em que era colocada em prática, ou a “ciência em ato”, como sugeriu Guerreiro Ramos. O próprio JSP se dizia um “economista não teórico, mas de tarimba”, e a quem Guerreiro Ramos se referiu como “um homem sólido, um homem de cimento armado (Última Hora, 1960, p. 5).

JSP é o único dos cinco investigados nesse livro – Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Cleanto Paiva Leite e Rômulo Almeida – que não passou pelos bancos do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Esse órgão foi criado por Vargas, em 1938, com o objetivo de formar os técnicos necessários à racionalização da administração pública (Tenório; Wanderley, 2018). Entendemos que a formação prática de JSP como técnico do CFCE fez com que ele criasse até mesmo resistências ao Dasp, como podemos constatar por essa passagem de um artigo de jornal encontrada em seus arquivos em que trata da criação da Petrobras: “prevaleceu no seio do Executivo e do Congresso Nacional a ideia da constituição de uma empresa, inteiramente “desdaspeada”, ao invés de uma autarquia ou mesmo de um C.N.P. dotado de recursos financeiros adicionais, como várias correntes de opinião preconizavam”. Na mesma nota, JSP afirmou que o Dasp simbolizava os “entraves próprios do serviço público comum” (ver Imagem 1).

Furtado (2014, p. 54; *italico no original*) ao final de sua passagem pelo Dasp, em 1948, parece concordar com JSP de que o Dasp havia se tornado um órgão mais preocupado com os meios do que com os fins a serem atingidos, passando a ser mais um entrave à gestão pública.

O Dasp simbolizava, na opinião geral, o espírito ditatorial que havia pouco se encerrara: preocupação máxima com a eficiência e mínima com os fins últimos perseguidos. Tutelada por essa instituição, a máquina burocrática fora levada a extremos de racionalização, dentro dos critérios da chamada *organização científica do trabalho* [] Ora essa engrenagem administrativa tão bem azeitada não perseguia nenhum propósito claro.

Imagem 1 – JSP defende a Petrobras de práticas “daspeanas”



Fonte: Arquivo JSP – CPDOC; Janary Nunes, que parece dar nome à provocação do título "Janaryte", foi presidente da Petrobras (1956-1958).

Após o fim do Estado Novo e com a redemocratização do país, JSP se reapresentou ao Ministério da Agricultura e participou da Assembleia Constituinte, quando conheceu Rômulo Almeida. Atuou ainda no Instituto do Pinho, até 1950, participando da formulação da política nacional para o setor. Foi pelas mãos de Rômulo Almeida que JSP foi convidado a compor a Assessoria Econômica de Vargas (Pereira, 1988).

5.4 A ATUAÇÃO DO DIRIGENTE 1951-1964

O auge da carreira de servidor público de JSP foi quando ele atuou, e depois chefiou, a Assessoria Econômica de Vargas (1951-1954), o que aconteceu após o deslocamento de Rômulo Almeida para a presidência do Banco do Nordeste, no segundo semestre de 1953 (Lima, 2013).

Eleito em 1951, Vargas criou a Assessoria para respaldar decisões técnicas para se contrapor ao Ministério de coalização que havia sido obrigado a montar. Vargas convocou Rômulo Almeida para chefiar e montar a equipe que, além de JSP, contava ainda com Cleantho Paiva Leite, Ignácio Rangel e outros técnicos nacionalistas. Esse grupo foi batizado por Vargas como os “Boêmios Cívicos”, pois ficavam até altas horas no anexo do Palácio do Catete, onde Vargas residia, preparando os diversos projetos do governo (Lima, 2013).

A primeira missão da Assessoria foi preparar, num curto espaço de tempo, a mensagem de Vargas para a abertura do ano legislativo em 1951. Esse texto (Brasil, 1951) pode ser considerado como um projeto de planejamento para todo o governo. Nesse discurso Vargas destacou o papel da ONU e, em particular, a ajuda da Cepal ao Brasil. Vargas deu, contudo, maior destaque ao acerto com os EUA para o financiamento de projetos, principalmente nas áreas de energia e transporte. Para o presidente, esta política estadunidense demarcaria “uma nova concepção de cooperação visando ao desenvolvimento econômico... que determina algumas reorientações fundamentais... do aparelho administrativo”. E diante do “desaparelhamento da organização administrativa”, que seria um impedimento para que o Estado assumisse, diante da “nova tendência universal”, maiores responsabilidades, Vargas informou que “a pesquisa e a utilização dos meios que promovam a maior integração funcional das atividades administrativas no processo de desenvolvimento econômico do país constituirão uma das preocupações fundamentais do meu governo” (Brasil, 1951, p. 57). Estava assim promulgada a entrada do Estado na batalha da reorganização administrativa baseada no desenvolvimentismo e, para isso, Vargas contava com o financiamento dos EUA e o apoio técnico da Assessoria.

A Assessoria Econômica foi um dos “órgãos mais importantes de atuação dos economistas e técnicos da administração pública no que diz respeito à estratégia de desenvolvimento industrial” (Abreu, 1975, p. 45). Assim sendo, o estudo dessa Assessoria e organizações criadas por ela, que foram “fundamentais para a consolidação de um estado moderno no Brasil” (Lima, 2013, p. 175), é imprescindível para entendermos o papel das organizações públicas e do gestor público como indutores do setor privado. De fato, podemos afirmar que “sem a reflexão teórica e prática de pensa-

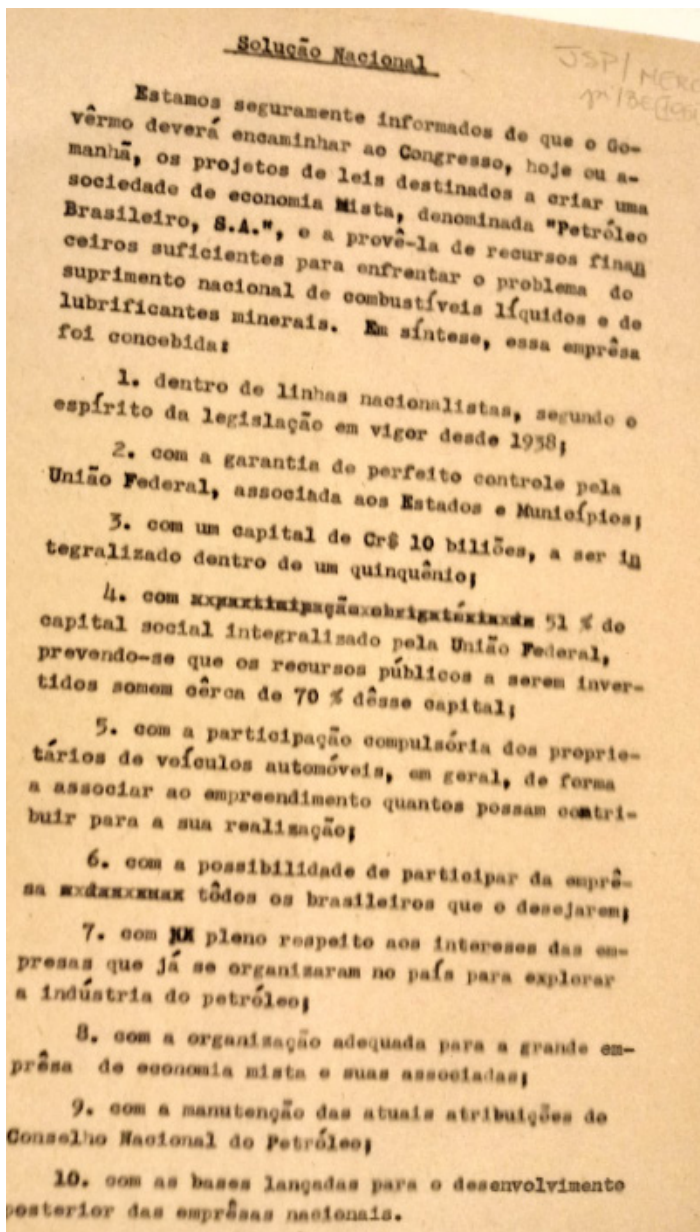
dores como Simonsen, Furtado e a Assessoria Econômica, não teríamos consolidado as grandes empresas de base pública deste país” (Lima, 2013, p. 175). Está claro que JSP teve uma atuação de destaque na Assessoria.

Diante das fortes pressões políticas que sofria o governo Vargas lideradas por Carlos Lacerda a partir de seu jornal “Tribuna da Imprensa” (Hohlfeldt; Buckup, 2002), JSP se valeu do pseudônimo “Mercúrio” numa coluna publicada na Última Hora para defender os projetos da Assessoria. Era nessa coluna que JSP antecipava os projetos como na Imagem 2, em que adianta todo o projeto da Petrobras.

Foi na década de 50 que JSP participou dos principais grupos de reflexão sobre o projeto nacional-desenvolvimentista para o país, e colocou em prática o projeto-utopia-nação a partir da criação de organizações controladas pelo Estado que ajudaram a construir o Brasil moderno. Esse processo de reflexão era uma tentativa de pensar “Os problemas do nosso tempo na perspectiva do Brasil; os problemas do Brasil na perspectiva do nosso tempo”, como dizia o slogan do Cadernos do Nosso Tempo, editado pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), antecessor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) (Wanderley, 2016). No Ibesp estava clara não somente a influência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão das Nações Unidas, como também a ideia de se criar ali uma *intelligentsia* mannheimiana que interpretasse os problemas do país e colocasse em prática possíveis soluções (Xavier da Silva, 2016).

JSP participou, junto com os demais membros da Assessoria Econômica de Vargas, do “Grupo de Itatiaia”, que depois daria origem ao Ibesp e ao Iseb. As reflexões sobre o projeto de país realizadas nesse grupo, JSP colocaria em prática na Assessoria (Abreu, 1975; Oliveira, 2006; Wanderley, 2016). Assim, JSP praticava a “ciência em ato” (Barbosa, 2017) como membro da Assessoria e presença nos principais grupos de discussão da corrente nacional-desenvolvimentista do período. Além de participar do Ibesp e Iseb, JSP seria convidado por Celso Furtado a compor o Clube dos Economistas, cujo objetivo era defender as teorizações da Cepal no embate com os economistas liberais liderados por Eugenio Gudín (Tenório; Wanderley, 2018).

Imagem 2 – “Mercúrio” nas páginas da Última Hora antecipa o projeto da Petrobras



Fonte: Arquivo JSP – CPDOC.

Furtado era diretor de Desenvolvimento da Cepal que propôs uma teorização específica para a condição de subdesenvolvimento da região, e que formulou políticas públicas para superar essa condição. Nessa posição, Furtado foi o principal disseminador das ideias da Cepal no Brasil, às quais JSP se aliava (Wanderley, 2015a). JSP esteve presente da Conferência da Cepal que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1953, em que foi apresentado o modelo de programação da instituição (Pereira, 1988). Além disso, depois no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), que foi o maior entusiasta das ideias da Cepal, JSP atuou no Ministério da Viação e Obras Públicas convocado por Lúcio Meira (Pereira, 1988). Assim, JSP seguia colocando em prática as reflexões feitas nos redutos nacional-desenvolvimentistas.

O Clube dos Economistas editou a Revista Econômica Brasileira na qual JSP publicou dois artigos que tratavam do setor de energia elétrica (Pereira, 1955, 1956). JSP como membro da Assessoria Econômica de Vargas havia sido o principal responsável pela elaboração das leis desse setor e da proposta de lei de criação da Eletrobras. No momento em que esses artigos foram publicados, essa proposta apenas iniciava a sua longa tramitação no Congresso, onde encontrava fortes resistências do *lobby* das empresas estrangeiras liderado por Light e Amforp (Lima, 1975).

O pensamento de JSP no período fica claro em uma nota assinada por “Mercúrio” intitulada “Atuação do Estado na Industrialização” (Arquivo JSP – CPDOC):

Diante das responsabilidades do governo na marcha para a industrialização, a máquina administrativa estatal necessita aumentar o seu rendimento, sob pena de retardar aquela marcha. O problema da eficiência dos serviços públicos condiciona, em grande parte, o êxito dos empreendimentos privados... A industrialização significa um grande aumento nas responsabilidades do Estado que necessita habilitar-se a conduzi-la a estágios cada vez mais avançados.

Como presidente da Assessoria, JSP apresentou a lei da Eletrobras ao Congresso em abril de 1954, poucos meses antes do suicídio de Vargas (Pereira, 1988). Essa lei seria promulgada somente no governo João Goulart, em 1962, época em que a pressão dos EUA aumentava sobre o setor elétrico no Brasil, pois o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, havia

estatizado os ativos da Amforp (Ferreira; Gomes, 2014). Talvez esse seja mais um dos motivos que levariam à cassação de JSP, pois foi ele quem criou as leis que garantiram a participação estatal no setor elétrico e, conseqüentemente, “prejudicaram” interesses alienígenas.

O projeto da Petrobras, apesar de sua tramitação mais curta, não exigiu menos esforço de JSP e da Assessoria. As negociações com o Congresso ocorreram em meio à campanha nacional “O petróleo é nosso”, que tem ecos até os dias atuais (Barbosa, 2017).

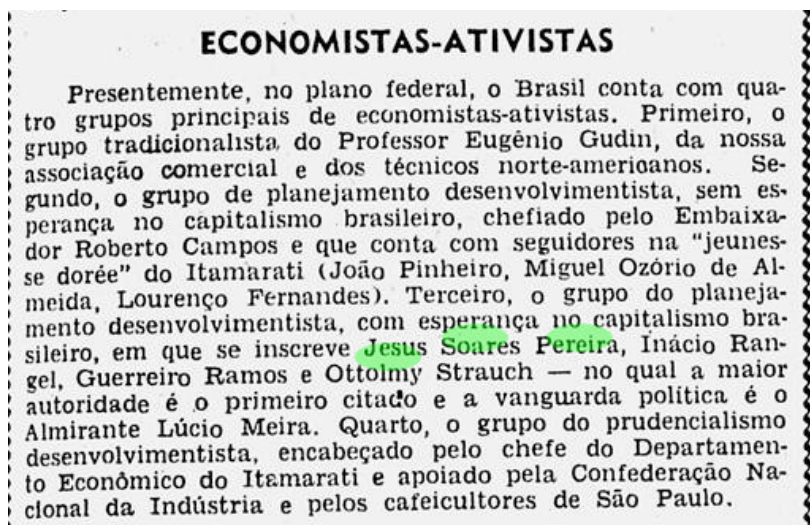
Assim, JSP praticava a “ciência em ato”, numa clara influência de Karl Mannheim que pregava o papel da *intelligentsia* em refletir e executar, que foi preponderante sobre toda sua geração. Essa influência em JSP transparece em sua proposta de que, para a construção desse projeto-utopia de nação, o papel do intelectual é a “criação de uma consciência nítida do que sejam os interesses nacionais brasileiros” (Pereira, 1962, p. 6). E para ele nessa tomada de consciência estava claro que prevalecia uma “estrutura neocolonialista ocidental” que praticava uma “espoliação neocolonialista” (Pereira, 1962, p. 4, 11). Cabia aos intelectuais brasileiros, portanto, por meio do nacional-desenvolvimentismo, formular caminhos próprios para superar essa dominação neocolonialista. Caminhos esses que deveriam passar por um “planejamento global... com o objetivo de elevar a renda nacional e distribuí-la” (Pereira, 1963a, p. 26), em razão da “necessidade inelutável da coordenação dos esforços nacionais em prol da superação do atraso em que a espoliação os manteve” (Pereira, 1962, p. 3).

Em uma crítica ao Plano Salte do governo Dutra (1946-1950), uma nota de “Mercúrio” (Arquivo JSP – CPDOC – “A la galega”) deixa claro que JSP privilegiava a ação pensada e planejada para a superação do subdesenvolvimento, e não uma ação “a la galega”, como ele ironizou o Plano Salte:

...São homens “do verbo”; falta-lhes a experiência “da ação”, a única capaz de proporcionar o senso de realidade, de permitir a antevisão de um programa levado à prática. Afinal de contas, nenhum administrador responsável deve lançar-se em empreendimentos cujo êxito não pareça de antemão seguro e, para isso, deve estudar devidamente o que deve empreender.

Esse pensamento de JSP levou o colunista da Última Hora, José Mauro, a classificá-lo no “grupo do planejamento desenvolvimentista, com esperança no capitalismo brasileiro” (Última Hora, 1959c, p. 3). Essa é uma classificação precoce das correntes da época que mostra claramente as forças contra as quais se batia JSP. Posteriormente, Bielschowsky (1988) colocaria JSP e os demais membros da Assessoria no grupo de economistas desenvolvimentistas com orientação nacionalista.

Imagem 3 – Classificação das correntes de economistas pelo colunista José Mauro



Fonte: Última Hora, edição de 29/12/1959, p. 3.

Com o suicídio de Vargas, JSP pede exoneração do cargo de confiança que exercia na Presidência da Assessoria e se reapresenta ao Ministério da Agricultura. Será seu amigo almirante Lúcio Meira que o resgataria do ostracismo ao convidá-lo a compor sua assessoria no Ministério da Viação e Obras Públicas no governo JK. É nessa posição que JSP voltou a atuar no CNP entre 1956-1959 e participou ativamente da investigação sobre a questão do “Acordo de Roboré” entre a Petrobras e a Bolívia.

Esse acordo foi alvo de intensas críticas pela imprensa nacionalista, pois abriria para empresas estrangeiras o monopólio de exploração do petróleo na Bolívia que havia sido negociado pelo Brasil. De sua posição no CNP,

JSP, sempre pautado pelos interesses nacionais e da Petrobras, atacou os “critérios internos” que haviam sido criados pelo BNDE para definir a participação de empresas privadas nesse acordo e asseverou que o “BNDE forçou as empresas brasileiras a se associarem com grupos estrangeiros. Essa é uma atitude absurda!” (Última Hora, 1959a, p. 6). Do outro lado do embate estava o superintendente do BNDE, Roberto Campos, que havia participado da negociação do acordo e que se exonerou do cargo. Mais uma briga que JSP comprava com alguém que se tornaria homem forte no regime militar.

JSP pediu desligamento do CNP, em 1959, e seguiu no Ministério com Meira, tendo passado a atuar também, naquele ano, como coordenador do Conselho de Desenvolvimento Econômico que Meira assumiu ao acumular o cargo de ministro com o de superintendente do BNDE.

Apesar da baixa qualidade da foto na Imagem 4, ela é um importante registro histórico de que os companheiros da Assessoria Econômica seguiram celebrando ao longo da década os êxitos da Petrobras que haviam criado. Assim, a “meritocracia de laços” (Klüger, 2015), seguiu se constituindo ao longo da década em torno dos novos órgãos do Estado moderno. Em torno do ministro da Viação, Lúcio Meira, estão o engenheiro Neiva Figueiredo, Rômulo Almeida, Ottolmy Strauch, Paulo Silveira, da Última Hora, JSP, Ignacio Rangel e Guerreiro Ramos. JSP também manteve os laços com os companheiros do CFCE. Em carta datada de 31/5/1954 ao “caro colega e amigo Wanick”, JSP informou que “infelizmente tenho andado de tal forma absorvido com esses assuntos – Plano do Carvão Nacional, Petrobras e, agora, eletricidade – que não me tem sido possível manter contato com a “velha guarda” do C.F.C.E. Não a esqueço, porém” (Arquivo JSP – CPDOC). Nessa carta ficam claras quais eram as principais atribuições de JSP na Assessoria.

A eleição de Jânio Quadros fez com que JSP decidisse se afastar temporariamente do serviço público e gozar um licença-prêmio por tempo de serviço. Esse interregno foi devidamente ocupado por sua atuação no Ibeaa do amigo Eduardo Portella e com sua coluna “Do Ponto de Vista Nacional”, na Última Hora. Após a renúncia de Jânio e com o advento do parlamentarismo com João Goulart assumindo a Presidência, o nome de JSP chegou a ser cogitado para cargos importantes no governo, porém o Conselho de

Segurança vetou seu nome para a presidência do IBGE (Última Hora, 1962a, p. 37). Era um sinal de que JSP já constava da lista negra de interesses contrariados.

Imagem 4 – Ex-companheiros da Assessoria de Vargas celebram êxitos da Petrobrás



Fonte: Última Hora, 14/5/1959, p. 6. 1959b.

Seria novamente seu amigo Lucio Meira, agora presidente da CSN, que o traria para uma posição de dirigente no serviço público ao criar para JSP o cargo de diretor de vendas, que ele assumiu em 14/5/1962 (Última Hora, 1962b, p. 3). Sempre pautado pelos interesses nacionais, JSP criou uma nova política de preços ao alinhar os preços da CSN ao mercado internacional, que era bastante superior. Essa foi mais uma ação de JSP em defesa dos interesses nacionais que provocou reação de interesses “alienígenas” contrariados. Essa nova política foi elogiada no plenário da Câmara pelo deputado do PTB Bocayúva Cunha, mas que alertou que “já começamos a ver, através dos jornais, que os grupos interessados na manutenção do estado-de-coisas até então vigorante, isto é, os preços baixos para venda dos produtos da Companhia, maliciosamente iniciam a campanha e preparam a opinião pública no sentido de se rebelar e conter aquele aumento”, grupos econômicos esses que o deputado caracterizou como estrangeiros (Última Hora, 1962c, p. 6).

A carta de JSP ao membro do Conselho Fiscal da CSN José Geraldo Jardim Brandão (anexo 2) mostra que ele também encontrava resistências internas ao seu novo modelo de gestão. No mesmo sentido, apesar do apoio do PTB à sua nova política, a bancada do PSD combatia essa nova política de preços que contrariava interesses estabelecidos. O Última Hora noticiou a resposta de JSP ao deputado Anísio Rocha (PSD-GO) em razão de acusações feitas e de boatos que corriam na imprensa de que JSP estaria na iminência de ser nomeado ministro de Jango, fosse para o Ministério do Planejamento ou para um novo Ministério do Desenvolvimento a ser criado especialmente para ele:

A fim de tranqüilizá-lo, comunico-lhe ainda mais que não aceitaria o cargo de ministro sem pasta. Considero prejudicial ao futuro da economia do país a desmoralização da técnica de programação econômica global, diante de falsas perspectivas de ordenamento da atuação do setor público, dentro da concepção dominante que V.Exa. encampa, que o exercício de funções oficiais constitui prêmio político, e não encargo com a coletividade nacional. A corrente de pensamento político que V.Exa. encarna responderá cada vez mais pela situação criada em nosso país, privando o serviço público do bem para a outorga de cargos como prêmio, a quantos se afinem pelo retrogradação (Última Hora, 1963a, p. 8).

Essa passagem deixa clara a concepção de JSP que funções públicas representam um “encargo com a coletividade nacional”, assim como expressa sua valorização pela “programação econômica global”. Arraigado nessas posições, JSP seguiu contrariando interesses e, como assessor externo do CNP, teria ainda que enfrentar o general Ernesto Geisel, que comandava a refinaria de Capuava, que vinha produzindo acima de seu limite autorizado pelo órgão (Última Hora, 1963b, p. 2). Esse incidente, e vários outros problemas que vinham ocorrendo na Petrobras, levaram o presidente João Goulart a instituir por decreto em 3/2/1964, uma Comissão Especial presidida pelo engenheiro Hélio de Almeida e que tinha JSP entre seus membros. JSP era o coordenador da “subcomissão A”, “encarregada de propor soluções para a reestruturação da Petrobras” (Última Hora, 1964b, p. 5). Foi essa reestruturação que JSP estava esboçando (ver anexo 1), quando ocorreu o golpe empresarial-militar, que o levaria a renunciar ao cargo para, em seguida, ver seus direitos políticos cassados pelo AI-1.

O convite a JSP para compor essa Comissão havia sido feito em função de seu desempenho no setor de petróleo desde a criação do CNP em 1938, ou seja, 26 anos de atuação no setor. Ele foi inicialmente um técnico que atuando no CFCE participou da criação do CNP e, posteriormente, como dirigente elaborou a lei de criação da Petrobras como membro da Assessoria de Vargas, que viria a chefiar. Como chefe dessa Assessoria, apresentou a lei de criação da Eletrobras, que só seria efetivada por Jango em 1962. Esse foi o projeto-utopia-nação que JSP defendeu ao longo de seus mais de 30 anos como servidor público federal. Utopia essa que se materializou, por exemplo, na criação da Petrobras e da Eletrobras e que, podemos afirmar, foram os principais legados de JSP, apesar de não ter hoje quase nenhum reconhecimento dessas empresas.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatar a trajetória de Jesus Soares Pereira como servidor público é trazer à luz a construção das relações entre organizações públicas federais e o setor privado. JSP fez parte de uma geração que buscou um projeto-utopia-nação que procurava superar a condição de subdesenvolvimento

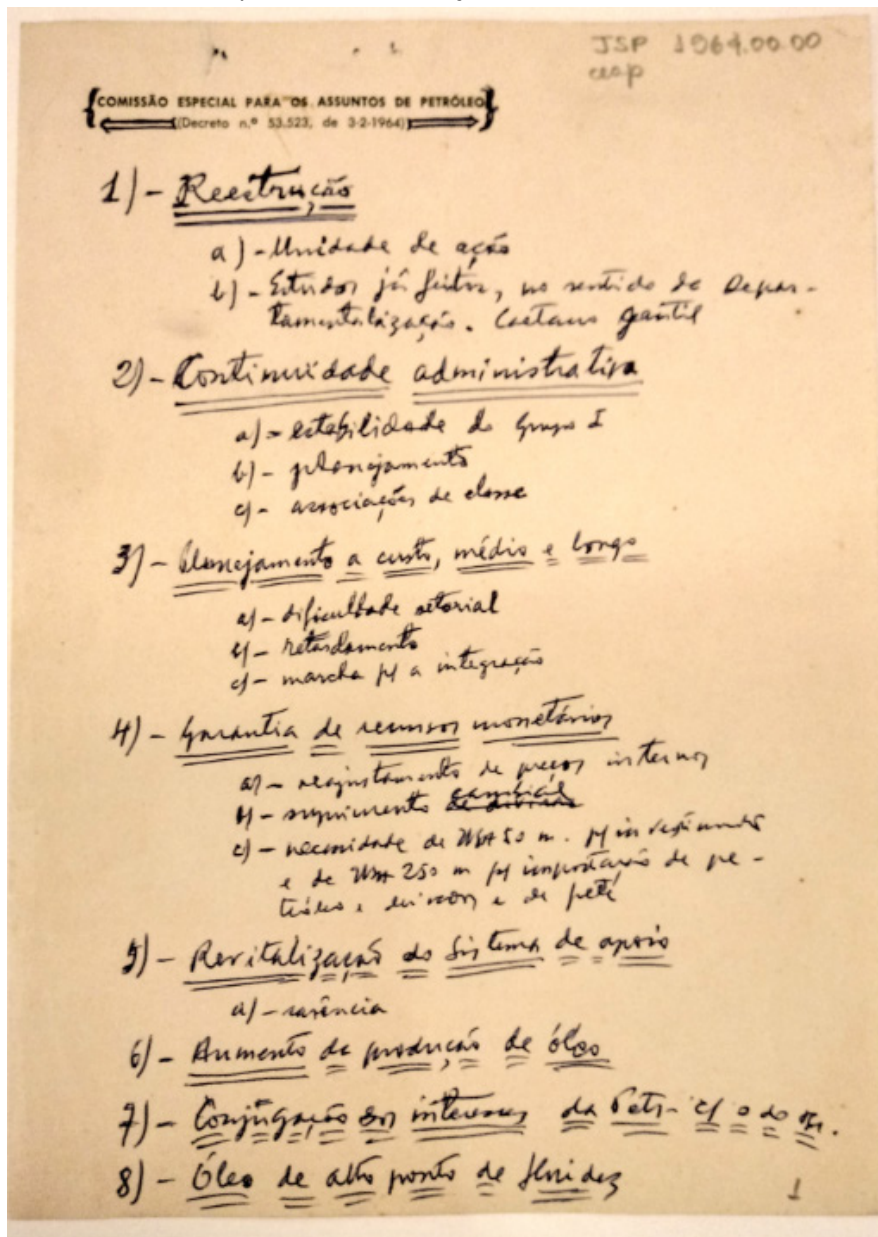
do país a partir de uma reflexão teórica independente da “estrutura neo-colonialista ocidental” (Pereira, 1962, p. 4, 11). Nesse projeto, o papel do Estado e suas organizações era fundamental como indutor do setor privado.

O entendimento era de que, dadas as condições de subdesenvolvimento, o mercado livre não necessariamente conduziria o país a um novo patamar de desenvolvimento. Muito pelo contrário, sem a intervenção do Estado, as condições de subdesenvolvimento agravar-se-iam, portanto, entendia-se como primordial um esforço de reflexão teórica a partir das condições do país para buscar o caminho para a impossível utopia. Caminho esse que deveria ser apontado pelo intelectual orgânico do Estado que deveria ter como norte, sempre, os interesses do país acima de qualquer outro.

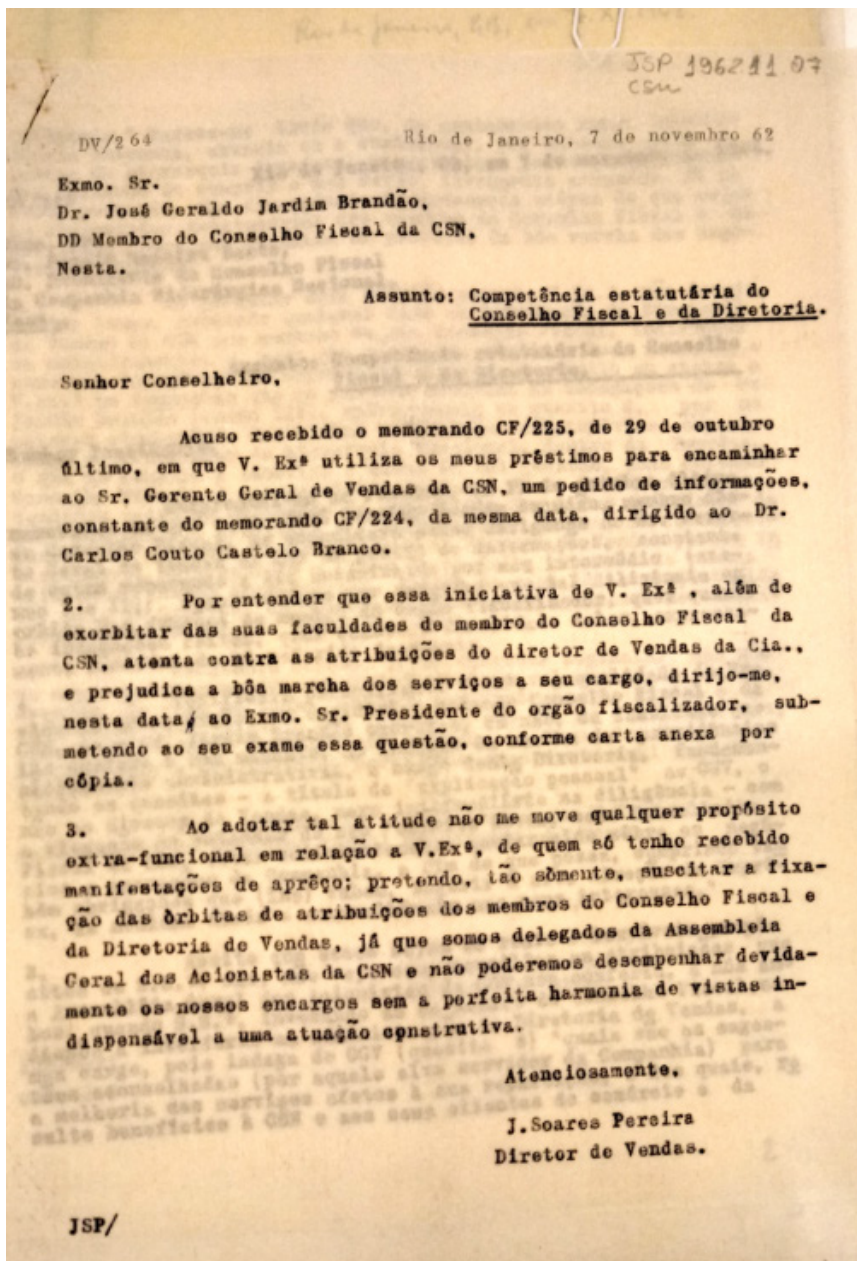
Na visão de Rômulo Almeida (Lima, 1975, p. 25), companheiro de JSP na Assessoria Econômica de Vargas, ele era “um otimista da via de reforma pela persuasão e pela ‘conspiração assessorial’ ministrada por um corpo responsável de servidores públicos funcionando como uma espécie de “ordem de cavalheiros. Só se poderia capitulá-lo na grande esquerda pelo nacionalismo e pelo sacerdócio da justiça social.”

Nada mais necessário no momento atual, quando se repensa o papel do Estado e de suas organizações na economia, e em que patrimônios do país, como Petrobras e Eletrobras, estão sendo considerados como passíveis de privatização.

Anexo 1 – Relatório de Jesus Soares Pereira
para a reestruturação da Petrobras



Anexo 2 – Carta de Jesus Soares Pereira a José Geraldo Jardim Brandão



Fonte: Arquivos pessoais no CPDOC.

RÔMULO BARRETO ALMEIDA: Espírito de Planejador, Demiurgo do Estado Brasileiro Moderno

Marcos Costa Lima¹

Tieta Tenório de Andrade Bitu²

Gabriela Lopes Sales³

6.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo trará a trajetória do baiano Rômulo Barreto Almeida (18 de agosto de 1914 – 23 de novembro de 1988), na tentativa de resgatar sua importância para a história nacional e sua silenciosa contribuição, desconhecida por muitos. Sua atuação profissional começa antes mesmo da conclusão do curso de Direito na Faculdade de Direito da Bahia, dando algumas aulas particulares e trabalhando em jornais locais; em 1931, ano em que conclui o curso, muda-se de Salvador para o Rio de Janeiro. Rômulo não foi o único a emigrar do Nordeste ao Sudeste, não foi o primeiro nordestino, tampouco o último, a seguir tal percurso. Diversos intelectuais da época fizeram o mesmo em busca de melhores oportunidades, um deles Guerreiro Ramos.⁴

Uma vez bacharel em Direito, Rômulo se interessa cada vez mais por Economia, chegando a ser professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, após ter sido diretor do

¹ Professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco; coordenador do Instituto de Estudos da Ásia; pós-doutor pela Université Paris XIII – Villetaneuse.

² Mestranda pelo Programa de Pós-graduação de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

³ Graduanda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.

⁴ Ver Capítulo 4 (O drama de ser dois – Fernando G. Tenório, 2002).

Departamento de Geografia e Estatística do Acre. Participou da Assembleia Constituinte, serviu à Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), foi presidente do Banco do Nordeste do Brasil, membro da Assessoria Econômica de Vargas, deputado federal, secretário de diversos governos estaduais, diretor de planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Foi, de fato, uma figura singular, cujo legado permanece até os dias de hoje.

A preocupação central deste capítulo, bem como de todo o livro, é recuperar as contribuições dos gestores nordestinos que fizeram o Estado brasileiro e suas trajetórias entre os anos de 1930 e 1964, aos quais nos referimos como *peregrinos*. A compreensão da delimitação temporal neste trabalho torna-se ainda mais clara quando se pensa os anos 40 e 50 como época de predomínio da ideologia desenvolvimentista, que perdeu espaço durante a ditadura militar. Barbosa e Koury⁵ argumentam que o “consenso desenvolvimentista” foi progressivamente desfeito após o início da ditadura, caracterizada pelo domínio de um “pós-desenvolvimentismo”.

O marco inicial da delimitação temporal está na Revolução de 1930, que subverteu a ordem da República Velha e resultou na Presidência de Getúlio Vargas e o marco final é 1964, ano em que o caminho pavimentado pelos presidentes até então e seus conselheiros técnicos começou a ser esquecido. Isso não significa que em 1930 todos os “peregrinos” já haviam saído de suas cidades-natal ou estavam exercendo cargos públicos, ou tampouco que em 1964 deixaram de exercê-los.

Para o próprio Rômulo Almeida, sua contribuição não partia de um ideal desenvolvimentista, mas sim de um nacionalismo, visto que o centro de seu pensamento era garantir que o país e as unidades federativas do Nordeste, região historicamente marcada por um repasse injusto do governo central, atingissem seu potencial produtivo. Rômulo e seus contemporâneos nordestinos falavam sobre o desenvolvimento não só da nação, mas, simultaneamente, das localidades brasileiras menos beneficiadas, de modo a reduzir as desigualdades enfrentadas pelas pessoas que ali vivem.

⁵ Barbosa, Alexandre de Freitas; Koury, Ana Paula. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. especial, p. 1.075-1.113, 2012.

A obra organizada por Marcos Costa Lima e publicada na série Pensamento Crítico do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento em 2013, intitulada *Os boêmios cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-1954)*, também será referenciada. Demos atenção especial ao capítulo *A Assessoria Econômica do segundo governo Vargas e a construção do Estado brasileiro moderno*, de autoria deste, visto que o assunto está próximo ao tratado no presente trabalho.

Costa Lima faz referência ao capítulo de Maria Rita Loureiro, Cecília Olivieri e Ana Cristina Martes⁶ sobre a burocracia brasileira, em que as autoras afirmam que a Assessoria é um “exemplo ilustrativo não só do papel de relevo desempenhado pela burocracia em período democrático, mas igualmente de sua forma de funcionamento, insulada das pressões do Congresso e dos partidos” (Loureiro; Abrucio; Pacheco, 2010, p. 92). Costa Lima acrescenta: “burocracia técnica ativa, altamente criativa e estruturadora de grandes projetos” (Lima, 2013, p. 177).

A tradição burocrática brasileira é forte, autoritária e eivada de patrimonialismo. É parte de um Estado controlado por uma elite política conservadora, o que torna cada nome deste livro “exceção à regra”, por exercerem suas funções e contribuírem para o avanço do país sem se deixarem ser cooptados pela patronagem ou pelo clientelismo. A preocupação do grupo com o Nordeste e com as áreas menos favorecidas partia do fato de virem de classes socioeconômicas mais baixas e serem nordestinos. Por enxergarem as dificuldades, não por terem sido comprados pelas elites.

Peter Evans caracteriza o Brasil como um caso intermediário entre o modelo “predatório” e o modelo “desenvolvimentista” de Estado na obra *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation* (1995). O primeiro espelha o próprio nome, e seria regido fundamentalmente por uma lógica de lucro pessoal daqueles que ocupam as posições de poder e de terra arrasada, enquanto o segundo modelo seria orientado para o incentivo sistemático à transformação social e melhora das condições coletivas, com espírito público.

⁶ Loureiro, Maria Rita; Olivieri, Cecília; Martes, Ana Cristina Braga. Burocratas, partidos e grupos de interesse: o debate sobre política e burocracia no Brasil. In: Loureiro, Maria Rita; Abrucio, Fernando; Pacheco, Regina. *Burocracia e Política no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

O Brasil teria algumas instituições e burocracias que se assemelhavam às existentes nos Estados “desenvolvimentistas”: com funcionários altamente especializados, carreiras de prestígio, bem conectadas aos setores estratégicos das sociedades e que, na área econômica, atuavam no sentido de viabilizar investimentos produtivos de longo prazo, fornecendo capital e direcionando racionalmente a alocação dos recursos (Evans, 1995, p. 44-48). A Assessoria Econômica de Vargas, embora não seja uma instituição, aproxima-se fortemente da descrição analítica de Evans.⁷

Este capítulo trata de temas relevantes que tiveram a participação direta do nosso planejador Rômulo de Almeida e foram relatados especialmente nas entrevistas concedidas a Plínio de Abreu Ramos, Maria Celina d’Araújo e Maria Ana Quaglino, em 1988, a partir do convênio entre o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e o Serviço de Comunicação da Petrobras (Sercom/Petrobras) e em entrevista para Aloísio Araújo Barbosa, Rui Modenesi e Andela Coronel, em 1982, para o livro *Memórias do Desenvolvimento*, do Centro Internacional Celso Furtado.

Além disso, duas contribuições de Alexandre de Freitas Barbosa, economista pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), professor da USP (Universidade de São Paulo) no Instituto de Estudos Brasileiros e ávido estudioso de Rômulo Almeida, serão apreciadas, uma delas feita juntamente com a professora Ana Paula Koury. O trabalho de conclusão de curso de Francisco Monticeli Valias Neto também foi de suma importância para as análises feitas neste capítulo.

O livro *Rômulo – Desenvolvimento Regional e Industrialização* traz uma coletânea de textos do próprio autor, sendo essencial para um contato direto com seu pensamento, e conta com capítulos iniciais escritos pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), José Mascarenhas, e por grande economista da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Fernando Cardoso Pedrão. Entre os textos de Rômulo estão *Traços da história econômica da Bahia no último século e meio* e *Sugestões para*

⁷ Ver também Elisa Klüger, 2015.

um novo modelo de desenvolvimento do Nordeste, este último constituindo parte do discurso proferido ao receber o título de doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Ceará em 1982.

Outro documento de importância inestimável à história brasileira são as *Pastas Rosas* ou *Pastas Cor de Rosa*, considerado marco inicial do planejamento estadual baiano. As *Pastas Rosas* foram publicadas pela Secretaria de Planejamento do Estado em 2012 para “publicizar, difundir e tornar acessível a um maior número de pessoas esse estudo basilar”.⁸ Barbosa argumenta que Rômulo referiu-se a elas constantemente como algo inconcluso.⁹ Para Neto (2013, p. 42), os dados trazidos permitem uma “rica análise dos problemas estruturais da Bahia e indicam os rumos a serem seguidos em prol do desenvolvimento econômico do Estado”.

Preocupado não com uma planificação do desenvolvimento, que seria impossível numa subunidade federativa, Almeida (2012, p. 12) defende a “necessidade do planejamento como processo de racionalização das atividades do Estado e do uso dos fatores de duração e de desenvolvimento”. O planejamento necessita, conforme o documento supracitado, ser constantemente renovado; é imprescindível melhorá-lo à medida que novas e mais precisas informações sejam colhidas. Para Rômulo, a precisão é adquirida com o tempo. Os benefícios do planejamento, porém, são sentidos desde o primeiro momento: haveria menos desperdício e mais eficiência.

Com o intuito de diversificar as fontes que tratam de intelectuais brasileiros e incluir nomes nordestinos no rol de pensadores de destaque, este texto trabalhará a história de Rômulo Almeida. Após esta introdução, será feita uma recuperação da biografia do servidor em questão e do contexto histórico; na segunda seção o foco é sua atuação como gestor nos anos estipulados. Em seguida trataremos de experiências significantes à vida de Rômulo, como seu vínculo com o Gabinete Civil da Presidência, a atuação na Assessoria Econômica de Vargas, a relação com o BNDE e o tempo servindo às Secretarias Estaduais da Bahia. Por fim, serão tecidas considerações finais sobre a abrangência e importância do seu legado.

⁸ Almeida, 2012, p. 8.

⁹ Cf. Barbosa, 2017, p. 509.

6.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Washington Luís, presidente de origem paulista, deveria indicar um mineiro como seu sucessor nas eleições de 1930: era a “República do Café com Leite”, na qual apenas esses Estados tinham vez. Ao invés de agir conforme o esperado, o presidente indica um conterrâneo, Júlio Prestes. Minas Gerais, juntamente com Rio Grande do Sul e Paraíba, formam a Aliança Liberal com seus próprios candidatos, Getúlio Vargas e João Pessoa. O candidato paulista chegou a ser eleito, mas os aliancistas não aceitaram a derrota; pouco depois da eleição João Pessoa é assassinado, fato que é utilizado por seus correligionários como uma espécie de justificativa para a revolta, e Getúlio vai em direção ao Rio de Janeiro com o propósito de tomar o poder.

A chamada Revolução de 1930 dizia ter acabado com a República Velha ao garantir a Presidência à Getúlio. Paulistas ressentiram-se não apenas da intervenção que impossibilitou Prestes de assumir o cargo para o qual havia sido eleito, mas também a nomeação de um pernambucano como interventor local para substituir o governador e pressionaram constantemente o governo, inclusive por meio de movimento armado em 1932 intitulado Revolução Constitucionalista. Foi apoiando tal mobilização que Rômulo viajou a São Paulo em 1933, já formado e acompanhado de seus colegas.

Nascido em Salvador, Bahia, em 1914, Rômulo cresce e inicia seus estudos em Santo Antônio de Jesus, pequena cidade localizada ao sul do recôncavo baiano. Com 11 anos de idade volta para a cidade onde nasceu e passa a estudar no Ginásio Ipiranga. Sendo informado por um professor que a preposição “de” no nome “era coisa de aristocrata”,¹⁰ Rômulo de Almeida passa a assinar apenas Rômulo Almeida.¹¹ Em 1930, aos 16, entra na Faculdade de Direito da Bahia. Conforme observa Alexandre Barbosa, o curso de Direito era muito mais comum que o de Economia, do qual pouco se

¹⁰ Rômulo Almeida em depoimento para o CPDOC/FGV e Sercom/Petrobras, 1988, p. 1.

¹¹ Barbosa, Alexandre. *O Brasil Desenvolvimentista (1946-1964) e a trajetória de Rômulo Almeida: ensaio e interpretação histórica*. São Paulo, 2017. p. 54.

falava, e contemporâneos de Rômulo, como Ignácio Rangel, Celso Furtado e Cleantho de Paiva Leite escolheram este caminho antes de iniciarem trabalhos na Economia.¹²

Como tantos outros da sua geração, não viu uma alternativa senão migrar; para Rômulo, faltavam oportunidades intelectuais e empregatícias no Nordeste. A onda de migrações para a capital federal é explicada como resultado da decadência da economia baiana, que sobrevivia de exportações, e foi motivada pelo “fascínio do Rio, das oportunidades que o Rio oferecia”.¹³ Em 1934 Rômulo chega no Rio de Janeiro, onde foi hospedado por um tio, “com a tentativa de fazer um curso de Pós-Graduação, que falhou. [...] e pedi um emprego de datilógrafo. E mesmo assim passei desempregado”.¹⁴

No mesmo ano que Rômulo chega à capital, a Constituição é promulgada. Conhecida pela forte legislação trabalhista, a Carta também garantia o direito ao voto secreto e ao voto feminino, a Justiça Eleitoral e a autonomia dos três Poderes. É o início do governo constitucional da Era Vargas. No exterior, é uma época de fortalecimento do nazifascismo e da resistência comunista, dualidade que acaba chegando ao Brasil por meio da Ação Integralista Brasileira e da Aliança Nacional Libertadora. O governo constitucional acaba em 1937 com o pretexto do Plano Cohen,¹⁵ uma ameaça falsa, e tem início o Estado Novo.

Motivado por um nacionalismo que priorizava os interesses estatais em detrimento de preferências privadas, Rômulo adere ao integralismo, movimento que consegue o apoio não só de famílias religiosas conservadoras, como também de setores do comércio tradicional e intelectuais da época. Pouco depois da instituição do Estado Novo, Rômulo é preso por causa de suas crenças – a ditadura havia tornado ilegal todo e qualquer

¹² *Ibid.* p. 56.

¹³ *Ibid.* p. 3.

¹⁴ Almeida, 1988, p. 1, 3.

¹⁵ O Plano Cohen foi divulgado como uma tentativa de tomada de poder pela Internacional Comunista. Anos mais tarde, foi comprovado que jamais existiu algo como foi afirmado; o Plano serviu de pretexto para a declaração de estado de sítio.

partido ou movimento político. Ao ser libertado, passa um curto período em Salvador e depois retorna ao Rio de Janeiro, onde é recebido por agentes da polícia. Resolve, então, mudar-se para o Acre, em 1940.

No Norte do país Rômulo começa a trabalhar no Censo Demográfico da região, a partir do convite de Mario Augusto Teixeira de Freitas, secretário geral do IBGE. Depois, trabalha como diretor do Departamento Territorial de Estatística. Alexandre Barbosa nota:

Nesta experiência, provavelmente Rômulo teve o primeiro contato com uma concepção de planejamento capaz de integrar os diferentes níveis de governo. [...] A necessidade de combinar o desenvolvimento de um sistema para entender o Brasil com a coordenação de energias, por meio das novas instituições, para resolver os problemas nacionais seria de extrema importância para a futura trajetória romuliana (Barbosa, 2017, p. 62-63).

Em 1941 volta ao Rio de Janeiro e trabalha por mais de três anos em uma firma de advocacia, até começar a atuar como “economista profissional”.¹⁶ Um ano após seu regresso começa a lecionar na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas como professor substituto. Rômulo tinha experiência no ramo desde quando frequentava o ginásio na Bahia e dava aulas particulares. Em 1944 faz concurso para o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp).

Barbosa e Koury (2012) identificam o início do desenvolvimentismo no ano de 1946 e o fundamentam com base em uma “tríade poderosa”: o consenso ideológico, a política de desenvolvimento para além da política econômica e a abordagem teórica original sobre o subdesenvolvimento. Tal ano também marca o início do governo de Eurico Gaspar Dutra.

As eleições de 1945 ocorrem, pondo fim ao Estado Novo. Vargas, além de conseguir que seu candidato, Dutra, fosse eleito, torna-se senador, confirmando seu destaque na política nacional e fortalecendo o queremismo, movimento que pedia sua volta à Presidência. O governo de Dutra, que ocorre juntamente com o início da guerra fria, é marcado por forte

¹⁶ Almeida, 1984 *apud* Barbosa, 2017, p. 64.

alinhamento aos Estados Unidos de Truman, rompimento das relações com a União Soviética e até mesmo pela cassação de mandatos de parlamentares comunistas.

A Assembleia Constituinte, da qual Rômulo participou por meio da Comissão de Investigação Econômica, promulga a nova Constituição em setembro de 1946; de perfil liberal, a nova Carta assegurava liberdades de pensamento, expressão e associação, restringidas na Constituição anterior. A partir da recomendação de Robert Simonsen, Rômulo é convidado para montar o Departamento Econômico da Confederação Nacional das Indústrias, e aceita em 1947. Entre os dois anos seguintes participa da Missão Abbink.

Getúlio Vargas retorna ao poder “pelos braços do povo”, após vencer as eleições de 1950 e põe em prática seu discurso favorável a um desenvolvimento econômico financiado pelo Estado. Como destaca Celina Souza¹⁷ em seu texto sobre coordenação de políticas públicas, as políticas desse período eram motivadas pelo desenvolvimentismo, buscavam superar obstáculos que impediam a industrialização: foram criadas empresas estatais para promoção de insumos como petróleo e energia elétrica, qualificar mão de obra necessária às atividades industriais, e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDE).

Juscelino Kubitschek é eleito com seu Plano de Metas, que, para ser precisamente formulado e executado, teve a equipe comandante insulada.¹⁸ O insulamento burocrático é amplamente estudado na ciência política e se refere ao isolamento do time técnico para que possa agir de forma independente dos interesses das elites dominantes. O governo de JK ficou conhecido pela estabilidade democrática e pelo nacional-desenvolvimentismo.

Juscelino convida Rômulo para compor seu governo oferecendo-lhe o Ministério do Trabalho; João Goulart, também conhecido por Jango, ministro dessa pasta no segundo governo Vargas e figura central do Partido Trabalhista Brasileiro, apoiou a ideia. Rômulo supõe (1988, p. 98) que Jango queria ter um “instrumento dele” no cargo, além de afastá-lo “do problema

¹⁷ Souza, Celina. *Coordenação de políticas públicas*. Brasília, Enap, 2018. 72p.

¹⁸ *Ibid*, p. 42.

da Bahia”,¹⁹ enquanto Juscelino queria que Rômulo aceitasse para conter o janguismo. No entendimento de Rômulo, aceitar significaria “ficar num sanduíche extremamente incômodo”, então recusa a vaga.

Foi durante a Era Vargas que Almeida iniciou e mais teve sucesso como servidor público, marcando a história do país. Ele enxergava a singularidade de Getúlio Vargas e a exaltava com segurança, diferenciando-o de outros presidentes:

Getúlio era muito mais suspicaz em relação ao capital estrangeiro, embora até estimulasse o capital estrangeiro, oportunamente, [...] e, por outro lado, tinha muita preocupação social. [...] ele queria aumentar os salários, queria uma participação popular nos resultados. Ele queria realmente evitar os desequilíbrios regionais. E o Juscelino, realmente, não era sensível a essas coisas (Almeida, 1988, p. 35).

Apesar do papel essencial exercido no segundo governo Vargas, Almeida, como já explicitado ao longo do texto, nem sempre concordou com ele. Foi vítima dos instrumentos de repressão do Estado Novo e não se considera parte do movimento queremista, cuja motivação era a volta de Vargas. Em 1945 entrou “na campanha da União Democrática Nacional” e fez “campanha no sentido de derrubar o Getúlio” (Almeida, 1988, p. 88).

A saída da UDN deu-se em virtude de uma decepção “com a falta de atualização daquelas lideranças”, pessoas que tinham “horror à ideia de planejamento”. Almeida filia-se, então, ao PTB da Bahia, por influência de Landulfo Alves.²⁰ Foi pelo PTB que Rômulo concorre a deputado federal em 1950 e fica como terceiro suplente; em 1954 é eleito, apesar de o partido ser pequeno no Estado.

Antes de concorrer a uma cadeira na Câmara, Rômulo estava presidindo o Banco do Nordeste do Brasil, vaga que deixa quando toma posse, no entanto não conclui o mandato parlamentar, pois vai servir à Secretaria

¹⁹ No final da década de 50 Rômulo foi cogitado para concorrer ao governo da Bahia, mas João Goulart, presidente do partido entre 1952 e 1964, foi contra a ideia. Jango o aceitaria no Ministério do Trabalho porque sabia que Rômulo homologaria as decisões dos institutos e departamentos ainda regidos por pessoas de confiança de Jango. Caso relatado na entrevista concedida por Rômulo ao CPDOC/FGV e Sercom/Petrobras (1988, p. 98-99).

²⁰ Alves, agrônomo e zootecnista com estudo nos Estados Unidos, foi funcionário do Departamento Nacional da Produção Animal e foi escolhido como Interventor Federal na Bahia em 1938 por Getúlio Vargas. Rômulo identifica sua administração como “muito ativa, muito progressista” (Almeida, 1988, p. 87).

da Fazenda baiana. Em 1957 é nomeado vice-presidente da Rede Ferroviária Federal. Almeida volta à Bahia em 1959, durante o governo de Juracy Magalhães. No fim de sua vida exercia o cargo de Diretor de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A próxima seção é exclusiva sobre seus trabalhos como servidor.

6.3 O GESTOR PÚBLICO

Além de serem nordestinos morando no Sudeste, os intelectuais da época abordados no projeto, em geral, também tinham em comum os órgãos que integraram. Enquanto parte trabalhou lado a lado no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), outros se encontraram na Missão Abbink ou na assessoria da Comissão de Investigação Econômica da Assembleia Constituinte de 1946; uma parte, ainda, encontrou-se na Assessoria Econômica de Vargas ou na Cepal.

Uma série de intelectuais da época integrou o Dasp, inclusive Cleantho Leite, desde 1942, e Rômulo, a partir de 1944. O Dasp foi fundado ainda durante o Estado Novo e propagou sua ideologia: ideia de que a força técnica e a força política eram, de certa forma, incompatíveis.²¹ A inovação do órgão foi dar início a uma valorização da racionalidade técnica em detrimento da política e do mérito em lugar das recomendações clientelistas e de patronagem. A realidade da época era outra, como Rômulo atesta:

[...] o político baiano, como o político nordestino em geral, passou a ser um político que se voltava muito para o dia a dia do jogo político e para disputa de determinadas vantagens diretas para os seus apauiguados, seus clientes. Que eram a base de seu poder, não é? [...] ninguém acreditava nos objetivos maiores. (Almeida, 1988, p. 5-6.)

Rômulo adverte que a reestruturação do Departamento Administrativo do Serviço Público no fim da década de 40 pelas mãos de Bittencourt Sampaio foi uma “conspiraçãozinha tecnocrática em face da insânia do governo Dutra” (*Ibid.*, p. 76). Sob a liderança de Sampaio, o Dasp assumiu

²¹ Ver mais em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>.

“um papel de suprir a incapacidade do governo de planejar e evitou que se destruísse o resto das divisas acumuladas durante a guerra em importações desnecessárias e tudo o mais” (*Ibid.*, p. 76-77).

Costa Lima tece, em breve artigo publicado no *site* da Fundação Joaquim Nabuco,²² importantes considerações acerca do período: duas vertentes de pensamento dominavam e dividiam as elites intelectuais da época, uma linha liberal e uma desenvolvimentista; enquanto a primeira defendia a “vocalização agrária” do Brasil, a segunda mostrava-se favorável a uma industrialização a partir de investimentos federais. Conforme Pedrão,²³ Rômulo seguia a linha desenvolvimentista e priorizava a indústria e, inclusive, procurava “efeitos interativos em vez de antagonismos”²⁴ ao se posicionar; tinha uma visão regionalista que buscava rever a distribuição territorial da capacidade produtiva.

Durante o segundo governo Vargas surgiu a necessidade de um órgão dedicado exclusivamente a pensar as atividades econômicas. Cria-se então a Assessoria Econômica, comandada por Almeida, que já era membro do Gabinete Civil da Presidência. Outros grandes projetos que tomaram forma nessa época foram por ele idealizados, como a Petrobras, a Eletrobras e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Em 1953 Rômulo torna-se consultor econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e é nomeado presidente do BNB, no qual permanece até agosto de 1954, quando Vargas comete suicídio, saindo “da vida para entrar na história”. Nas eleições seguintes, Rômulo é eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) da Bahia partido ao qual era filiado desde o início da década; mas deixa a Câmara dois anos depois para servir ao seu Estado natal como secretário da Fazenda, quando cria e preside a Comissão de Planejamento Econômico (CPE).

²² Ver mais em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1982%3Agetulio-vargas-e-o-estado-nacional-desenvolvimentista-&catid=58&Itemid=414. (Observação: sem data de publicação).

²³ Pedrão, Fernando C. Rômulo Almeida: o homem e sua época. In: Fieb (org.). *Rômulo: desenvolvimento regional e industrialização*. Salvador, Bahia: Sistema Fieb, 2013. p. 15-73. Cap. 1.

²⁴ *Ibid.* p. 70.

Ainda em 1953 Rômulo participa da Comissão da Reforma Administrativa do Governo Federal, juntamente com Cleantho Leite, Lourival Fontes, Arísio Viana e Sebastião Santana. Almeida, Leite e Fontes trabalhavam juntos no gabinete de Vargas, enquanto Viana e Santana eram membros do Dasp. Houve reuniões e debates, porém “essa Comissão não foi muito formal nos estudos dela” (Almeida, 1988, p. 84). A Comissão da Reforma Administrativa previa a criação de 11 Ministérios, incluindo o da Saúde, que, de fato, separou-se da pasta de Educação em 1953, no entanto não conseguiu cumprir a ideia de um sistema de planejamento.

6.4 A ASSESSORIA ECONÔMICA DA PRESIDÊNCIA

Em sistemas presidenciais multipartidários, como o caso do Brasil, é difícil que o partido do presidente eleito consiga a maioria das cadeiras nas casas legislativas. Para contornar possíveis entraves e um imobilismo institucional, presidentes fazem coalizões, conseguindo, então, uma maioria no Congresso. Os partidos que fazem parte da coalizão recebem cargos ministeriais em troca de apoio à agenda presidencial quando essa for votada no Legislativo. O presidencialismo de coalizão tem sido amplamente estudado na ciência política desde o lançamento do artigo homônimo de Sérgio Abranches (1988).

Mainwaring destaca que, para além de coalizões multipartidárias, Vargas – bem como Jânio Quadros e João Goulart – tentou “mobilizar as massas como um meio para compensar a falta de apoio institucional”.²⁵ Vargas de fato as mobilizou em certo sentido e conseguiu “grande votação para época”,²⁶ isso, porém, não o bastava para lhe garantir apoio significativo, pois não conseguiu formar uma coalizão suficientemente ampla no Congresso e ainda arcou com o ônus de ter trocado Ministérios. Cleantho Leite²⁷ justifica a Assessoria como a tentativa de “escapar ao cerco político ao qual ele [Getúlio] tinha sido obrigado na escolha de seus ministros”.²⁸

²⁵ Mainwaring, 1993, p. 2.

²⁶ Lima, *op. cit.*, p. 217.

²⁷ Ver Capítulo 7 (Cleantho de Paiva Leite: um expoente nordestino e admirável gestor público – Lima, Bitu e Sales).

²⁸ Cleantho em depoimento para o CPDOC/FGV e Sercom/Petrobras, 1988, p. 2.

Para Francisco Monticeli Neto, o auge da carreira de Rômulo como tecnocrata foi comandar uma organização como a Assessoria, uma vez que ficava a seu cargo a elaboração de um “projeto nacionalista que passava pela montagem de um arcabouço institucional”,²⁹ Conforme Neto, existia claramente uma relação de confiança entre o presidente e Rômulo, ainda que o servidor tenha feito oposição a Vargas em um primeiro momento.

A Assessoria, de liberdade propositiva, conforme observam Barbosa e Koury, agia como órgão de bastidor. Segundo os autores, as atuações dos técnicos possivelmente caracterizadas como políticas aconteciam apenas por delegação direta do presidente e não duravam tempo suficiente para que a glória do projeto fosse a eles atribuída. Rômulo conta que as ideias eram passadas a ministros, que as introduziam e logravam crédito sobre elas.

Em 10 de fevereiro de 1951, ao convidar Rômulo para trabalhar na Secretaria da Presidência, Vargas incumbiu-o de organizar uma Assessoria voltada para a elaboração de uma política de energia e para melhor compreender a situação econômica, fazendo um balanço do desempenho da administração anterior. A Assessoria, chefiada por Rômulo, contou com os economistas Jesus Soares Pereira, Inácio Rangel, Saldanha da Gama, Tomás Pompeu Acioli Borges, Otolmi Stranch, Cleantho de Paiva Leite, Mário da Silva Pinto da Gama e João Neiva de Figueiredo.

Consolidação

Almeida relata as dificuldades de montagem de sua equipe, por denúncias de que estaria convocando “comunistas”, como Soares Pereira e Acioli Borges. Na defesa da permanência destes Rômulo vale-se de nomes como Glycon de Paiva e Mário da Silva Pinto, que eram nomes “do outro lado”. A Assessoria trabalhava mandando ideias a ministros, que as apresentavam e ficavam com o crédito sobre elas. Às vezes ocorria um mal-estar entre os ministros e o órgão, como aconteceu com o Banco do Nordeste:

²⁹ Francisco Monticeli Neto. 2013, p. 16.

Em certos casos, o ministro não ficava satisfeito. No caso, por exemplo, do Projeto do Banco do Nordeste, a concepção que demos ao projeto, o [Horácio] Lafer³⁰ realmente não ficou satisfeito porque achou que era demais, estava comprometendo demais o tesouro, mas ele teve que aceitar, porque aquilo o presidente adotou como diretriz dele, então ele teve que aceitar. E aí, já logo depois, mudou o ministério para a figura de Osvaldo Aranha³¹ (CPDOC/FGV, p. 11).

Participação Estrangeira

Para a Assessoria Econômica, Rômulo e seu grupo tinham certas restrições, como limitações ao capital estrangeiro, mas não se consideravam chauvinistas.

Moniz Bandeira (2007, p. 447), em livro decisivo sobre a presença dos EUA no Brasil, dedicou a terceira parte deste à Era Vargas. Vale ressaltar aqui as pressões e desentendimentos entre os dois governos, principalmente com relação às remessas de lucros dos capitais estrangeiros no Brasil:

No dia 5 de janeiro de 1954, Vargas assinou o decreto n. 34.839, que não só fixava em até 10% ao ano (8% para os juros) as remessas de lucros e dividendos, pelos mercados de taxa livre como impunha às empresas estrangeiras a obrigatoriedade de se registrarem na Superintendência da Moeda e Crédito (Sumoc), denunciando, em discurso, a *trama criminosa*, que se articulava, havia cinco anos, contra a economia do país.

³⁰ Ao encerrar seu mandato como deputado federal por São Paulo, em 1951, no mesmo dia da posse de Getúlio Vargas na Presidência da República, foi nomeado ministro da Fazenda. Assim que assumiu o cargo empenhou-se no combate à inflação. Era um ministro adequado para levar avante o compromisso que Vargas assumira com a industrialização e a diversificação econômica do país. Durante a gestão de Lafer e por todo segundo governo Vargas, a ação do ministro da Fazenda era concomitante à da Assessoria Econômica da Presidência da República, a qual exercia considerável influência na condução da política econômica do governo.

³¹ Osvaldo Aranha, político gaúcho, amigo e aliado de Getúlio Vargas, foi o grande articulador da campanha da Aliança Liberal nas eleições, agindo nos bastidores para organizar o levante armado que depôs Washington Luís e tornou realidade a Revolução de 1930. Em vista da vitória do movimento, Osvaldo Aranha negociou com a Junta Governativa Provisória de 1930, no Rio de Janeiro, a entrega do governo a Vargas. Posteriormente, foi nomeado ministro da Justiça e, em 1931, ministro da Fazenda. Neste cargo promoveu o levantamento de empréstimos que os Estados e municípios haviam contraído no exterior, no período anterior a 1930, tendo em vista a consolidação global da dívida externa brasileira. Em 1953, no segundo governo Vargas, voltou a ocupar a pasta da Fazenda e introduziu reformas com o objetivo de estabilizar a situação econômica caótica que o país enfrentava. Com a morte trágica do amigo Vargas, Osvaldo Aranha se retira do governo e passa a dar atenção aos seus negócios pessoais e à advocacia. No governo Juscelino Kubitschek retorna à ONU, à frente da delegação brasileira, para fechar com êxito sua carreira política.

Ainda no texto, cita Rômulo Almeida, sugerindo que Vargas aludisse publicamente à medida,

justificando-a tanto pelo imperativo de evitar a drenagem de capital nacional, sob a forma sub-reptícia de retorno do capital estrangeiro, mas também pela conveniência de dar mais garantias efetivas aos novos capitais que desejaram entrar (*Ibid.*, p. 474).

Não é necessário dizer que as autoridades de Washington protestaram energicamente contra o decreto.

Segundo Bandeira (*Ibid.*, p. 477), “Em fevereiro de 1954, a campanha contra Vargas tomou, abertamente, o caráter de conspiração. Oitenta e dois militares assinaram um memorial, intrigando as Forças Armadas com o governo”. O Manifesto dos Coronéis, como ficou conhecido, aludia ao “comunismo solerte, sempre a espreitar, ameaçando os próprios quadros institucionais da nação, talvez, de subversão violenta”.

Estava claro que não interessava aos setores conservadores e associados ao capital estrangeiro, assim como aos EUA, o projeto de Vargas, de consolidar o Brasil com autonomia do petróleo, com estruturação da indústria e atento aos setores populares, processo que tem sido redivivo em vários momentos da vida nacional, mas também da América Latina.

Rômulo Almeida, narrando os embates com o capital internacional, conta de reunião em 1952, em São Paulo, em torno dos projetos de eletricidade.

Eles prepararam, lá na Sociedade de Engenharia, creio, no salão da Federação das Indústrias, prepararam uma grande reunião para discutir esse negócio. E me convidaram, convidaram o Edmundo Macedo Soares, o Lucio Meira também, e a reunião, depois verifiquei, era para massacrar o projeto da Eletrobrás, foi tudo preparado para isso. Agora, foi preparado pela Light (CPDOC/FGV, p. 12).

Projetos

De acordo com Almeida, a Assessoria tinha duas atividades: uma, a cotidiana, da administração econômica corrente, dos despachos com o presidente e, quando necessário, com os ministros, e a segunda, que ele

chama de “fundo”, de longo prazo, que exigia fazer consultas, busca de informações mais profundas. A Assessoria de fato era independente e da confiança pessoal do presidente. Como o que foi considerado mais importante era o programa de energia baseada no petróleo, no carvão mineral e na eletricidade, o grupo trabalhava junto, mas, em algumas questões específicas, se dividam para dar conta das múltiplas demandas.

Cleantho de Paiva Leite, pelo fato de ter maior proximidade com as questões referentes às relações internacionais e agricultura, tomava a frente desses setores. Sobre o petróleo, a recomendação do presidente era encontrar uma solução que de fato resolvesse os problemas em torno do tema e que fosse de cunho nacionalista. Rômulo conta uma frase de Vargas: “Vamos fazer um projeto nacionalista para resolver o problema do petróleo. Mas um projeto para funcionar” (Almeida, 1988, p. 15).

Sobre o Programa Energético, quando reconhecem que precisavam não apenas resolver a questão do petróleo, mas também do carvão e das demais energias; há o problema político de se associar Plano/planejamento à URSS. Rômulo cita a polêmica Eugênio Gudín vs. Simonsen, em que o primeiro apoiava-se em Von Mises e Hayek, evidentemente contra o Estado atuante, mas eram muitas as adversidades, as suspeitas internacionais, sobretudo dos EUA, e a maioria do Congresso estava contra Vargas. Além do que, havia o fogo interno com a Comissão,³² que Rômulo considerava como um

peçoal essencialmente privatista, a favor da *Light*, das Empresas Elétricas Brasileiras, toda política cujo objetivo maior era trazer dinheiro americano para reforçar a *Light* (...) e a nossa política não era essa. A nossa política era fazer o estado atuante (CPDOC/FGV, p. 8).

São muitos esses projetos e impressiona que uma Assessoria tão diminuta, com tanta falta de recursos humanos e materiais, pudesse fazer tanto. Rômulo cita a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões (Caps); a Carteira de Colonização do Banco do Brasil; o Instituto Nacional de Imigração e Colonização; a Comissão Nacional de Política Agrária, o Projeto de

³² Almeida, R., 2009. Entrevista concedida a Ângela Coronel, Aloísio Barbosa de Araújo e Rui Modenesi em 15 de julho de 1982. *Memórias do Desenvolvimento*, 3(3). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, p. 193-208.

Seguro Agrícola; a reforma dos instrumentos jurídicos para o crédito rural; a Comissão de Desenvolvimento Industrial; o Banco do Nordeste do Brasil, além da questão central da energia.

Enfim, segundo Rômulo Almeida, o trabalho da Assessoria, como braço direito de Vargas, entendia que estavam concebendo um processo de industrialização “no sentido integral, como um processo de modernização, mas um processo de valorização global do país, inclusive social. Estava muito integrado o objetivo nacionalista e social” (CPDOC/FGV, p. 9).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também foram realizações da Assessoria. No discurso que proferiu na UFC ao receber o título de Doutor *Honoris Causa*, Almeida fala que a Capes “é uma das organizações de cuja criação mais me sinto gratificado de haver participado no último Governo Vargas” (Fieb, 2013, p. 401).

Costa Lima comenta: “A ideia da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes) foi implantada pela Assessoria, visando corrigir as fragilidades e a pobreza dos quadros técnicos científicos existentes no governo feral, que, segundo o coordenador da Assessoria de Vargas, representavam séria limitação à expansão econômica do país” (2013, p. 212).

Petrobras

Para Rômulo, a economia nacional não deveria estar baseada, preponderantemente, no petróleo, mas o este deveria ser indispensável para a indústria e ser capaz de minimizar o custo das importações do óleo. Então, partiram para um projeto integral no campo do petróleo, que incluía exploração, produção, refino e transporte. Chegaram a pensar a hipótese de concessão, a qual logo foi afastada. O chefe da Assessoria, levando em consideração estudos geológicos, não acreditava que o Brasil viesse a ser um paraíso de petróleo. No limite, o capital estrangeiro, sobretudo das empresas norte-americanas, se interessava em manter cativo o mercado nacional de distribuição.

Quer dizer, o interesse delas numa lei concessões, mas para *sentar em cima*. Então isso não era interessante de maneira nenhuma para o Brasil. Agora, além disso, também, (...) você afastava completamen-

te a possibilidade de um conhecimento próprio de nossos recursos, de uma formação de quadros, de um amadurecimento de nossa capacidade de fazer política econômica, quer dizer, você afastava do controle de uma atividade básica com a qual se poderia conduzir todo o processo produtivo e o processo de distribuição. Enfim, todas as razões para uma presença nacional inteiramente soberana e tranquila neste setor (CPDOC/FGV, 1988, p. 14.).

Em 3 de outubro de 1953 Vargas sancionou a Lei n. 2.004, que criava a Petrobras, instituindo o monopólio estatal do petróleo.

Em janeiro de 1954 Almeida transfere-se para Fortaleza, para dirigir, como presidente, o recém-criado Banco do Nordeste. A Assessoria então passa às mãos de Jesus Soares Pereira, considerado pelo próprio Rômulo o seu principal companheiro nas lides da Assessoria.

Segundo Soares Pereira,³³ o texto que acompanha o projeto de criação da Petrobras ao Congresso Nacional, elaborado por ele e supervisionado por Vargas, explicitava:

O governo e o povo brasileiro desejam a cooperação da iniciativa estrangeira no desenvolvimento econômico do País, mas preferem reservar à iniciativa nacional o campo do petróleo, sabido que a tendência monopolística internacional dessa indústria é de molde a criar focos de atritos entre povos e entre governos. Fiel, pois, ao espírito nacionalista da vigente legislação do petróleo, será essa empresa genuinamente brasileira, com capital e administração nacionais (Lima, 1975; Cohn, 1968).

6.5 O BNDE

Em entrevista ao Centro Internacional Celso Furtado,³⁴ Rômulo, ao falar sobre os antecedentes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, tece considerações sobre a história do país; comenta sobre o fra-

³³ Com a brusca mudança na situação política nacional por meio do golpe militar, Soares Pereira perdeu seu cargo na diretoria da CSN e foi incluído na lista dos cem primeiros cidadãos que tiveram seus direitos políticos suspensos pelo Ato Institucional nº 1, editado no dia 9 de abril de 1964. Pouco depois, partiu para Santiago, no Chile, onde dirigiu até 1968 o Departamento de Recursos Naturais e Energia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão vinculado à ONU.

³⁴ O Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento publicou cinco volumes da coletânea *Memórias do Desenvolvimento*; o terceiro volume, de outubro de 2009, conta com uma entrevista concedida por Rômulo Almeida a Ângela Coronel, Aloísio Barbosa e Rui Modenesi.

casso do modelo exportador e a política de substituição de importações, que ganha força com a consolidação de uma burguesia e de um Estado que passou a ser propulsor do desenvolvimento nacional. Sobre o substrato da técnico-burocracia, Rômulo alerta:

Gente que foi recrutada por mérito, geralmente por concurso, e que adquiria uma certa vinculação e engajamento com os propósitos gerais e nacionais do Estado, e tinha um certo grau de autonomia em relação às forças políticas contingentes [...]. Esse contingente técnico-burocrático confluiu muito com os interesses de uma burguesia industrial nacional que começava a se gerar [...] (Almeida, 2009, p. 195).

Ainda na mesma entrevista, Rômulo fala sobre a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos; segundo ele, ela e a Assessoria estiveram sempre muito ligadas. É durante o governo Dutra que ocorre a Missão no Brasil, “para formular uma série de sugestões sobre projetos no Brasil e para orientar a política de financiamentos externos” (*Ibid.*, p. 196-197) e, depois disso, a Comissão é pensada. Seu objetivo era o fornecimento de uma linha de crédito a projetos relativos à eletrificação e construção de ferrovias e rodovias.

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico foi formada no âmbito do Ministério da Fazenda e integrada por técnicos brasileiros e norte-americanos; foi resultado de uma série de negociações entre os dois países enquanto o Brasil estava sob a administração de Dutra. É válido destacar que Vargas elege-se em 1951 com uma campanha nacionalista baseada em críticas ao desperdício e falta de apoio à indústria nacional.

A Comissão contou com inúmeros técnicos, “todos com condições para fazer um grande trabalho” (*Ibid.*, p. 198); no entanto, o dinheiro prometido nunca foi visto. Parte dos técnicos, como atesta Rômulo, tinha orientação nacionalista, inclusive porque a diversidade de posicionamentos conferia maior prestígio e credibilidade ao trabalho realizado.

Rômulo não era membro da Comissão Mista Central. Participava, na verdade, de comitês, e atesta que o relacionamento entre a Comissão e a Assessoria era bom, ainda que informal. Enquanto o primeiro grupo focava

em problemas específicos, como o projeto de eletrificação de Peixoto,³⁵ a Assessoria incorporava a filosofia de “estruturar o Estado para intervir” e preocupava-se com planos gerais. Mais tarde, no início da década de 60, Rômulo novamente fica responsável por representar o Brasil no exterior, dessa vez no Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso. Em 1965 participa do Comitê dos Nove.

Um dos resultados do trabalho da Comissão Mista foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), instituição encarregada de financiar e gerir os recursos para os projetos captados no Brasil ou no Eximbank e no Bird, responsáveis pelo financiamento em moeda estrangeira, criada em 20 de junho de 1952.

Fizeram parte da equipe do BNDE alguns dos mais prestigiosos especialistas em Economia do período: Roberto Campos, diplomata formado em Economia pela *George Washington University* e membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que deu origem ao BNDE (Campos, 2009);³⁶ Lucas Lopes, que também havia feito parte da CMBEU, engenheiro e ex-ministro da Viação, viria a ser ministro da Fazenda no governo de Juscelino Kubitschek.

Além desses, outros que contribuíram para a história do BNDE foram Rômulo Almeida, Inácio Rangel e Cleantho Leite, que fizeram parte da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas (D’Araujo, 1992; Motta, 2005). Celso Furtado, advogado que fez parte do Dasp e foi vinculado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) também participou.

As diferentes tendências não deixaram de existir no projeto do BNDE. Mesmo a Assessoria Econômica considerava o projeto do Banco essencial. Ao ser perguntado se a corrente nacionalista conseguira prevalecer no Banco, o economista baiano diz que essa corrente teve influência, mas não prevaleceu.

³⁵ *Ibid.*, p. 198.

³⁶ *Memórias do desenvolvimento – “As Origens do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952-1956)”*, 2010. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado. V. 4. Disponível em: www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109010953450.MD4_0_013.pdf. Acesso em: 17 jan. 2018.

As decisões do BNDE não afetavam as decisões básicas sobre o projeto nacionalista brasileiro porque essas decisões estavam na Petrobras, na Eletrobras ou no Fundo Rural de Eletrificação, e outras decisões de indústria de base que já começavam a surgir; o BNDE tinha que apoiar porque era sua obrigação apoiar, embora a princípio ele se dedicasse muito mais à infraestrutura (Almeida, 2009, p. 201).

6.6 PREOCUPAÇÕES REGIONAIS

Almeida foi eleito deputado federal em 1954 pelo Partido Trabalhista Brasileiro; conta que a distribuição dos votos recebidos foi dispersa, não sendo restrita a Salvador e ele foi o segundo candidato mais votado para o cargo naquela eleição. A campanha ocorreu apenas durante o mês de setembro, posto que só saía da presidência do Banco do Nordeste após “a morte do velho” (Almeida, 1988, p. 93).

Rômulo atribui sua eleição a uma certa “tradição pessoal”, pois realizava comícios em defesa “da figura do velho” (*Ibid.*). A associação a Vargas e ao candidato a governador, Balbino, foi vista como essencial. Barbosa (*op. cit.*, p. 498-499) comenta ainda sobre o material impresso de campanha: um folheto com foto de Rômulo trabalhando, concentrado, e uma acompanhado de Getúlio; um trecho de uma carta de Getúlio a Rômulo na qual ele agradece a dedicação, lealdade e zelo postos a serviço do governo. A última página atestava que Rômulo veio de “família modesta da Bahia” e colaborou com a criação da Petrobras, Eletrobras, Plano do Carvão Nacional, Desenvolvimento das Indústrias de Base e outras “obras”.

Chegou a ser empossado, mas não exerce seu mandato. Em vez de continuar na Câmara dos Deputados, volta para seu Estado natal para ser secretário da Fazenda, em 1955, no governo de Antônio Balbino. Ainda em novembro de 1954 tem início o esforço coletivo que resultaria nas *Pastas Rosas*. O objetivo da pesquisa era centrado na “transição do velho binômio coronelismo e clientelismo para uma política ideológica e de massas” (Almeida, 1982 *apud* Barbosa, 2017, p. 499).

O planejamento regional pelo qual Rômulo tanto lutou foi recebido com interesse graças a reivindicações regionalistas, a políticas de justiça e solidariedade nacional e a ideias de maximizar o uso dos recursos naturais e

humanos, além da preocupação de prevenir o agravamento dos problemas criados nos grandes centros pelas migrações. A resistência pode ser creditada a um receio quanto aos efeitos negativos sobre o interesse nacional (Fieb, *op. cit.*, p. 260).

As *Pastas Rosas* levaram à Comissão de Planejamento Econômico, que criou o Primeiro Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Plandeb),³⁷ concretizando a preocupação central de Rômulo e, mais uma vez, colocando-o em posição de destaque na história brasileira.

Em 1958 Almeida concorre como vice-governador ao lado de Juracy Magalhães, mas não é eleito. No ano seguinte volta a servir à Bahia, sob Magalhães, que teve sucesso nas eleições. O Plandeb foi derrotado na Assembleia Legislativa, segundo orientação de Magalhães, mas, ainda assim, diversas conquistas foram alcançadas, como o Banco de Fomento do Estado da Bahia (Banfeb) e a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba).

6.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande contribuição de Rômulo Almeida reside em pensar e executar uma política federal para o Nordeste que conseguisse diminuir os desequilíbrios regionais.³⁸ O estudo tanto de suas contribuições quanto de sua trajetória é essencial para continuar vendo a região Nordeste como um terreno em construção, digno de oportunidades e esperança. As desigualdades por Rômulo combatidas não deixaram de existir nas últimas décadas, o planejamento da administração pública continua sendo necessário; é para manter vivas as soluções pensadas no período entre 1930 e 1964 que este trabalho foi produzido.

Em discurso na UFC, em setembro de 1982, Rômulo conclui seu pronunciamento como segue:

³⁷ O Plandeb propôs um modelo de integração ao desenvolvimento do Sudeste como caminho para um desenvolvimento sustentável da Bahia (Spinola, 2009, p. 27).

³⁸ Mascarenhas, José Freitas. Apresentação. In: Fieb (org.). *Rômulo – Desenvolvimento Regional e Industrialização*. Salvador, Bahia: Sistema Fieb, 2013. p. 12.

Ainda hoje, persiste certo autoritarismo acadêmico, agradável a interesses acastelados em nossa sociedade e dominando os meios de comunicação. Mas o pluralismo e a necessária autonomia da universidade hão de quebrar esse círculo de ferro, alargar o conhecimento de nossos recursos e de nossa sociedade e abrir caminhos novos para a ciência libertadora e um futuro de justiça, de paz e alegria de viver! Essa ação comum há de partir, portanto, do compromisso ético com a região, com o povo; com, enfim, a libertação do homem (Fieb, 2013, p. 402).

A “libertação do homem” por meio do estudo, que também traz conhecimento acerca da própria realidade, continua urgente. Depois de mais de uma década seguindo em uma direção, o Brasil hoje encontra-se ameaçado por um obscurantismo, uma rejeição ao conhecimento, um ódio cego. Mais do que nunca, faz-se necessário recuperar e compreender o legado de tantos tecnocratas que montaram o Estado brasileiro.

Para além de um legado material, representado pela Petrobras, pelo BNDES e tantos outros exemplos já citados, é preciso preservar o legado imaterial: o pensamento, os escritos acadêmicos, as entrevistas recheadas de reflexões acerca do país e das pessoas que o fazem. O nacionalismo pregado e praticado por Almeida, baseado em uma genuína preocupação com o que é “nosso”, faz falta e dificulta um desenvolvimento consciente.

Fernando Cardoso Pedrão sintetiza quem Rômulo Almeida foi e a natureza de suas contribuições em frase que ilustra só parcialmente a magnitude do legado:

Foi ele um dos principais representantes de uma geração de nordestinos que chegou a posições estratégicas no governo federal, levando a perspectiva de um nacionalismo carregado de regionalismo, com uma percepção das desigualdades socioculturais [...] (Fieb, *op. cit.*, p. 17).

UMA VISÃO DE ESTUDO PROSOPOGRÁFICO

Patricia Cipriano Barcellos da Silva¹

Daniel Delfino Souza²

Riyuzo Ikeda Júnior³

7.1 INTRODUÇÃO

Os personagens, que são objetos de estudo deste livro, são reconhecidos economistas e que tiveram contribuição na formação e amadurecimento da economia brasileira no período de 1930 a 1964. Este capítulo, porém, trabalha com a concepção das suas respectivas carreiras na administração pública do Brasil e seus esforços na construção do Estado moderno e da burocracia do país no período citado.

Além de suas respectivas origens da região do Nordeste brasileiro, todos eles têm um passado profissional em comum ao terem se firmado à frente de estudos, elaboração e assessoramento na construção de diversos institutos e instituições no período de análise citado.

Entre os diversos organismos e estudos surgidos e aperfeiçoados a partir de Alberto Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Cleantho de Paiva Leite, Jesus Soares Pereira e Rômulo Almeida podem ser citados a Petróleo Brasileiro – Petrobras (1953-atualidade), o Departamento de Administração do Serviço Público – Dasp (1938-1985), o Banco Nacional do Desenvol-

¹ Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ).

² Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ).

³ Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCTIA/UFRRJ).

vimento Econômico – BNDE (1952-atualidade, Banco Central após 1964), Presidência da República, Superintendência da Moeda e do Crédito – Sumoc (1945-atualidade), instituições de fomento ao desenvolvimento regional, partidos políticos e tantos outros.

As contribuições dos atores também se deram no âmbito acadêmico, uma vez que todos tiveram participação na formulação e estruturação de estudos e cursos de Graduação e Pós-Graduação nas diversas áreas da Administração Pública, Economia, Direito, Ciências Sociais e outras. Esses subsídios teóricos foram aplicados por meio de participação dos atores como agentes públicos nos diversos governos do período 1930-1964, sobretudo: Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Assim entendido, este capítulo tem por objetivo fazer um estudo prosopográfico dos personagens mencionados a fim de estabelecer a relação profissional entre eles em órgãos e na construção do Estado brasileiro no período delimitado neste trabalho. Para a primeira parte deste capítulo será realizada uma sucinta explanação sobre a prosopografia e sua importância no desenvolvimento das atividades, conhecimento e consolidação sobre a visão dessas importantes figuras da História do Brasil.

7.2 O ESTUDO PROSOPOGRÁFICO:

Uma Breve Visão Sobre a Metodologia, Conceito e Evolução da Análise do Termo

O estudo prosopográfico surge da questão de se preservar a memória de diversos temas e setores sociais, desde associações humanas a indivíduos. Os primeiros indícios de tal conhecimento parte das décadas de 20 e 30, quando do surgimento de duas escolas que embasaram a prosopografia: as escolas “elitista” e das “massas” (Stone, 2011).

Para Stone (2011) a escola elitista tinha por objeto de estudo das camadas mais abastadas e conhecidas da sociedade ao longo do período histórico da humanidade, como os senadores romanos, parlamentares do Reino Unido, líderes de revoluções, entre tantos outros. Essa linha preserva e aprofunda o conhecimento sobre camadas aristocráticas e da alta sociedade em geral, interligando e associando as mais diversas figuras e

tempos. As “massas” traziam no seu âmago o questionário em torno de uma sociedade mais generalizada ou não, desde que sejam indivíduos ou grupos sociais que não tenham suas vidas e detalhes delas difundidos no meio acadêmico ou universalizado (Stone, 2011).

Ambas as escolas desenvolveram métodos de pesquisa e elaboração das respectivas teorias em torno das camadas e associações sociais e perfis dos indivíduos objetos de estudos. Monteiro (2014), porém, questiona a natureza da prosopografia, ou seja, se se trata de um método ou uma técnica de pesquisa.

Tanto Monteiro (2014) como Stone (2011) entendem que nas Ciências Sociais a prosopografia é método de compreensão e melhor aproveitamento teórico da sociedade. Para historiadores, porém, a partir da década de 60, torna-se visível que a prosopografia é técnica de pesquisa que necessita de outros instrumentais para se alcançar o objetivo de estudo de biografias coletivas (Monteiro, 2014).

Levi (1989) afirma que uma análise sociológica prosopográfica extravasa a investigação de um indivíduo, chegando a questões como a representação máxima de uma sociedade em mudanças, construção da estrutura social. No caso deste trabalho, Alberto Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Cleantho de Paiva Leite, Jesus Soares Pereira e Rômulo Almeida fizeram parte da elaboração e instituição do Estado burocrático moderno do Brasil no período em destaque.

Para Bourdieu (1996), a prosopografia, como elemento de análise para além do indivíduo, proporciona identificar o passado em comum dos sujeitos e como as transformações sociais foram construídas a partir das perspectivas das trajetórias elucidadas dos atores examinados em questão. Nesse ponto conecta-se o esforço conjunto, mesmo em trabalhos individuais que se somaram ao final, no constructo de instituições em prol do desenvolvimento local e regional, sobretudo a Região Nordeste brasileira, a partir das décadas de 30 a 60.

Como método de pesquisa qualitativo (Bulst, 2007), a prosopografia de Alberto Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Cleantho de Paiva Leite, Jesus Soares Pereira e Rômulo Almeida teve por base séries de documentos pessoais e profissionais coletados nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), do Centro Celso Furtado, do BNDES e

de familiares. Além dessas fontes esta obra contou também com a fundamental contribuição de registros diversos nos Estados de origem dos atores. Esse recolhimento de informações para consolidação das biografias teve por base a significativa participação dos bolsistas, pesquisadores e coordenadores⁴ do projeto “Memórias Brasileiras – Biografias”, Edital 13/2015/Capes.⁵

Bulst (2007) explica que Stone (2011), em publicação de versão anterior a esta citada, mas mantendo o conceito original, foi genérico em suas considerações sobre o que é uma prosopografia. Stone (2011) destaca que a prosopografia é

... investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante.

Bulst (2007), porém, afirma que existem inúmeras definições e concepções do termo prosopografia, bem como o que ele significa nos estudos científicos internacionais. Um ponto em comum em todas as definições concentra-se no indivíduo e o que ele representa “... em função da totalidade da qual ele faz parte” (p. 52).

A origem geográfica, a formação acadêmica e o fato de todos os personagens objetos do presente estudo terem encontrado no serviço público um meio de transformação do espaço regional e amadurecimento da administração pública nacional são pontos em comum. O meio político propício à ascensão profissional na carreira pública, a evolução de cada um dos indivíduos em Instituições de Ensino Superior no Brasil e no mundo, além de elevarem seus conhecimentos e contribuições ao Estado, também permeiam cada uma das figuras aqui em foco.

⁴ Diana Lacs Sichel (FGV), Vatusi de Paula Silva (FGV), Gabriela Lopes Sales (Ufpe) e Tieta Tenório de Andrade Bitu (Ufpe).

⁵ Projeto “Peregrinos da Ordem do Desenvolvimento”: Gestores Públicos do Nordeste na Formação do Estado Republicano (1930-1964) – Alberto Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Cleantho de Paiva Leite, Jesus Soares Pereira e Rômulo Almeida.

Como objetos da prosopografia esses “gestores públicos do Nordeste” tiveram suas biografias exploradas e construídas neste período de grandes transformações não somente para o setor público como também para o cenário socioeconômico, cultural e político do Brasil.

Como forma de finalizar essas considerações iniciais sobre esta seção ressalte-se que Bulst (2007), Stone (2011), Monteiro (2014), por exemplo, reconhecem que este método das Ciências Sociais, e técnica para historiadores, possui limitações diversas, incluindo questões teórico-científicas que expliquem e translucidem a prosopografia.

Apesar das limitações que os vários autores citados atribuem à prosopografia, é também amplamente reconhecida sua importância para o mundo acadêmico e para a percepção geral de se ter uma visão mais bem compreendida da história das “elites” intelectuais e lideranças transformadoras da realidade social capazes de deixarem suas contribuições na linha do tempo da História.

O trabalho em torno das biografias coletivas aqui analisadas torna o instrumento prosopográfico importante para a estruturação do trabalho em torno das contribuições dessas figuras para a administração pública brasileira.

A delimitação de cada personagem, todos de origem do Nordeste brasileiro, trabalhadores das administrações públicas de seus respectivos Estados, é definida por forte atuação no governo federal na composição e organização de ideais voltadas ao desenvolvimento nas suas mais diversas formas e camadas geográficas. Os contrastes sociais, cenários de carência de políticas públicas, historicidade de problemas estruturais da região Nordeste influenciaram nas carreiras dos atores aqui analisados. Esses pontos em comum resultaram na possibilidade da construção das biografias coletivas sob o manto da prosopografia (Ferrari, 2010; Tenório; Wanderley, 2018).

Outro ponto diz respeito ao fato de todos os atores serem reconhecidos colaboradores nos campos das Ciências Econômicas e Jurídicas, mas pouco reconhecidos como administradores públicos. Além de uma construção biográfica, a prosopografia levou esta pesquisa à elucidação de questões sobre o desenvolvimento acadêmico de todos na área administrativa pública, como foi o caso de Celso Furtado e Guerreiro Ramos, professores

da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebp) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no período citado (Ferrari, 2010; Tenório; Wanderley, 2018; Bauer; Faria; Wanderley, 2018).

7.3 ANÁLISE GRÁFICA

De acordo com o Gráfico 1 é possível perceber onde cada personagem atuou e em qual contexto se encontraram ao longo de suas trajetórias. A primeira parte do gráfico de análise prosopográfica inicia-se por Jesus Soares Pereira, que permaneceu no Ministério da Agricultura de 1931 a 1934 e na secretaria de Estado da Agricultura de 1934 até 1937, logo após atuou no Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) de 1937 até 1945.

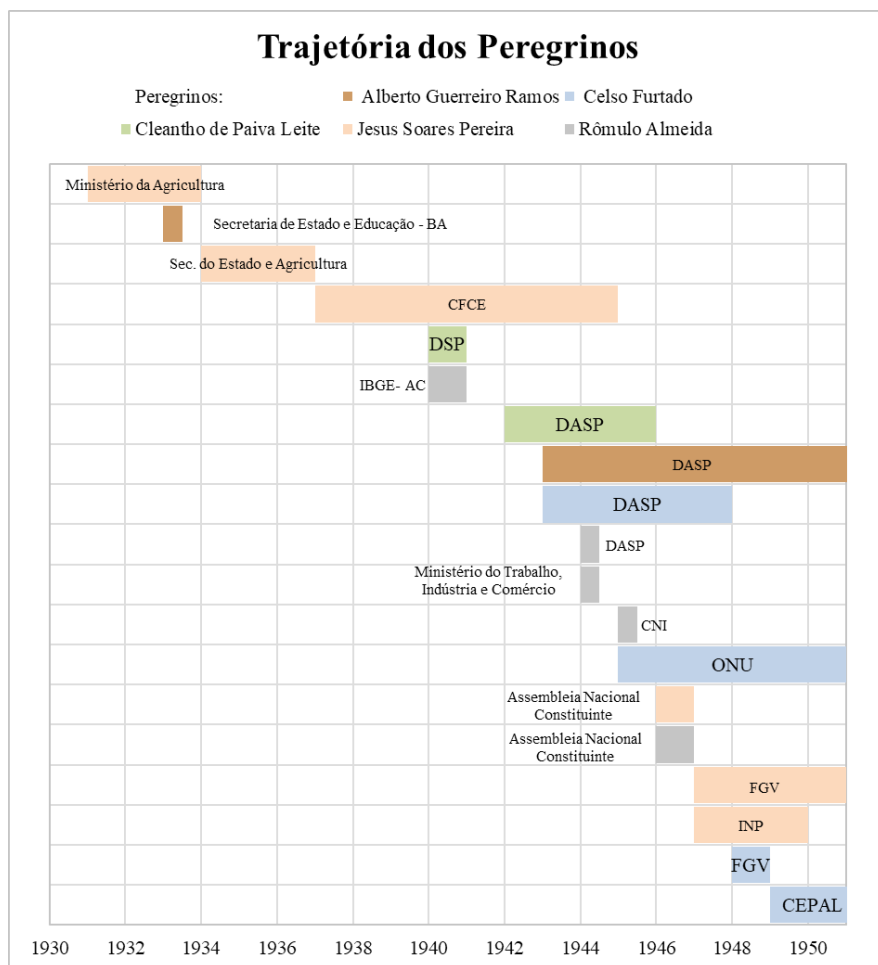
Jesus também teve sua passagem marcada pela Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 a 1947, no Centro de Análise da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas 1947 a 1951 e pelo Instituto Nacional do Pinho (INP) de 1947 a 1950.

Alberto Guerreiro Ramos é o próximo peregrino a ser analisado. Ele trabalhou como assistente na Secretaria de Estado e Educação da Bahia em 1933 e dez anos após foi técnico de administração no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Também trabalharam no Dasp Cleantho de Paiva Leite (que um ano antes já fazia parte do Departamento de Serviço Público – DSP – como 1º secretário), Celso Furtado e Rômulo Almeida, onde estiveram no período compreendido entre 1942 e 1948, levando em conta a permanência de cada um de acordo com o gráfico de análise.

Guerreiro foi um dos professores fundadores da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebp, atual Ebape) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1952 e também professor de Sociologia na instituição em 1955.

A próxima trajetória mencionada é a de Rômulo Almeida, que fez parte do IBGE – Departamento de Geografia e Estatística do Acre de 1940 a 1941 – e Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI) entres os anos de 1944 e 1945. Rômulo também fez parte da Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Nacional Constituinte entre 1946 e 1947.

Gráfico 1 – Trajetória dos Peregrinos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A continuação da prosopografia, inicia-se pela passagem de Celso Furtado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), na qual contribuiu no período entre 1949 e 1957. Cleantho de Paiva Leite fez parte também dessa Comissão em 1954.

Em seguida, a análise aponta para a Assessoria Econômica da Presidência da República de 1951 a 1954, do então presidente Getúlio Vargas, onde Rômulo Almeida esteve também com Jesus Soares Pereira e Cleantho de Paiva Leite durante o mesmo período.

Rômulo também participou da criação da Capes e da Comissão Mista Brasil/Estados Unidos (CMBEU); nesta última Cleantho também participou, ambos em 1951.

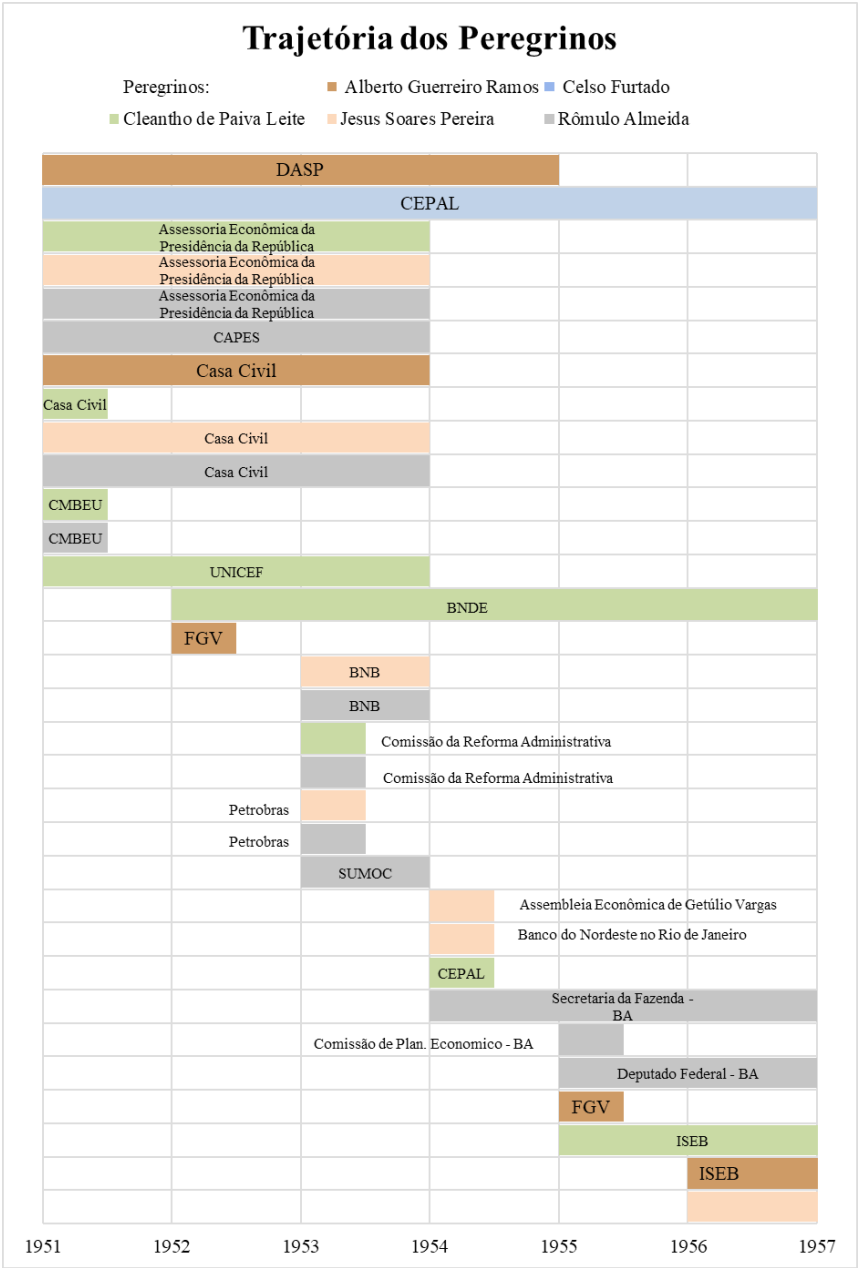
Em 1953 Rômulo participou da comissão da reforma administrativa e da criação da Petrobras, juntamente com Cleantho. Cabe ressaltar que Jesus Soares Pereira também participou da criação da Petrobras. Neste mesmo ano Rômulo fez parte da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e atuou no Banco do Nordeste (BNB). Jesus Soares foi presidente do BNB nessa época.

No período de 1954 e 1957, Rômulo trabalhou na Secretaria da Fazenda da Bahia. Em 1955 integrou a comissão de planejamento econômico do Estado – BA – e também foi deputado federal pela Bahia, permanecendo no cargo até 1957. Também em 1957 Rômulo foi vice-presidente da Rede Ferroviária Federal.

O próximo personagem da análise é Cleantho de Paiva Leite, que além de todos os lugares de atuação já mencionados, também foi assessor da Casa Civil no ano de 1951, no mesmo período em que Guerreiro, Jesus e Rômulo também fizeram parte. Ele igualmente foi representante do Brasil na Unicef de 1951 até 1954. Cleantho passou pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) entre 1952 e 1962 e neste mesmo órgão Celso Furtado atuou a partir de 1958. Cleantho passou também pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) de 1955 a 1958, praticamente no mesmo período que Guerreiro Ramos, entre 1956 e 1959.

Retomando a análise da trajetória de Jesus Soares Pereira, em 1954 ele participou da Assembleia Econômica de Getúlio Vargas e foi representante do Banco do Nordeste no Rio de Janeiro. Em 1956 foi assessor no Ministério da Viação e Obras Públicas, participando do Conselho Nacional do Petróleo até o ano de 1959. E no período de 1962 até 1964 foi diretor de vendas na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Gráfico 2 – Trajetória dos Peregrinos



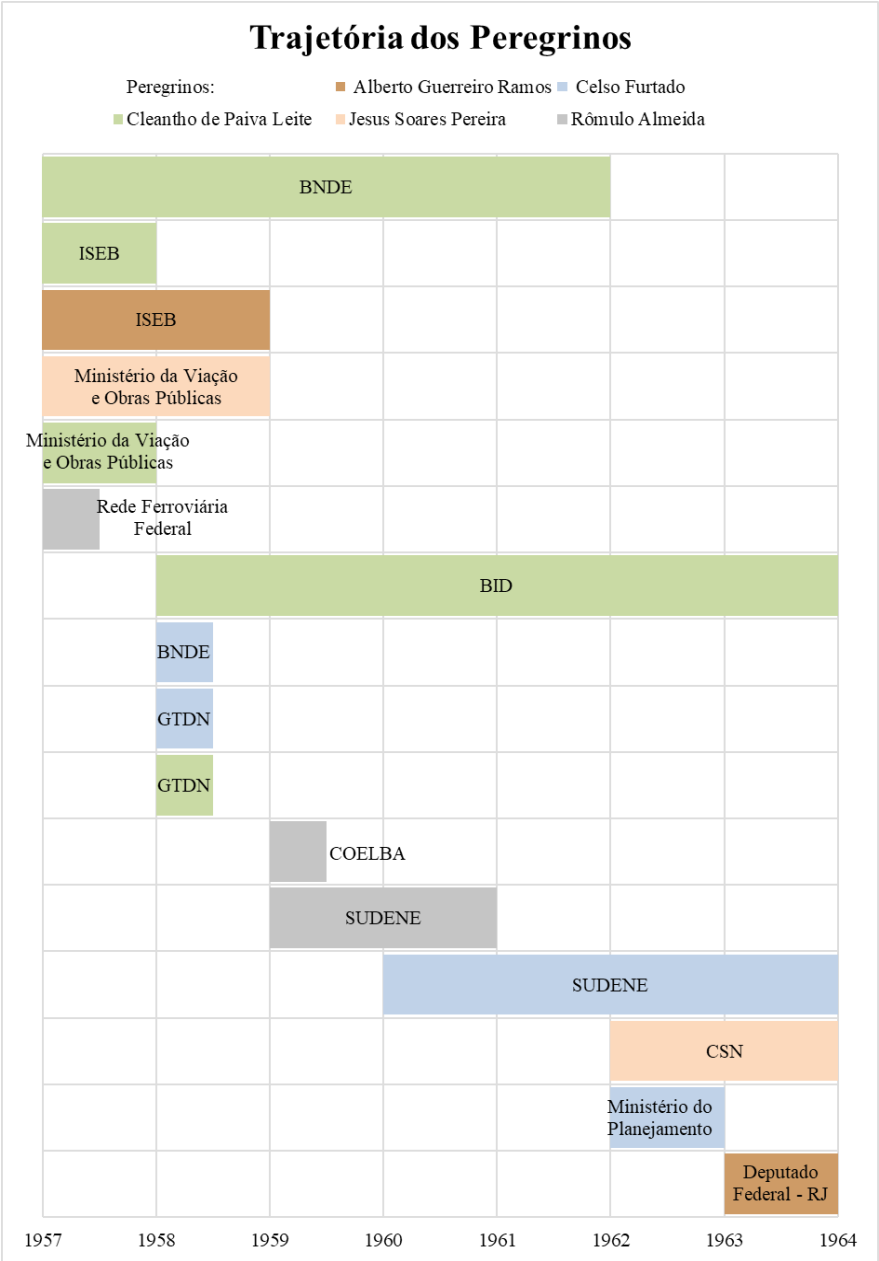
Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A última parte do gráfico continua com a trajetória de Cleantho de Paiva Leite, que foi chefe de gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas entre 1957 e 1958. De 1958 até 1964 fez parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estando no cargo de diretor executivo de 1960 até 1964.

Rômulo Almeida também é mencionado na última parte da análise. Em 1959 atuou como secretário de Economia e participou da elaboração do projeto da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba); também participou da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), onde Celso Furtado também atuou em 1960 até 1964.

Por fim, Celso Furtado, também já mencionado anteriormente na análise, fez parte do Conselho de Tutela da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1945 a 1951 e trabalhou na Fundação Getúlio Vargas em 1948. Em 1958 foi integrante do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cargo também ocupado por Cleantho. Já em 1962 fez parte do Ministério do Planejamento.

Gráfico 3 – Trajetória dos Peregrinos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

BIOGRAFIAS FUNCIONAIS

Diana Lacs Sichel¹
Vatusi de Paula Silva²

8.1 ALBERTO GUERREIRO RAMOS

A presente biografia pretende abordar a trajetória profissional do administrador público Alberto Guerreiro Ramos com o enfoque no contexto histórico que o projeto traça, de 1930 a 1964. Esse recorte foi escolhido pelo fato de que é considerado um importante período de composição da estrutura administrativa do Brasil.

Alberto Guerreiro Ramos nasceu no dia 13 de setembro de 1915 em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, em uma família de classe média baixa, filho de Vitor Juvenal Ramos e de Romana Guerreiro Ramos.

Já na adolescência (entre os 14 e 16 anos) foi professor particular de Matemática de filhos da elite intelectual baiana. Em 1933, aos 17 anos, aderiu ao movimento integralista, que logo depois abandonou. Foi nomeado assistente na Secretaria de Estado de Educação da Bahia.

Em 1939, com apenas 24 anos, recebeu uma bolsa de estudos do governo do Estado da Bahia e, com esse auxílio, foi para o Rio de Janeiro (na época Distrito Federal) estudar Filosofia, mas acabou se formando em Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), em 1942. Por se mostrar excelente aluno ao longo da Graduação, assim que se formou foi convidado a suceder dois professores na mesma faculdade, embora não tenha sido nomeado porque suspeitavam de que estivesse envolvido com

¹ Bacharel em Ciências Sociais e graduanda em História pela Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

² Mestranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGCIS/PUC-Rio) e em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/Uerj).

as ideias integralistas, e, com o contexto da época, o afastaram. Além do Bacharelado citado, cursou Direito na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, na qual foi diplomado em 1943.

É importante ressaltar que, já nessa época, havia publicado o primeiro livro, de poemas: *O drama de ser dois*. Em suas palavras: “[...] o livro realmente revela toda a minha história. *O drama de ser dois* é um livro em que confesso o meu desconforto permanente com o mundo secular” (Oliveira, 1995, p. 134).

Ao longo de sua vida teve formação católica, o que lhe deu embasamento teórico para fundar o Centro de Cultura Católica da Bahia. O Centro tinha como objetivo primordial a publicação de artigos e a apresentação de palestras.

Em 1943, após concurso público, foi nomeado técnico de administração do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Enquanto exercia essa função, também escrevia textos para a *Revista do Serviço Público*, na qual era responsável por analisar projetos de organização de departamentos (como o de Agricultura e Penitenciária), além de fazer recrutamento para o governo federal.

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), Alberto Guerreiro Ramos trabalhou na Secretaria da Casa Civil junto a Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira e Inácio Rangel. Seu cargo demandava a elaboração de projetos e a redação de discursos para o presidente da República. Além de assessorar Vargas, Guerreiro Ramos participou do “Grupo de Itatiaia”, formado por intelectuais nacionalistas e que depois daria origem ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), no qual atuou como diretor do Departamento de Sociologia de 1955 a 1958.

Em 1952 foi um dos professores fundadores da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap, atual Ebape) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Por ter visitado a República Popular da China, escreveu sobre este país e a União Soviética, durante o ano de 1961, no periódico *O Jornal*.

É também autor de inúmeros livros, como: *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957); *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica* (1958); *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963), além de artigos acadêmicos.

Em 1960 filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, pela legenda da Aliança Socialista Trabalhista (constituída pelo PTB e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB)), candidatou-se a deputado federal pelo Estado da Guanabara, em 1962. Entrou para a Câmara dos Deputados como suplente de Leonel Brizola em agosto de 1963, onde permaneceu até o Golpe Militar de 1964. Com a sua cassação por meio do Ato Institucional I (AI-1), a conjuntura política do país o obrigou a se mudar para Los Angeles, nos Estados Unidos, em 1966.

Faleceu em Los Angeles em abril de 1982, aos 67 anos, vítima de câncer. Deixou esposa, Clélia Guerreiro Ramos, e os dois filhos que tiveram juntos.

8.2 CELSO FURTADO

A presente biografia pretende traçar a trajetória profissional do administrador público Celso Furtado com o enfoque no contexto histórico que o projeto abrange, de 1930 a 1964. Esse recorte foi escolhido pela razão de que é considerado um importante período de composição da estrutura administrativa do Brasil.

Celso Monteiro Furtado nasceu em 26 de julho de 1920 na cidade de Pombal, na Paraíba, filho de Maurício Medeiros Furtado e Maria Alice Monteiro Furtado. Em 1927 foi para a capital do Estado, João Pessoa, onde começou a escola secundária no Lyceu Paraibano, finalizando-a em Recife. Em 1939, aos 19 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde aos 20 anos começou a cursar a Faculdade Nacional de Direito.³ Nesse período deu início a sua carreira profissional na *Revista da Semana*. Em 1943 passou no concurso do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), assumindo a função de assistente de organização e depois de técnico de administração, tendo passado em primeiro lugar nos concursos para ambas as funções.

Em 1944 entrou para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), um ambiente militar na cidade do Rio de Janeiro. Como aluno do CPOR, pôde publicar seus dois primeiros artigos na revista do Dasp, *Revista*

³ Atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

do Serviço Público. Naquele ano formou-se na Faculdade de Direito e foi convocado pela Força Expedicionária Brasileira (FEB). Em 1945 lutou nas trincheiras da Itália, mas foi ferido e voltou no final do ano ao Brasil, retomando a sua função no Dasp, onde ficou até 1946.

Aos 26 anos ganhou o prêmio Franklin Delano Roosevelt pelo ensaio *Trajatória da democracia na América Latina*, via prova elaborada pelo Instituto Brasil-Estados Unidos (Ibeu). Nessa época publicou seu primeiro livro, *De Nápoles a Paris – contos da vida expedicionária*. Em dezembro de 1946 mudou-se para Paris, na França, a fim de cursar o Doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Sorbonne. No ano seguinte foi para a Inglaterra fazer um semestre do curso na London School of Economics (LSE). Em 1948 finalizou o Doutorado em Economia e voltou ao Brasil.

Em agosto de 1948 foi trabalhar na Fundação Getúlio Vargas (FGV) junto a outros economistas, como Richard Lewinsohn, que colaborou para que ele apreendesse métodos quantitativos e aguçasse seu fascínio sobre o Brasil.

Em 1949 foi para Santiago, no Chile, para colaborar com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), entidade da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse ambiente veio a ser conhecido como uma das principais escolas de pensamento econômico sobre países periféricos. Aos 30 anos Celso Furtado foi designado diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal, permanecendo à frente do setor até 1957.

No exercício dessa função, em 1953, retornou ao Rio de Janeiro para conduzir estudos, com outros intelectuais, em conjunto com a Cepal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Desse trabalho resultou uma análise da economia brasileira e um projeto de planejamento para os anos seguintes que viria a ser utilizado pelo presidente Juscelino Kubitschek no Plano de Metas.

Entre 1955 e 1956 retornou ao Chile, mudando-se em seguida para a Cidade do México. Em 1957 foi para o King's College da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, para cursar um ano de sua Pós-Graduação. Ao longo desse período participou de seminários e redigiu o livro *Formação Econômica do Brasil*, lançado apenas em 1959.

Em 1958 regressou ao Brasil antes de voltar a Santiago. Nesse período, Cleantho de Paiva Leite (diretor do BNDE à época) o convidou para compor a diretoria do banco. O convite foi aceito, desde que pudesse trabalhar com temas sobre a Região Nordeste. No mesmo ano o presidente Juscelino Kubitschek o nomeou integrante do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), fundado em 1956 com o propósito de estudar a questão econômica da região.

No ano seguinte, 1959, foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), que permitiu a fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1960, e Celso Furtado, seu idealizador, tornou-se seu primeiro dirigente, tendo inclusive sido enviado a Recife pelo BNDE para ajudar na criação do novo órgão.

Em 1961 João Goulart assumiu a Presidência após a renúncia de Jânio Quadros. No novo governo, Celso Furtado foi nomeado, no final de 1962, ministro extraordinário a fim de pensar um novo plano econômico. Ele então elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que garantiu a Goulart a vitória no plebiscito. Goulart então convidou Celso Furtado a se tornar o primeiro ministro do Planejamento para executar o Plano, contudo o governo já não dispunha de apoio político para executar o projeto que, assim, não teve o sucesso esperado. Em meados de 1963 Goulart fez uma reforma ministerial e nomeou um novo dirigente para o cargo de Celso Furtado, que retornou à chefia da Sudene no Recife.

Em 1º de abril de 1964 os militares tomaram o poder, obrigando muitos políticos e integrantes de movimentos sociais e culturais a se afastarem dos seus cargos e a sair do país. O nome de Celso Furtado estava na lista de cassados, e ele deixou o cargo na Sudene e foi para Santiago, convidado por um órgão ligado à Cepal. Poucos meses depois, em setembro, mudou-se para os Estados Unidos, onde se tornou pesquisador do Instituto de Estudos e Desenvolvimento da Universidade Yale ao longo de um ano. Em 1966 foi para a Universidade de Sorbonne, na qual lecionou por 20 anos. Nesse período participou de inúmeros congressos e realizou pesquisas em colaboração com grandes universidades.

Até o seu falecimento, em 2004, Celso Furtado se dedicou aos estudos e ministrou inúmeras palestras e seminários pelo Brasil.

8.3 CLEANTHO DE PAIVA LEITE

A presente biografia pretende apresentar a trajetória profissional do administrador público Cleantho de Paiva Leite com o enfoque no contexto histórico que o projeto compreende, de 1930 a 1964. Esse recorte foi escolhido porque é considerado um importante período de composição da estrutura administrativa do Brasil.

Cleantho de Paiva Leite nasceu na cidade da Paraíba (atual João Pessoa) em 24 de março de 1921, sendo o primeiro de cinco filhos. Seus pais eram professores primários e pertenciam à classe média local. Devido a esse contexto davam importância aos estudos e, conseqüentemente, havia uma ambição intelectual na família.

Paiva Leite teve uma vasta formação. Sua educação secundária ocorreu na escola pública, Lyceu Paraibano, onde estudou de 1931 até 1935. Seu pai faleceu em 1933, quando ele tinha apenas 12 anos.

Ele teve o primeiro contato com o marxismo no Lyceu Paraibano, onde havia inúmeros debates ideológicos entre integralistas e socialistas. Ainda jovem, por volta dos 14 anos, começou a ler clássicos da literatura brasileira e do mundo acadêmico, como Euclides da Cunha, Karl Marx e Friedrich Engels.

Aos 15 anos, em 1936, foi morar em Recife, onde cursou o Ensino Médio no Ginásio Pernambucano. Ingressou na Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Pernambuco, em 1937, e a concluiu em 1942. Por questões financeiras, trabalhou durante o curso e a faculdade no *Diário de Pernambuco*. Nesse jornal conviveu com grandes intelectuais, como Aníbal Fernandes, e conseguiu tornar-se repórter a bordo, o que influenciou o futuro de sua carreira, pois o cargo proporcionou uma melhora substancial em seu francês, uma vez que muitas entrevistas eram nesse idioma.

Em 1940 retornou para João Pessoa, onde permaneceu até 1941, sendo nomeado bibliotecário da Biblioteca Pública da Paraíba. Nesse ambiente começou a ler a *Revista de Serviço Público* do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Por sua familiaridade com o tema, quando o Departamento de Serviço Público (DSP, ou *daspinho*) foi criado no Estado da Paraíba, ele se tornou primeiro-secretário.

Como inicialmente o Dasp do Rio de Janeiro esteve presente no DSP para dar o apoio necessário, Paiva Leite conheceu Isnard Garcia de Freitas, na época técnico de administração do Dasp, que o incentivou a prestar concurso para o órgão no Rio de Janeiro. Ele fez a prova para assessor de organização e métodos e, embora tenha passado em segundo lugar na prova teórica, foi reprovado no exame médico. Entrou então com um recurso, operou os olhos e, em seguida, pôde assumir a vaga.

Cleantho de Paiva Leite tinha um interesse por organização racional do trabalho.⁴ Segundo ele, “[...] o Dasp representava um papel importante no processo de organização da administração pública brasileira”.⁵ Já nessa época ele se autodenominava “tecnocrata”.

Em 1943, enquanto estudava para prestar concurso dentro do próprio Dasp a um posto mais elevado, como técnico de administração, foi convocado ao serviço militar. Durante o serviço aproveitou para escrever suas teses para a prova que iria prestar.

Em maio de 1944 viajou ao Paraguai, a fim de prestar a ajuda solicitada pelo governo paraguaio na “assistência técnica para organização da administração pública das finanças”,⁶ e se tornou, assim, assistente do ministro das Finanças. No ano seguinte voltou a ser técnico do Dasp, mas não se envolveu com política, embora tenha sido convidado a participar da União Democrática Nacional (UDN).

Nesse período, o Dasp recebeu uma oferta do Conselho Britânico para especializar profissionais brasileiros na Inglaterra. Cleantho de Paiva Leite, então, criou um “plano de estudos sobre administração”, que foi apresentado ao Dasp como requisito para participar do programa. Em setembro de 1945 descobriu que havia sido selecionado e começou a estudar “administração colonial”. Paiva Leite desembarcou na Inglaterra em 5 de novembro de 1945.

Em janeiro de 1946 foi chamado para representar o Brasil no Departamento de “Territórios Não Autônomos” da Organização das Nações Unidas (ONU), pelo embaixador Freitas Vale (na época, delegado, além de

⁴ Ideia que presume uma maior efetividade do trabalho.

⁵ Fala retirada de sua entrevista realizada no CPDOC.

⁶ Retirada de sua entrevista realizada no CPDOC.

membro da Assembleia Geral da ONU). Como a fundação da organização tinha ocorrido no ano anterior (1945), ela ainda não possuía sede fixa, e Paiva Leite deixou Londres e viajou para Nova York, onde ocupou o cargo de “*political affairs officer*”, que seria permanente. Com essa mudança de cidade em março-abril de 1946, ele pediu licença do Dasp e permaneceu nos Estados Unidos como “funcionário internacional” até janeiro de 1951. Nesse mesmo ano tornou-se representante do Brasil no Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e regressou ao Brasil, pois queria estar envolvido com a própria nação.

Quando chegou ao Brasil dirigiu-se direto ao Rio de Janeiro, assumindo o cargo de assessor da Casa Civil. Na mesma época participou com Rômulo de Almeida, Inácio Rangel, Jesus Soares Pereira e João Neiva de Figueiredo da equipe da Assessoria Econômica da Presidência da República. No ano seguinte (1952) foi nomeado oficial de gabinete, e começou a despachar diretamente com o presidente Getúlio Vargas.

Paiva Leite participou da formação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A ideia era criar uma “infraestrutura que servisse ao esforço de desenvolvimento econômico do governo Vargas”⁷ por meio de um programa de reaparelhamento com a ajuda dos Estados Unidos. Assim, surgiu a Comissão Mista, em que técnicos dos dois países criaram projetos para a estrutura da administração brasileira. Em julho de 1952 Vargas o nomeou como primeiro membro do Conselho do BNDE. No ano seguinte ele já havia se tornado diretor, cargo que ocupou por quatro anos, tendo ficado dez no BNDE.

No final de julho de 1954 foi convidado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) a fazer parte de uma comissão em Santiago, no Chile, com o objetivo de “[...] preparar um relatório sobre problemas de desenvolvimento econômico na América Latina”.⁸ Getúlio Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954, enquanto Paiva Leite estava nessa comissão. Quando Cleantho retornou ao Brasil voltou a ser diretor do BNDE.

⁷ Retirada de sua entrevista realizada no CPDOC.

⁸ Retirada de sua entrevista realizada no CPDOC.

Em 1956 foi convidado para ser chefe de gabinete do ministro de Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Permaneceu no cargo por dois anos e meio. Em 1958 voltou ao BNDE para o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), na mesma época em que Celso Furtado retornou ao Brasil e assumiu uma diretoria do banco voltada para o Nordeste criada a partir do GTDN.

Cleantho de Paiva Leite tornou-se representante brasileiro no Congresso internacional no qual ocorreu a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Quatro anos depois tornou-se diretor do BID, onde permaneceu até dezembro de 1964, quando abdicou do cargo.

Durante a sua trajetória de vida esteve casado com Maria Cecília de Freitas, com quem teve três filhos. Faleceu em 1992, aos 71 anos.

8.4 JESUS SOARES PEREIRA

A presente biografia pretende visa a traçar a trajetória profissional do administrador público Jesus Soares Pereira com o enfoque no contexto histórico que o projeto abarca, de 1930 a 1964. Esse recorte foi escolhido porque é considerado um importante período de composição da estrutura administrativa do Brasil.

Jesus Soares Pereira nasceu em 6 de maio de 1910, em Assaré (CE), filho de Felismino Pereira, telegrafista, e de Maria Isabel Soares, professora primária. Jesus não teve educação primária formal, mas nasceu em uma família de tradição cristã que sempre o incentivou à leitura sobre Filosofia. Aos 6 anos de idade já era capaz de ler.

Por conta do emprego do pai, vivia viajando e mudando de cidade no Estado do Ceará. Em uma dessas mudanças Jesus foi morar em Arraial (hoje conhecida como Uruburetama) e sofreu com uma grande seca em 1919. Esse episódio o marcou tanto que ele começou a se dedicar a estudar a literatura regional que abordava o tema da seca.⁹

⁹ “Cenas que me marcaram profundamente a alma. Tinha-a sempre a sangrar quando mergulhei depois, deslumbrado e dolorido, na literatura regional das secas, travando conhecimento com a obra de Antônio Sales, Gustavo Barroso, Domingos Olímpio, Rodolfo Teófilo, Raquel de Queirós, José Américo de Almeida” (Pereira, 1988, p. 29).

Em 1923 mudou-se para Fortaleza, onde aos 12 anos de idade foi inscrito em uma escola formal. No ano seguinte retornou ao sertão e retomou os estudos sozinho. Em junho de 1925 voltou a Fortaleza com o irmão e conseguiu um trabalho como telegrafista, obtendo, assim, dinheiro para pagar os estudos. Durante esses anos de aprendizado Jesus Soares aderiu aos ideais positivistas.

Em 1931 foi para o Rio de Janeiro prestar o vestibular para a então Escola Politécnica – atual Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – mas, por falta de condições financeiras, não pôde fazer a avaliação. No mesmo ano, devido a sua ligação com as ideias positivistas, conheceu Mário Barbosa Carneiro.¹⁰ Esse vínculo contribuiu para que Jesus fosse nomeado a um cargo na diretoria-geral de contabilidade do Ministério da Agricultura, e, assim, começasse sua jornada na área pública.

Já no início de 1933 foi encaminhado para o Departamento Nacional de Produção Mineral, no qual ficou encarregado da análise geológica para o Ministério da Agricultura. No ano seguinte prestou concurso e passou para a Secretaria de Agricultura do Estado.

Durante o Estado Novo Jesus Soares Pereira (um nacionalista que acreditava em um Estado presente nos empreendimentos básicos da economia) foi convidado para o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), que havia se tornado um órgão deliberativo e passava por uma ampliação do corpo técnico. Nesse período elaborou um plano para a política energética que previa a introdução de usinas estatais para a exploração da energia elétrica. Trabalhou nesse órgão até o fim do Estado Novo, em 1945.

Autodidata em Economia, tendo participado do 1º Congresso da área em 1943, formou-se em Ciências Sociais (1945) pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ.

Já em 1946 foi chamado para assessorar a Assembleia Nacional Constituinte e empenhou-se nos estudos sobre transportes, elaborando projetos com a Rede Ferroviária Federal. Foi nesse período que atuou pela primeira vez com Rômulo de Almeida.

¹⁰ Mário Barbosa Carneiro era, em 1931, diretor-geral do Setor de Administração do Ministério da Agricultura.

O Centro de Análise da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV) o chamou para trabalhar em 1947.

Então Jesus Soares foi nomeado diretor da Divisão de Estudos de Economia Florestal, órgão ligado ao Instituto Nacional do Pinho (INP). Ali realizou um estudo sobre recursos florestais em solo brasileiro, trabalhando no Instituto até 1950. Nesse mesmo ano foi chamado para trabalhar na Embaixada brasileira em Buenos Aires, na Argentina, com o objetivo de procurar uma solução para os problemas relacionados à exportação de madeiras nacionais para aquele país.

No ano seguinte participou da Assessoria Econômica da Presidência da República, afastando-se assim dos empregos anteriores. Na época a Assessoria era dirigida por Rômulo Almeida e, nesse ambiente, Jesus Soares tornou-se o pesquisador mais notável em estudos sobre política energética, ocupando-se do 1º Plano do Carvão Nacional. Em 1951 estabeleceu a política do governo para o petróleo, o que permitiu que a Petrobras fosse criada em 1953, ano em que foi convocado para a presidência do Banco do Nordeste do Brasil. Jesus substituiu Rômulo no cargo de chefe da Assembleia Econômica de Getúlio Vargas. Nesse período elaborou o 1º Plano Nacional de Eletrificação.

Com o suicídio de Vargas em 1954, Jesus Soares Pereira renunciou ao cargo de confiança e voltou para o Ministério da Agricultura, onde ficou por um curto período, pois logo se tornou representante do Banco do Nordeste no Rio de Janeiro, prestando assessoria aos governos estaduais dedicados a discutir questões de natureza energética.

Já em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, Jesus Soares foi chamado pelo ministro Lucio Meira para coordenar a Assessoria Técnica do Ministério da Viação e Obras Públicas. Logo depois tornou-se representante desse Ministério no Conselho Nacional do Petróleo (CNP), no qual atuou até 1959.

Em 1962, no governo de João Goulart, foi convidado para ocupar o cargo de diretor de vendas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Jesus alterou a política de preços do aço para adaptá-lo aos custos de produção da época, além de ter elaborado um plano que incluía a Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas) e a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa).

Com o golpe militar em 1964 esses projetos tiveram de ser deixados de lado, pois Jesus perdeu o cargo, figurando na lista dos cem primeiros cidadãos que tiveram os direitos políticos cassados com o Ato Institucional nº 1 (AI-1). Assim, teve de fugir para Santiago, no Chile, onde se tornou dirigente do Departamento de Recursos Naturais e Energia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) até 1968. Em 1969 retornou ao Brasil.

Em 1935 casou-se com Orlanda Soares, com quem teve uma filha. Faleceu em 8 de dezembro de 1974, em Petrópolis (RJ).

Em sua homenagem há uma escola municipal com seu nome em Campo Grande, no Rio de Janeiro, além de uma usina termelétrica da Petrobras.

8.5 RÔMULO BARRETO ALMEIDA

A presente biografia pretende expor a trajetória profissional do administrador público Rômulo Barreto Almeida com o enfoque no contexto histórico que o projeto traça, de 1930 a 1964. Esse recorte foi escolhido pelo fato de que é considerado um importante período de composição da estrutura administrativa do Brasil.

Rômulo Barreto de Almeida nasceu no dia 18 de agosto de 1914, em Salvador, Bahia, mas foi registrado no município de Santo Antônio de Jesus, filho de Almerinda Barreto de Almeida e de Eduardo Sousa Almeida. No primeiro ano do ginásio, ao descobrir por meio de um professor o que significava o “de”,¹¹ retirou a preposição de seu nome, tornando-se apenas Rômulo Almeida.

Foi para Salvador em 1925, aos 11 anos, com o intuito de cursar o ginásio, com duração de seis anos. No último ano da escola, 1930, ele já estava matriculado na Faculdade de Direito.

¹¹ “Meu nome era Rômulo Barreto de Almeida. Mas no primeiro ano de ginásio o professor disse que esse negócio de ‘de’ era coisa de aristocracia. Então, como eu era democrata, já era revoltoso, tirei o ‘de’ do meu nome.” Retirado de uma entrevista realizada no CPDOC (1988).

Entrou, em 1930, na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, para o curso de Ciências Sociais e, por conta de questões financeiras, só pôde acompanhar algumas aulas, uma delas de Sociologia. No mesmo período participou da Aliança Nacional libertadora (ANL), que lhe proporcionou contato com outras ideologias. Nesse ambiente, teve a oportunidade de conhecer Alberto Guerreiro Ramos, entre outros nomes conhecidos na academia da época. Esse círculo o influenciou a se inscrever no integralismo dentro da vertente sindicalista. Essa corrente era chamada de *Boitató* e tinha uma linhagem nacionalista e sindical ligada a influências da Semana de Arte Moderna (1922), e era formada por intelectuais, mais estruturada e com mais contato com as massas. Ele permaneceu filiado por dois anos e saiu por questões de inquietação.

Voltou para o Rio de Janeiro, em 1940, com o objetivo de entender o Brasil, frequentando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para estudar e sendo convidado a trabalhar como diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Acre em 1941, apesar de estar condenado e não poder ocupar serviço público por dez anos. Passou um ano e meio exercendo a função e depois retornou ao Rio de Janeiro, onde trabalhou no escritório de advocacia de San Tiago Dantas. Nesse período também foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, onde ficou de 1942 até 1943.

Em 1944 Rômulo Almeida prestou concurso para economista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, aprovado, abandonou o cargo no escritório de advocacia. Trabalhou junto com Marcondes Filho,¹² o que proporcionou sua ida à Conferência Internacional das Câmaras de Comércio de Nova York como um observador do governo brasileiro.

Em 1945 participou da União Democrática Nacional (UDN) em sua criação. Ele acreditava que a UDN era uma frente democrática com o objetivo de criar uma sociedade. Nesse mesmo ano foi convidado a participar do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

¹² Marcondes Filho, São Paulo, 1982-1974. Era formado em Direito, porém seguiu o campo político.

Em 1946, durante a Constituinte, trabalhou na Comissão de Investição Econômica e Social do Rio São Francisco, além de ter feito assessoria, junto com Jesus Soares Pereira, à Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Nacional Constituinte. Entre 1948 e 1949 participou de inúmeras subcomissões da Missão Abbink, Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos.

Filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1950. Foi convidado para integrar o gabinete de Getúlio Vargas em 1951, tornando-se chefe da Assessoria Econômica, para a qual convidou Jesus Soares Pereira. Em 1953 tornou-se consultor econômico da Sumoc, Superintendência da Moeda e do Crédito, chegando à presidência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no segundo semestre desse mesmo ano, quando Soares Pereira o substituiu. Demitiu-se do BNB em 24 de agosto de 1954, com o suicídio de Vargas.

Também em 1954, concorreu à Câmara Federal, e foi eleito pelo Estado da Bahia pelo PTB. Seu mandato iniciou-se em 1955 e em 1957 foi designado vice-presidente da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). De 1957 a 1959 remodelou o Instituto de Economia e Finanças da Bahia e, assim, em 1959, tornou-se secretário para assuntos do Nordeste, representando o Estado na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Logo após, foi nomeado secretário de Economia e, nesse contexto, elaborou o projeto da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba).

Apesar dessa sua formação, ocupou-se com a economia e publicou vários artigos nesse mesmo campo.

Quem o acompanhou ao longo de sua trajetória foi Francisca Aguiar Almeida, com quem era casado e teve três filhos.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.
- ABREU, A. A. *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*. 1975. Thèse pour le Doctorat de 3e Cycle. Université René-Descartes, Paris V, 1975.
- ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- AGUIAR, R. F. Celso Furtado e o BNDES. In: FURTADO, C. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012.
- ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. Uma escola norte-americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, v. 54, n. 2, p. 154-169, 2014.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. “Os gabinetes presidencialistas”. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/1/#search/projeto+LXphbRLrghxkrJnTNFcqTKfdVShMCSrmVBGgZSISmSq>. Acesso em: 7 fev. 2019.
- ALMEIDA, R. *O Nordeste no segundo governo Vargas*: depoimento. Brasília: Ministério do Interior; Banco do Nordeste do Brasil, 1985.
- ALMEIDA, Rômulo Barreto. *Entrevista para o CPDOC*. Entrevistadores: Plínio de Abreu Ramos, Maria Celina Soares D'Araújo e Maria Ana Quaglino. 8 fitas cassetes sonoras. Depoimento concedido para o Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) e Serviço de Comunicação Social da Petrobras (SERCOM/Petrobras). Rio de Janeiro, 1988. 199p.
- ALMEIDA, Rômulo Barreto. *Memórias do desenvolvimento*. Entrevistadores: Angela Coronel, Aloísio Barbosa de Araújo e Rui Modenesi. Depoimento concedido em julho de 1982. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009. p. 193-208.
- ALMEIDA, Rômulo Barreto. *Pastas rosas de Rômulo Almeida*. Salvador: Seplan, 2012.
- ANDRADA, Alexandre F. S.; BOIANOVSKY Mauro; CABELLO Andrea. *O Clube de Economistas e a Revista Econômica Brasileira (1955-1962)*: um episódio na história do desenvolvimentismo nacionalista no Brasil. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/anpen2015/010.htm>. Acesso em: 21 jan. 2018.

ARRUDA, Diógenes. Diógenes Arruda: um comunista danado. *Diário Vermelho*. 2004. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/diario/2004/0706/0706_arruda.asp. Acesso em: 3 nov. 2008.

AZEVEDO, Ariston. *A sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos*. 2006. 355 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – UFSC/CFSH/DSCP/Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2006.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. A era Vargas. In: BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 309-426.

BARBOSA, A. *O Brasil desenvolvimentista (1946-1964) e a trajetória de Rômulo Almeida*: ensaio de interpretação histórica. 2017. Tese (Doutorado Livre-Docente) – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 2017.

BARBOSA, A.; KOURY, A. P. Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. Especial, p. 1.075-1.113, dez. 2012.

BAUER, A.; FARIA, V.; WANDERLEY, S. *A perspectiva Border Thinking nas obras de Guerreiro Ramos e Celso Furtado*. In: ENANPAD, 2018, Curitiba: Enanpad, 2018.

BERTERO, C. *Ensino e pesquisa em Administração*. São Paulo: Thomson, 2006.

BIANCHI, A. For different audiences, different arguments: economic rhetoric at the beginning of the Latin American School. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 24, n. 3, p. 291-305, 2002.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 1988.

BIOGRÁFICO. In: CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Celso Monteiro Furtado*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-monteiro-furtado>. Acesso em: 7 jul. 2017.

BNDE. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. *Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico*: exercício 1953, 1953.

BNDE. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. *Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico*: exercício 1955, 1955.

BNDE. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. *Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico*: exercício 1956, 1956.

BNDE. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. *Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico*: exercício 1957, 1957.

BONEMY, H.; MOTTA, M. (org.). *A escola que faz escola – Ebape 50 anos: Depoimentos ao Cpdoc*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BRANCO, A. O ciclo do desenvolvimentismo na visão de Jesus Soares Pereira. *Oikos*, p. 103-124, jul. 2003.

BRASIL. *Conselho Federal de Comércio Exterior: dez anos de atividade*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BRASIL. *Mensagem ao Congresso Nacional do presidente Getúlio Vargas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. *Discurso pronunciado pelo Dr. Getúlio Vargas por ocasião de sua posse como chefe do governo provisório da República em 3 de novembro de 1930*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/03.pdf/view>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. *Proclamação ao povo brasileiro por Getúlio Vargas* (lida no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 10 de novembro de 1937). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/04.pdf/view>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 579*, de 30 de novembro de 1938. 1938a. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. *Exposição de Motivos nº 2.487*, de 30 de dezembro de 1939.

BRASIL. *Decreto nº 579, de 30 de julho de 1938*. Dispõe sobre a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1938b.

BRASIL. *Decreto nº 2.136*, de 12 de abril de 1940. Cria a carreira de Técnico de Administração, no quadro permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 1940a. p. 34-35.

BRASIL. Presidência da República. Departamento Administrativo do Serviço Público. *Circular SA/188*, de 8 de agosto de 1940b. Arquivo Nacional. Fundo DASP 2C 1233. Rio de Janeiro. p. 1.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Ofício nº 144*, de 8 de fevereiro de 1941a. Arquivo Nacional. Fundo DASP 2C 1353 – 1359. Rio de Janeiro. p. 1.

BRASIL. Presidência da República. Departamento Administrativo do Serviço Público. Divisão de Organização e Coordenação. *Ofício nº 959*, de 9 de maio de 1941b. Arquivo Nacional. Fundo DASP 2C 1.353-1.359. Rio de Janeiro. p. 2.

BRASIL. Presidência da República. Departamento Administrativo do Serviço Público. Divisão de Material. *Ofício n° 1202*, de 7 de junho de 1941c. Arquivo Nacional. Fundo DASP 2C 1.353-1.359. Rio de Janeiro. p. 2.

BRASIL. *Decreto n° 11.101*, de 11 de dezembro de 1942. Aprova o regimento do Departamento Administrativo do Serviço Público. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 de dez. 1942. Seção I, p. 18.280-18.286.

BRASIL. *Decreto n° 20.489*, de 24 de janeiro de 1946. Dá novo regimento ao Departamento Administrativo do Serviço Público. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 de fev. 1946. Seção I, p. 1.603-1.609.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Justiça e Negócios Exteriores. Departamento Federal de Segurança Pública. Serviço de Informações. *Ofício n° 03984*, de 31 de março de 1948. Arquivo Nacional. Fundo DASP 2C 1049. Rio de Janeiro. p. 1.

BRASIL. Presidência da República. Departamento Administrativo do Serviço Público. Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento. *Ofício n° 3375*, de 18 de junho de 1949. Arquivo Nacional. Fundo DASP 2C 1382. Rio de Janeiro.

BULST, N. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 5, 2007.

CALICCHIO, Vera. *Verbete*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2010.

CAMPOS, R. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos. *Cadernos de Administração Pública*, n. 2, 1954.

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. In: *Revista de Economia Política*, vol. 55, n. 3(140), p. 444-460, jul./set. 2015.

CAPES. *Boletim Capes*, n. 83, 1959.

CARNEIRO, A. *Verbete*. Rio de Janeiro: CPDOC, [2010?].

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009. V. 3.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO. *O plano trienal e o Ministério do Planejamento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO. *O Nordeste e a saga da Sudene: 1959-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO. *Anos de formação: 1938-1948*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Grupo Misto Cepal-BNDE. *Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira (período 1955-62)*. Segunda Redação, maio 1955.

CEPÊDA, V. A. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses*. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2004.

COELHO, F. *Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil*. 2006. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difel, 1968.

COLISTETE, Renato Perim. A força das ideias: a Cepal e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50. In: SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (ed.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

CONCLAP. Conferência das Classes Produtoras do Brasil. *Carta Econômica de Tere-sópolis*, 1945.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *E ele voltou... O Brasil no segundo governo Vargas*: Cleantho de Paiva Leite. Dossiês navegando na história. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/cleanto_de_paiva_leite. Acesso em: 1º mar. 2018a.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *E ele voltou... O Brasil no segundo governo Vargas*: Guerreiro Ramos. Dossiês navegando na História. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/guerreiro_amos. Acesso em: 1º ago. 2018b.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Alexandre Marcondes Machado Filho*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/marcondes_filho. Acesso em: 17 out. 2017.

D'AGUIAR, Rosa Freire. “Os Boêmios Cívicos: ideias na madrugada”. *Carta Capital*, 16/1/2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/832/ideias-na-madrugada-6410.html>. Acesso em: 10 dez. 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. Técnicos e políticos nos primeiros anos do BNDE. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 59-81, 2014.

DINIZ, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOSMAN, E. Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DULCI, Tereza Maria Spyer. *Política externa no segundo governo Vargas: a atuação de Cleantho de Paiva Leite na Assessoria Econômica da Presidência da República*. In: MULTILATERALISMO, PLURILATERALISMO E A CONSTRUÇÃO DE UMA ORDEM MUNDIAL. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4., Belo Horizonte, 2013.

EVANS, Peter. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Olhando para dentro*. 1930-1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 91-142.

FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia política: Algumas aproximaciones. *Antíteses*, vol. 3, n. 5, p. 529-550, jan./jun. 2010.

FERREIRA, Laís Mônica Reis Ferreira. O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de O Imparcial. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 53-86, verão, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr>.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, J.; GOMES, A. C. 1964: O golpe que derrubou um presidente, pós fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014.

FIEB. Federação das Indústrias do Estado da Bahia (org.). *Rômulo – Desenvolvimento Regional e Industrialização*. Salvador, Bahia: Sistema Fieb, 2013. 404p.

FISCHER, T. *O ensino da administração pública no Brasil, os ideais do desenvolvimento e as dimensões da racionalidade*. 1984. Tese (Doutorado em Administração) – USP, São Paulo, 1984.

FONSECA, P. C. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. UFRGS/Decon, work in progress. Disponível em: www.ufrgs.br/decon. Acesso em: 20 set. 2013.

FURTADO, C. A estrutura da Comissão de Serviço Civil dos Estados Unidos. *Revista do Serviço Público*, a. VII, v. I, n. 2, p. 66-69, 1944.

FURTADO, C. Teoria do Departamento de Administração Geral. *Revista do Serviço Público*, v. II, n. 2, p. 25-32, 1946.

FURTADO, Celso. *A economia brasileira: (Contribuição à análise do seu desenvolvimento)*. Rio e Janeiro: Editora A Noite, 1954.

FURTADO, C. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Dasp, 1958.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. *A fantasia organizada*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, C. Rosa Freire d'Águaiar (org.). *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Três Tomos.

FURTADO, C. *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012.

FURTADO, C. *Obra autobiográfica: a fantasia organizada – a fantasia desfeita – os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

HOHLFELDT, A.; BUCKUP, C. *Última hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

KLÜGER, Elisa. A contraposição das noções de técnica e política nos discursos de uma elite burocrática. *Rev. Sociologia Política*, v.23, n.55, p.75-96, set. 2015.

LEITE, Cesar de Paiva. *Cleantho de Paiva Leite*. Paraíba: A União; Superintendência de Imprensa e Editora, 2000. (Coleção Paraíba: Nomes do Século, Série Histórica).

LEITE, Cleantho de Paiva. *O assessoramento da Presidência da República*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1959.

LEITE, Cleantho de Paiva. Taylor e Fayol. In: SILVA, Benedicto. *Taylor e Fayol*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Escola Brasileira de Administração Pública, 1960. p. 161-169.

LEITE, Cleantho de Paiva. *Cleantho de Paiva Leite* (depoimento; 1988). Rio de Janeiro: FGV; CPDOC-História Oral, 1988. 36p. Entrevista concedida a Anamaria Ladeira Aragão e Plínio de Abreu Ramos.

LEITE, Cleantho de Paiva. *Cleantho de Paiva Leite* (depoimento; 1983). Rio de Janeiro, FGV; CPDOC-História da Vida, 1983. 201p. Entrevista concedida a Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos.

LEOPOLDI, M. A. P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954). In: SZMRECSANYI, T.; SUZIGAN, W. T. (org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LEOPOLDI, Maria Antoniet P. Nacionalismo e economia: o segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (org.). *História econômica do Brasil Contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002. p. 17-31.

LEVI, Giovanni. Les Usages de la biographie. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, v. 44, n. 6, 1989.

LIMA, M. *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação*. Um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LIMA, M. Revisitando a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. In: LIMA, M. *O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2007.

LIMA, M. C. O Conselho Deliberativo da Sudene. In: LIMA, M. C. *Arquivos Celso Furtado*, 3, p. 223-266, 2009.

LIMA, Marcos Costa (org.). *Os boêmios cívicos: a assessoria econômica-política de Vargas (1951-1954)*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-pappers; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando; PACHECO, Regina. *Burocracia e política no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINS, P. E. *et al.* Referência aos clássicos interpretativos do Brasil no pensamento acadêmico contemporâneo sobre Administração Pública. In: GURGEL, C.; MARTINS, P. E. (org.). *Estado, organização e pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2013.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. *Lua Nova*, n. 28-29, 1993.

MAIO, Marcos Chor. Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1º ago. 2018.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? *Pensamento Plural*, Pelotas, ano 7, n. 14, jan./jun. 2014.

MOTTA, Marly Silva da. Os “boêmios cívicos” da Assessoria Econômica: saber técnico e decisão política no governo Vargas (1951-54). In: *História oral: história, cultura e poder*. Juiz de Fora (MG), 2005.

NETO, Francisco Monticeli Valias. Rômulo Almeida e o desenvolvimento regional brasileiro. 2013. 62p. Trabalho (Conclusão de curso, bacharel em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria) – Universidade Federal de Alfenas, Varginha, Minas Gerais, 2013.

NETO, Lira. *Getúlio (1945-1954): da volta pela consagração popular ao suicídio*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

NUNES, Edson de Oliveira. *Gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: Enap, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, M. T. C. A “Educação Ideológica” no Projeto de Desenvolvimento Nacional do Iseb (1955-1964). 2006. Tese apresentada ao Departamento de Educação da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2006.

PAES DE PAULA, Ana Paula. *Estudos críticos em Administração: as contribuições de Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: EAESP; FGV, 2005. (Supervisores: Peter Kevin Spink e Fernando Cláudio Prestes Motta).

- PANDOLFI, Dulce Chaves; MOREAUX, Daniela Maria. *Entrevista*. Salvador, BA: 1984.
- PEREIRA, J. S. Perspectivas para a indústria de energia elétrica. *Econômica Brasileira*, Rio de Janeiro: Clube dos Economistas, v. 1, n. 3, p. 135-196, 1955.
- PEREIRA, J. S. A Eletrobrás e o Conselho Nacional de Economia. *Econômica Brasileira*, Rio de Janeiro: Clube dos Economistas, v. 2, n. 3, p. 107-150, 1956.
- PEREIRA, J. S. *Terceiro mundo: unidade e emergência*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1962.
- PEREIRA, J. S. *Getúlio Vargas: a política nacionalista do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1963a.
- PEREIRA, J. S. Condições políticas para o planejamento global no Brasil. *Tempo Brasileiro*, n. 4-5, p. 25-33, 1963b.
- PEREIRA, J. S. *O homem e sua ficha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3, n. 3, p. 47-11, 1949.
- RABELO, F. L. De experts a “bodes expiatórios”: a elite técnica do DASP e a reforma no funcionalismo público federal no Estado Novo (1938-1945). *Acervo*, v. 25, n. 2, p. 78-91, 2013.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Administração e política à luz da Sociologia. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 5-11, jul. 1946a.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A sociologia de Max Weber; sua importância para a teoria e a prática da Administração. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2/3, p. 129-139, ago./set. 1946b.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A divisão do trabalho social. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1/2, p. 161-168, out./nov. 1946c.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Notas sobre a planificação social. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 163-166, dez. 1946d.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A hipótese da demora cultural. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1/2, p. 152-154, jan./fev. 1947a.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A pesquisa e os “surveys” sociais. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3/4, p. 147-151, mar./abr. 1947b.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Pequena bibliografia do estudo do padrão de vida. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1/2, p. 136-140, maio/jun. 1947c.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. As ciências sociais em transição. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3/4, p. 141-143, jul./ago. 1947d.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Karl Mannheim (1893-1947). *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1/2, p. 166-168, set./out. 1947e.

- RAMOS, Alberto Guerreiro. Novos rumos das ciências sociais na América Latina. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3/4, p. 122-126, nov./dez. 1947f.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Francisco Ayala – Tratado de sociologia. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3/4, p. 112-114, mar./abr. 1948a.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. W. I. Thomas (1863-1947). *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1/2, p. 159-162, maio/jun. 1948b.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Pequena bibliografia para o estudo da assimilação e aculturação. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3/4, p. 179-181, jul./ago. 1948c.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Condições de vida da população brasileira. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 107-108, jan. 1949.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho*: (ensaio de sociologia do conhecimento). Rio de Janeiro: DASP; DIN, 1950.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Cartilha brasileira de aprendiz de sociólogo (prefácio a uma sociologia nacional)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1954.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*: (introdução ao estudo da razão sociológica). Rio de Janeiro: MEC; Iseb, 1958.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *O drama de ser dois*. Salvador: [s.n.], 1937.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- ROSTOW, W. *The stages of economic growth*: a non-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- SILVA, Suely Braga da. *Luiz Simões Lopes*: fragmentos de memória. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SILVA, R. P. *O jovem Celso Furtado*. São Paulo: Edusc Editora, 2011.
- SILVA, Joyce Helena Ferreira da. O populismo como matiz ideológico. In: LIMA, Marcos Costa (org.). *Os boêmios cívicos*: a assessoria econômica-política de Vargas (1951-54). 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Luiz Antonio Alves. *A Sociologia crítica de Guerreiro Ramos*: um estudo sobre um sociólogo polêmico. Rio de Janeiro: Copy & Arte, 1993.
- SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas*: desenvolvimento, estabilidade e populismo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1998.

SOUZA, Ana Inês. *Pensando com Celso Furtado*. Guararema, SP: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2012.

SOUZA, Celina. *Coordenação de políticas públicas*. Brasília: Enap, 2018.

SPINOLA, N. D. O Plandeb. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, Bahia, ano XI, n. 20, 2009.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, jun. 2011.

SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002. p. 121-147.

TENÓRIO, F. G. O drama de ser dois: um sociólogo engravatado. *O&S*, v. 17, n. 52, p. 29-46, 2010.

TENORIO, Fernando; WANDERLEY, Sergio. Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública (1943-1964). *Rev. Adm. Pública* [on-line], v. 52, n. 3, p. 507-526, 2018.

TEIXEIRA, A.; MARINGONI, G.; GENTIL, D. L. *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: Ipea, 2010.

ÚLTIMA HORA. *O mistério dos critérios internos*. Edição de 15/1/1959, p. 6. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 1959a.

ÚLTIMA HORA. *Êxitos da Petrobras*. Edição de 14/5/1959b.

ÚLTIMA HORA. *Economistas-ativistas*. Coluna de José Mauro na edição de 29/12/1959c. p. 3.

ÚLTIMA HORA. Coluna “Do Ponto de Vista Nacional”. 1960, 1961.

ÚLTIMA HORA. “Homem de cimento armado”. Edição de 9/11/1960, p. 5.

ÚLTIMA HORA. *Veto à presidência do IBGE*. Edição de 9/4/1962a.

ÚLTIMA HORA. *Novos diretores tomam posse hoje na CSN*. Edição de 14/5/1962b. p. 3.

ÚLTIMA HORA. *Bocayuva (na Câmara) aplaude nova política de preços da siderúrgica*. Edição de 23/11/1962c.

ÚLTIMA HORA. *Jesus responde acusações de Anísio*. Edição de 28/8/1963a.

ÚLTIMA HORA. *Economista e general depõem sobre Capuava*. Edição de 2/11/1963b. p. 2.

ÚLTIMA HORA. *Nota oficial da Ceap*. Edição de 6/4/1964a. p. 3.

ÚLTIMA HORA. *Em fase final os trabalhos da C.E.A.P.* Edição de 19/3/1964b. p. 5.

ÚLTIMA HORA. *O livro de Jesus Soares Pereira. “O Homem e a Ficha”*. Edição de 10/3/1965a. p. 26.

ÚLTIMA HORA. *Jesus Soares Pereira partiu para o exílio*. Edição de 19/4/1965b. p. 4.

ÚLTIMA HORA. *Escola*. Edição de 27/11/1984. p. 19.

VERNENGO, M. Technology, Finance, and Dependency: Latin American Radical Political Economy in Retrospect. *Review of Radical Political Economics*, v. 38, n. 4, p. 551-568, 2006.

VILLA, Marco Antonio. Mito e verdade da revolução brasileira. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 3 ago. 2008. Caderno Mais. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0308200803.htm>. Acesso em: 11 ago. 2008.

WAHRlich, Beatriz Marques de Souza. *Reforma administrativa na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1983.

WANDERLEY, S. *Desenvolviment(ism)o, descolonialidade e a geo-história da administração no Brasil*: a atuação da Cepal e do Iseb como instituições de ensino e pesquisa em nível de Pós-Graduação. 2015a. Tese (Doutorado) – Ebape, 2015a.

WANDERLEY, S. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. *Cad. EBAPE.BR*, v. 13, n. 2, p. 237-255, 2015b.

WANDERLEY, S. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 6, p. 913-936, 2016.

WANDERLEY, S.; FARIA, A. The Chandler-Furtado case: a decolonial (re)framing of a North/South (dis)encounter. *Management & Organizational History*, v. 7, n. 3, p. 219-236, 2012.

XAVIER DA SILVA, F. O Ibesp em seu momento: uma análise genética e cronológica dos Cadernos do Nosso Tempo. *Caderno CRH*, v. 29, n. 77, p. 333-347, 2016.

POSFÁCIO

Na literatura sobre a história econômica do Brasil, e em certa medida também da América Latina, há algum consenso quanto a três modelos de desenvolvimento ou contextos nacionais e internacionais, que marcam nosso percurso desde finais do século 19.

O primeiro deles corresponde ao modelo primário exportador ou mercantil exportador. Para usarmos a expressão de Celso Furtado, o “impulso dinâmico” vinha da demanda externa e nossa economia se assemelhava a um arquipélago de economias regionais, organizadas pela lógica das atividades voltadas para as exportações. Nosso território não estava integrado, posto que a infraestrutura se destinava a dar suporte às atividades exportadoras. Politicamente, havia o pacto oligárquico capitaneado pelo capital cafeeiro que assumia múltiplas funções além da mercantil-exportadora e se autoproclamava como garantidor do progresso, uma vez que “o café dava para tudo”. Essa perspectiva não era inteiramente desprovida de sentido, haja vista que a capacidade de importar e a formação do mercado interno derivavam em grande parte das divisas originadas das exportações, principalmente do café. Ocorre que as coisas mudam (lição recorrente da história econômica) e mudaram muito em 1929. A partir da quebra da Bolsa e da bolha especulativa nos EUA, seus efeitos se disseminaram rapidamente via comércio internacional e as exportações caíram em preços e quantidades. Para além das mudanças nos níveis de demanda, essas transformações resultaram no fim de uma época.

Os anos da década de 30 iniciaram-se com uma queda generalizada na atividade econômica em escala internacional, o que impactou negativamente a produção e o emprego. No caso brasileiro, com a Revolução de 1930, a oligarquia cafeeira perdeu a centralidade política e econômica, sendo submetida a outro arranjo de forças com as cartas postas para o novo período, no qual as forças internas do consumo e do investimento começaram a ser acionadas e a formação do capital industrial ganhou intensidade.

Nessa perspectiva, o período que se abre em 1930 e se estende por cinco décadas possui distintas denominações, como “substituição de importações”, “desenvolvimentismo” ou “industrialização induzida pelo Estado” (denominação pouco usada no Brasil, mas comum nos demais países da América Latina). Vale ressaltar que o contexto era de um Brasil recém-saído da escravidão, em que, nas palavras do presidente Artur Bernardes, “a questão social era uma questão de polícia”. Nesse contexto, o desafio de criar um sistema legal que regulasse as relações de trabalho e fizesse a ponte entre o mundo do trabalho e a cidadania foi uma tarefa nada simples a ser realizada.

A noção de um modelo movido pela substituição de importações não é difícil de entender, algo como uma industrialização avançando “andar por andar”, nas palavras de Maria da Conceição Tavares. Ocorre que, a partir do final da década de 40, há uma complexidade crescente numa industrialização que, segundo a mesma Conceição Tavares, se deveria mover construindo alguns andares simultaneamente e não mais um de cada vez. Para uma dimensão mais concreta do que desejamos dizer: se uma grande siderúrgica é criada, não pode ser apenas para fornecer aço para a produção de agulhas. Nesse sentido, a agenda era repleta de problemas a serem equacionados.

Isso implicou mudanças no papel do Estado brasileiro, numa nova cultura econômica, técnica e política que se materializou em inovações institucionais nos esquemas de financiamento, nas infraestruturas de transporte, comunicação e energia, assim como nas formas de endogeneizar os circuitos da educação, da ciência e da tecnologia. O ponto culminante em termos da criação de institucionalidades e organizações públicas abordadas neste livro correspondeu exatamente ao trabalho dos peregrinos do desenvolvimento e suas elaborações na Assessoria Econômica do segundo governo Vargas. O período aqui analisado, entretanto, é mais abrangente, abordando os debates, as disjuntivas e atores no período que vai de 1930 até o golpe civil – militar em 1964.

Como notícia histórica deve-se dizer que a criação do Brasil moderno no qual os cinco peregrinos tiveram participação decisiva, se manteve o mesmo após 1964, apesar do aumento das desigualdades e dos desequilíbrios regionais e macroeconômicos.

O quadro começa a mudar com a emergência do terceiro modelo a que fizemos referência. Desde o rompimento unilateral por parte dos EUA das regras criadas em Bretton Woods, particularmente o padrão dólar – ouro em 1971, teve início um processo crescente de financeirização seguido pouco depois pelas inovações tecnológicas e seus impactos nas formas de organização do trabalho e da produção. Tendo como farol o Consenso de Washington em 1989, a proposta neoliberal periférica de abertura comercial e financeira indiscriminada, correspondeu à proposição de uma conduta neoliberal, movida retoricamente pelas lógicas de mercado como se isso fosse apenas uma questão de eficiência econômica acompanhada de virtudes alocativas. O resultado foi a regressão em nossa matriz produtiva no sentido da diminuição da produção de bens com maior conteúdo tecnológico, o que nos condiciona a uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho e nas cadeias produtivas globais.

A história econômica, como apontado anteriormente, serve também para mostrar que as coisas mudam. Se aceitarmos ser um país que paga taxas de juros entre as mais altas do mundo e exporta, sobretudo *commodities* agrícolas, minerais e industriais de baixo conteúdo tecnológico, não será preciso inovar nem empreender um esforço próprio de reflexão; basta seguir as recomendações dos centros de poder mundiais. Se ao contrário, porém, desejarmos uma inserção autônoma no contexto mundial, crescimento inclusivo com avanços no campo da ciência e das distintas formas de tecnologias, inclusive as sociais, este livro representa uma contribuição para avançarmos no entendimento do papel desempenhado pelos peregrinos do desenvolvimento e como uma boa fonte de inspiração. Pensar e agir desde o Brasil real e do nosso lugar no mundo é uma tarefa sem fim, para a qual precisamos de vontade política, engenho e arte.

Cezar Augusto Miranda Guedes¹

¹ Professor titular na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) e em Ciência, Tecnologia e Inovações em Agropecuária (PPGCTIA). Pós-doutor pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG/UTL).